

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO– PPGSeD**

MÁRIO SÉRGIO SOUZA DE ALENCAR

**O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NOS MUNICÍPIOS
PERIFÉRICOS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO:
ESTUDO DOS CASOS DE CORUMBATAÍ DO SUL, IRETAMA E LUIZIANA**

CAMPO MOURÃO – PR

2021

MÁRIO SÉRGIO SOUZA DE ALENCAR

**O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NOS MUNICÍPIOS
PERIFÉRICOS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO:
ESTUDO DOS CASOS DE CORUMBATAÍ DO SUL, IRETAMA E LUIZIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

Orientador(a): Dr. Fábio Rodrigues da Costa.

CAMPO MOURÃO – PR

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

(Bibliotecário: André Luiz Ferreira Vidal-CRB 9/1767)

A368d Alencar, Mário Sérgio Souza de.

O desenvolvimento geográfico desigual nos municípios periféricos da microrregião de Campo Mourão: estudo dos casos de Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana / Mário Sérgio Souza de Alencar. - Campo Mourão, 2021.

106 f.

Orientador: Fábio Rodrigues da Costa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Paraná, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, 2021.

Inclui bibliografia.

Mário Sérgio Souza de Alencar

**O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NOS MUNICÍPIOS
PERIFERICOS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO:
ESTUDO DOS CASOS DE CORUMBATAÍ DO SUL, IRETAMA E LUIZIANA**

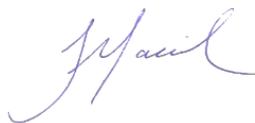
BANCA EXAMINADORA



Dr. Fábio Rodrigues da Costa (Orientador) – UNESPAR, Campo Mourão



Dr. Ricardo Luiz Töws – IFPR, Astorga



Dr. Fred Maciel – UNESPAR, Campo Mourão

Data de Aprovação

24/10/2021

Campo Mourão – PR

Dedico esta dissertação a todas as vidas ceifadas pela Covid-19, aos cientistas que produziram em tempo recorde a vacina e aos profissionais da saúde que lutaram bravamente por nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – *Campus* Campo Mourão, ao seu corpo docente e funcionários, em especial ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD, pela oportunidade de trilhar o caminho de conhecimento e autoconhecimento na construção da ciência interdisciplinar.

Agradeço ao meu orientador Dr. Fábio Rodrigues da Costa, por suas orientações e paciência, por apontamentos e correções, por ter aceitado este desafio que nem em meus maiores receios imaginaria estar incluso uma crise sanitária planetária.

Agradeço aos meus companheiros de curso pela amizade, afeto e apoio nesse período que passamos juntos e buscamos o aperfeiçoamento mútuo de nossas pesquisas e de nós como alunos, humanos e sociedade. Saibam que tenho orgulho de cada um de vocês.

Agradeço aos meus pais, irmãos, seus cônjuges e amigos pela força, amor e apoio recebido nesta jornada, compreendo que não podemos fazer nada sozinhos e vocês foram, são e serão sempre minha pedra basilar.

“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.”

Milton Santos

RESUMO

ALENCAR, Mário Sérgio Souza de Alencar. **O desenvolvimento geográfico desigual nos municípios periféricos da microrregião de Campo Mourão: estudo dos casos de Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana.** 106f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2021.

O desenvolvimento é um dos conceitos mais complexos da atualidade. Por tratar-se de um tema interdisciplinar é estudado pela Economia, Geografia, Sociologia, História, Ciências Políticas etc. A ausência do desenvolvimento pode ser considerado um dos maiores problemas para muitos municípios periféricos situados no estado do Paraná. Tal fato pode ser observado na Microrregião de Campo Mourão, especialmente nos municípios de Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana, que são os objetos de estudo da pesquisa. Na esteira desse problema encontra-se o objetivo geral da pesquisa que é analisar as dificuldades para a efetivação do desenvolvimento territorial nesses municípios. A pesquisa utilizou a metodologia quanti-qualitativa e contou com: a) levantamento bibliográfico utilizando livros, artigos, dissertações e teses que trataram o perfil histórico dos municípios e os conceitos de produção do espaço, desenvolvimento geográfico desigual e municípios periféricos; b) coleta e análise de dados espaciais, sociais, econômicos e humanos na base de dados do Atlas Brasil, Caderno Ipardes, IBGE entre outros e; c) trabalho de campo nos municípios estudados para levantamento de informações e obtenção de fotografias. Os resultados indicaram que são grandes os desafios para potencializar o desenvolvimento nos municípios periféricos pesquisados, com destaque para: carência das políticas públicas, ausência de um plano de desenvolvimento de longo prazo, esvaziamento da população, baixos salários pagos para os trabalhadores, dificuldades para promover a integração regional, poucos investimentos nas áreas de educação, saúde e infraestrutura e uma visão de desenvolvimento ainda pautada apenas na dimensão econômica.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial, Municípios periféricos, Políticas públicas.

ABSTRACT

Development is one of the most complex concepts today. As it is an interdisciplinary theme, it is studied by Economics, Geography, Sociology, History, Political Science, etc. The lack of development can be considered one of the biggest problems for many peripheral municipalities located in the state of Paraná. This fact can be observed in the Campo Mourão Microregion, especially in the municipalities of Corumbataí do Sul, Iretama and Luiziana, which are the objects of study of the research. In the wake of this problem is the general objective of the research, which is to analyze the difficulties for the realization of territorial development in these municipalities. The research used the quanti-qualitative methodology and included: a) bibliographic survey using books, articles, dissertations and theses that dealt with the historical profile of the municipalities and the concepts of space production, uneven geographical development and peripheral municipalities; b) collection and analysis of spatial, social, economic and human data in the Atlas Brasil database, Caderno Ipardes, IBGE among others and; c) fieldwork in the studied municipalities to gather information and obtain photographs. The results indicated that the challenges to potentialize development in the researched peripheral municipalities are great, with emphasis on: lack of public policies, absence of a long-term development plan, population emptying, low wages paid to workers, difficulties to promote regional integration, few investments in the areas of education, health and infrastructure and a vision of development still based only on the economic dimension.

Keywords: Territorial development, peripheral municipalities, public policies.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 - Dinamismo e periféricidade dos municípios paranaenses	39
Figura 2 - Arranjo populacional de Maringá/PR – Capital regional B (2B).	40
Figura 3 - Detalhe do arranjo populacional de Maringá (PR), com destaque para o arranjo populacional de Campo Mourão.....	40
Figura 4 - esboço do mapa etno-histórico do Estado do Paraná.....	43
Figura 5 – Vista panorâmica do cerrado de Campo Mourão, 1948.....	44
Figura 6 – Vista parcial da vila de Campo Mourão, 1957.	45
Figura 7 - As três ondas de povoamento do interior Paranaense	46
Figura 8 – Localização da microrregião de Campo Mourão no território brasileiro e paranaense e dos três municípios objeto de estudo.	48
Figura 9 – Expansão urbana do município de Corumbataí do Sul entre 1980 e 2020.	49
Figura 10 - Vista panorâmica de Corumbataí do Sul/PR.	52
Figura 11 – Expansão urbana do município de Iretama entre 1980 e 2020.	54
Figura 12 - Vista parcial de Iretama.....	55
Figura 13 – Expansão urbana do município de Luiziana entre 1980 e 2020.	57
Figura 14 - Imagem panorâmica de Luiziana.....	59
Figura 15 – Mosaico de locais de Corumbataí do Sul/PR.....	89
Figura 16 – Mosaico de locais de Iretama/PR.....	92
Figura 17 – Mosaico de locais de Luiziana/PR.....	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	17
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS	17
1.1 Produção do espaço no capitalismo	17
1.2 Desenvolvimento Geográfico Desigual.....	25
1.3 Municípios periféricos.....	34
CAPÍTULO 2	42
A FORMAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO	42
2.1 Apontamentos sobre a ocupação e colonização da Microrregião de Campo Mourão	42
2.2 O caso de Corumbataí do Sul	49
2.3 O caso de Iretama	53
2.4 O caso de Luiziana.....	56
CAPÍTULO 3	60
O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO	60
3.1 Levantamento de indicadores sociais e econômicos	60
3.1.1 Indicadores de Corumbataí do Sul	61
3.1.2 Indicadores de Iretama.....	71
3.1.3 Indicadores de Luiziana.....	78
3.2 Desafios para o desenvolvimento territorial local	86
3.2.1 Desafios e potencialidades em Corumbataí do Sul	87
3.2.2 Desafios e possibilidades em Iretama.....	90
3.2.3 Desafios e possibilidades em Luiziana	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico mundial tem adquirido novos contornos em um momento histórico marcado pela intensidade do processo de globalização. Por um lado, aumenta a integração mundial por meio do comércio e da velocidade dos meios de comunicação, por outro temos a ampliação do abismo existente entre ricos e pobres, visto que a renda está cada vez mais concentrada nas mãos de poucos. Trata-se das contradições verificadas no modo de produção capitalista. Nesse aspecto, a ideia de desenvolvimento, especialmente nos países e regiões que desempenham funções periféricas, tem provocado discussões e gerado dúvidas com relação à sua realização.

O conceito de desenvolvimento é um dos mais complexos na contemporaneidade e vem sendo intensamente debatido em diversas áreas do conhecimento, visto que se trata de um tema interdisciplinar e transversal que agregou uma miríade de entendimentos por economistas, geógrafos, sociólogos, cientistas políticos etc. A falta de consenso entre estudiosos da acepção de desenvolvimento não implica necessariamente no esvaziamento ou completude do conceito, pois o que encontramos é uma discussão em aberto. Segundo Amaro (2003, 2017), a concepção do desenvolvimento tradicional, economicista e focada nos países europeus perdurou de 1945 até as décadas de 1960 e 1970, na qual a perspectiva de um desenvolvimento como “receita pronta” e etapista, defronta-se com movimentos de contracultura, sociais e raciais em diferentes partes do mundo reivindicando mudanças profundas nas relações entre capital, sociedade, trabalho e meio ambiente.

Nas últimas décadas, o conceito de desenvolvimento passou por reformulações, acréscimos e renovações, principalmente a partir dos anos de 1980 e 1990. Tais reformulações são chamadas de “desenvolvimento alternativo”; as novas expressões sugeridas foram: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento social e desenvolvimento integrado (AMARO, 2017, p. 88).

Contudo, mesmo com as novas perspectivas conceituais introduzidas a partir da década de 1980, ainda existem múltiplas dificuldades para planejar e agir no rumo de políticas públicas que contemplem um desenvolvimento social, econômico e sustentável, dentro das escalas locais, regionais, nacionais e global. O que se observa é o predomínio do desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1988; HARVEY, 2016). Tal fato vem ocasionando, inúmeras

vezes, a estagnação de municípios, regiões, países e até mesmo continentes. No caso brasileiro e, especificamente o paranaense, o baixo desenvolvimento é sentido, especialmente, nos municípios periféricos e nas regiões a que pertencem (COSTA, 2013, 2016).

No estado do Paraná a precariedade do desenvolvimento é mais visível nas mesorregiões onde predominam municípios periféricos, como é o caso da Mesorregião centro ocidental paranaense que está subdividida em duas Microrregiões: Campo Mourão e Goioerê. Na Microrregião de Campo Mourão, objeto de estudo da presente pesquisa, observa-se esse problema com mais intensidade nos municípios de Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana. Conforme dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos anos 1991, 2000 e 2010, os citados municípios mantiveram os índices mais baixos dessa Microrregião. Tal fato justifica a delimitação do objeto de estudo da presente pesquisa e reforça a importância de se estudar os municípios periféricos.

Problemas como baixa arrecadação de impostos, migração da juventude, pequena oferta de trabalho e qualidade insuficiente da educação e saúde pública são fatores a serem considerados na análise dessas localidades. Porém, não são únicos, pois a formação histórica, a realidade econômica e a limitação das políticas públicas também contribuem para a intensificação dos problemas. Com base no exposto, os problemas que conduzem o desenvolvimento da presente dissertação são: 1) Quais são as principais dificuldades para a efetivação do desenvolvimento territorial nos municípios de Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana situados na Microrregião de Campo Mourão? 2) As limitações no desenvolvimento territorial acarretam que tipos de problemas para a população? 3) Quais alternativas seriam mais viáveis para reduzir as desigualdades e promover a efetivação do desenvolvimento dos municípios periféricos estudados?

Isso posto, a pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo de desenvolvimento geográfico desigual na Microrregião de Campo Mourão e analisar as dificuldades para a efetivação do desenvolvimento territorial nos municípios de Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana. Os objetivos específicos são: investigar os fatores que limitam o desenvolvimento dos municípios estudados e verificar os principais problemas vividos pelos habitantes desses municípios.

Para atingir os objetivos explicitados foi utilizada a metodologia quanti-qualitativa, que contou com: a) levantamento bibliográfico utilizando livros, artigos, dissertações e teses que abrangem o perfil histórico dos municípios e os conceitos de produção do espaço, desenvolvimento geográfico desigual e municípios periféricos; b) coleta e análise de dados espaciais, sociais, econômicos e humanos na base de dados do Atlas Brasil, Caderno Iparde e

IBGE e c) trabalho de campo nos municípios estudados para levantamento de informações e obtenção de fotografias.

A abordagem quanti-qualitativa tem, segundo argumento de Gramsci (1995), no campo da filosofia:

Afirmar, portanto, que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto “corpóreo” do real, não significa que se pretenda esquecer a “qualidade”, mas, ao contrário, que se deseja colocar o problema qualitativo da maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo no qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável (GRAMSCI, 1995, p.50).

A tese de dicotomia e incompatibilidade entre estudos qualitativos e quantitativos que foi responsável pela desqualificação de uma perante a outra e vice e versa, vêm aos poucos sendo desconstruída no imaginário científico, pois:

A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno (POLIT; BECKER; HUNGLER, 2004, p. 201).

Dessa maneira, a utilização das duas abordagens em um estudo que propõe avaliar as dificuldades no desenvolvimento enfrentadas por municípios periféricos pode contribuir para um melhor entendimento do objeto de estudo.

Em virtude das dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19, foi inviabilizada a realização de entrevistas com as lideranças locais por meio presencial e também remoto, pois os participantes não se disponibilizaram em contribuir para o estudo, utilizando como argumento os inúmeros problemas atribuídos à pandemia no local. Outra questão que prejudicou a pesquisa foi a não realização do censo demográfico previsto para 2020. O censo é o mais rico banco de dados para informações que sustentam pesquisas científicas, planejamento público e a gestão administrativa. A ausência de dados atualizados dificulta a análise do quadro atual do desenvolvimento. Desta feita, para sustentar a pesquisa foram utilizados os dados mais recentes disponíveis.

No que tange à interdisciplinaridade é preciso, inicialmente, evidenciar a excessiva hiperespecialização dos saberes disciplinares, acarretando: 1) indiscutibilidade de trabalhos e resultados de pesquisadores/áreas de conhecimento próximas com mesmo contexto; 2) a departamentalização das ciências e principalmente das sociais. Em teoria, a especialização das

ciências não implicaria na impossibilidade de colaboração. Porém, na prática, o que se observa é o fechamento, ainda que relativo, de cada área em torno do seu objeto de estudo.

Ao considerarmos que a forma como é produzida a ciência social não é engessada o bastante para dificultar a compreensão da sociedade e a humanidade, encontramos o problema de buscar um novo paradigma. Nesse sentido, Morin (1996, p. 175), introduz a teoria da complexidade que “[...] ainda é marginal no pensamento científico, no pensamento epistemológico e no pensamento filosófico”. O desafio de produzir pesquisas em uma perspectiva complexa reside, seguindo Morin (1996), em trabalhar com a incerteza e a dificuldade, sem cair na simplificação. Assim, o pensamento complexo:

[...] não é o pensamento onisciente. Pelo contrário, é o pensamento que sabe que sempre é local, situado em um tempo e em um momento. O pensamento complexo não é o pensamento completo; pelo contrário sabe de antemão que sempre há incerteza. Por isso mesmo escapa do dogmatismo arrogante que reina nos pensamentos não-complexos [...] devemos aprender a viver com a incerteza e não, como nos quiseram ensinaram a milênios, a fazer qualquer coisa para evitar a incerteza (MORIN, 1996, p. 285).

Tais ideias vão ao encontro com o trabalho interdisciplinar, não apenas no que tange à responsabilidade, hiperespecialização ou departamentalização do conhecimento, mas também no diálogo que pode e deve ser estabelecido entre diversas áreas das ciências sociais e humanas para compreender e se possível resolver problemas que atravessam diversas disciplinas. Os obstáculos para o trabalho interdisciplinar são: epistemológicos e institucionais, psicossociológicos e culturais, metodológicos, materiais e de formação profissional (JAPIASSU, 1976, p.52).

Epistemológicos e institucionais, pois ainda há resistência das instituições e especialistas para estabelecer a aproximação e diálogo nas disciplinas e mais ainda nas ciências. Psicossociológicos e culturais, na medida que a sociedade e os agentes produtores de conhecimento científico relutam em sair de seus departamentos ou o simples fato de diminuir seus papéis na sociedade ao aderir a trabalhos interdisciplinares. Os obstáculos metodológicos estão imbricados com os do material, já que a produção de métodos perpassa por disponibilidade operacional de recursos técnicos e econômicos, como livros, artigos, conferências etc. Por último, na formação profissional, que é o ponto de partida e de chegada do trabalho interdisciplinar, é necessária a formação de profissionais interdisciplinares para trabalhar na sala de aula, laboratório ou no campo profissional, estudantes, cientistas e profissionais que tenham pensamento complexo (JAPIASSU, 1976; CARNEIRO, 1999).

O núcleo conceitual e interdisciplinar da presente pesquisa é o conceito de desenvolvimento territorial. As ciências que estudam diretamente esse conceito são a Economia e Geografia, não obstante, também a técnicas e instrumentos pertinentes a História e Ciência Política que possibilitam compreender o espaço social, o tempo e as políticas públicas. Em suma, a cooperação entre as áreas do conhecimento em conjunto com uma abordagem mista trabalha no sentido de produzir um conhecimento mais próximo da realidade vigente e do pensamento complexo.

A estrutura da dissertação está organizada em introdução, seguida pelo capítulo 1, 2, 3 e posteriormente as considerações finais. No capítulo 1, foram discutidos os conceitos de produção de espaço, desenvolvimento geográfico desigual e a noção de municípios periféricos, com base no materialismo histórico e dialético e pautado nos textos de Karl Marx, Vladimir Lênin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, Henry Lefebvre, David Harvey, Edward Soja, Neil Smith, Ivo Marcos Theis, Ana Fani Alessandri Carlos, Roberto Lobato Corrêa e Fábio Rodrigues da Costa. A partir da abordagem materialista histórico geográfica marxista, busca-se compreender a produção do espaço relacional e dialético no processo capitalista, e como tal processo de (re)produção conduz, geralmente, ao desenvolvimento geográfico desigual.

O segundo capítulo foi dividido em três tópicos, sendo o primeiro sobre a processo histórico de ocupação e colonização da Microrregião e dos municípios estudados, buscando compreender as relações históricas, econômicas, políticas e de movimento populacional que ocorreram nesse território.

O terceiro capítulo dividi se em um levantamento e mapeamento dos indicadores econômicos e sociais da Microrregião e, para isso, foi utilizado dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), plataforma Atlas Brasil e cadernos estatísticos do IPARDES. E também foca na avaliação do desenvolvimento territorial nos municípios de Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana, no qual são debatidos os problemas existentes, bem como os principais desafios para promover o desenvolvimento a partir das potencialidades locais. As considerações finais sinalizarão algumas ações para reverter o quadro de estagnação.

CAPÍTULO 1

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS

O presente capítulo tem como finalidade apresentar uma discussão conceitual com relação à produção do espaço, o desenvolvimento geográfico desigual e a noção de municípios periféricos sustentado pelo materialismo histórico e dialético. Tais conceitos são importantes para a compreensão do desenvolvimento territorial, especialmente nas áreas de Geografia Política, Geopolítica, Economia, Sociologia e História Contemporânea. Nessas áreas se encontra um campo fértil para construir um arcabouço metodológico, epistemológico e interdisciplinar. A discussão teórico-conceitual com embasamento nos autores referenciados, em conjunto com os dados estatísticos e os apontamentos sobre a formação espacial da Microrregião disponíveis no capítulo 2, oferecem os subsídios para a análise dos municípios periféricos na Microrregião de Campo Mourão, com ênfase em Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana.

1.1 Produção do espaço no capitalismo

As discussões e produções acadêmicas na área das humanidades até à década de 1960 enfocaram, especialmente, as questões históricas, econômicas e políticas. O espaço geográfico até então era compreendido como palco/pano de fundo para as relações sociais (SOJA, 1993; HARVEY, 2006). Dentro do marxismo ocidental as análises iniciais partiam do entendimento de um espaço fixo, separado da sociedade e não-dialético. Nesse quesito, apesar de Marx admitir a importância do espaço e seu respectivo lugar na produção capitalista, esses conceitos foram parcamente integrados em suas formulações teóricas, com análises ricas sobre as relações temporais e do ser social, mas pobres sobre as relações espaciais (HARVEY, 1982, 2006, 2009; SMITH, 1988).

Os escritos de Karl Marx são fundamentais para a compreensão do processo de produção do capitalismo e as suas contradições no transcorrer do tempo, porém pouco analisaram as relações entre espaço, tempo e ser social integradas. Isso correu, possivelmente, porque sua principal proposta de estudo esteve direcionada para a condição, relações e produção entre as classes sociais da Europa do século XVIII e XIX (HARVEY, 2026). No sentido de suas ponderações e estudos, Marx (1996), traz o conceito de trabalho como:

[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1996, p. 297).

Marx (1996), ao conceituar o trabalho, apresenta a dialética materialista desta ação humana, pois ao modificar a natureza com suas ações e vontades, o ser humano constrói uma segunda natureza (áreas agrícolas, vilas, cidades, estradas, pontes etc.), o que modificará a ele próprio (ex.: ao produzir ferramentas, como um martelo primitivo, o ser humano modifica o uso das mãos para partir pedras ou frutos duros). Contudo, como nos alerta Harvey (2006), apesar de Marx perceber que a natureza ao ser modificada também modifica a natureza do próprio ser humano, ele mantém o espaço separado da sociedade, estático e como um meio para um fim (o da vontade humana).

As pesquisas e as análises elaboradas por Marx com relação ao trabalho e produção impulsionaram, no transcorrer do século XX, a elaboração do conceito de produção do espaço. Assim, o conceito marxista de trabalho vinculou-se ao de produção do espaço. Marx (1996) coloca a diferença entre o trabalho humano e de outros animais:

[...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (MARX, 1996, p. 298).

Ao pontuar essa diferença, Marx (1996) expõe a capacidade humana de planejar seu trabalho antecipadamente e de produzir objetos conforme sua vontade e necessidade. Porém, o espaço, como salientado anteriormente, continuou estático e separado da sociedade.

A mudança no paradigma e a preocupação com a construção de uma crítica ao marxismo onde abarcasse a Geografia e o conceito de produção/reprodução do espaço, tem como principais contribuições teóricas as obras do filósofo Henry Lefebvre (1973, 1974), em especial no livro: “A produção do espaço”. Lefebvre (1974), embasado no conceito de produção marxista, avança na discussão ao introduzir o conceito de produção do espaço como condição para reprodução da vida social e dos meios de produção.

Segundo Schmid (2012, p. 89-90) esse reconhecimento sobre a dinâmica do conceito de espaço ocorreu em decorrência dos processos combinados de urbanização e globalização, que se intensificaram nos anos pós Segunda Guerra Mundial. A teoria da produção do espaço de Lefebvre é inovadora, pois em sua obra elementos da dialética materialista de Marx, teoria da linguagem de Nietzsche e da fenomenologia francesa, com Heidegger, são empregadas formando um núcleo sólido, ajudando a apreender o espaço como nunca feito antes. Contudo, para Schmid (2012, p. 90), ainda negligenciado por alguns estudiosos que a utilizaram.

A mudança paradigmática substancial com relação a concepção de espaço no trabalho de Lefebvre reside na introdução da produção do espaço social e da dinamização das relações sociais. Anteriormente as discussões partiam *a priori* do espaço absoluto newtoniano, estático e da fragmentação de seu estudo (LEFEBVRE, 1974, p. 4).

Lefebvre (1974, p.11) assume que sua obra procura “[...] não apenas caracterizar o espaço em que vivemos e sua gênese, mas reencontrá-la, através do e pelo espaço produzido, da sociedade atual. Ambição que o título não anuncia abertamente.” Além de esclarecer que a obra: “não tem por objetivo produzir um (o) discurso sobre o espaço, mas mostrar a produção do próprio espaço, reunindo os diversos espaços e as modalidades de sua gênese numa teoria” (LEFEBVRE, 1974, p. 37). Ao entrar no mérito da produção do espaço e das relações espaciais e sociais dos meios de produção, especificamente do sistema capitalista, o autor argumenta que:

O modo de produção projeta essas relações no terreno, o qual reage sobre elas. Sem que haja correspondência exata, definida de antemão, entre as relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). Não se pode afirmar que o modo de produção capitalista tenha, desde o início, “ordenado”, por inspiração ou inteligência, sua extensão espacial, destinada a se entender em nosso tempo ao planeta inteiro! De início, houve utilização do espaço existente, por exemplo, das vias aquáticas (canais, rios, mares), depois das estradas; na seqüência, construção de estradas de ferro, para continuar pelas auto-estradas e pelos aeroportos. Nenhum meio de transporte no espaço desapareceu inteiramente, nem a caminhada, nem o cavalo, nem a bicicleta etc. Contudo, um espaço novo se constituiu no século XX, à escala mundial; sua produção, não terminada, continua. O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, ou seja, organiza para seus fins, o espaço preexistente, modelado anteriormente (LEFEBVRE, 1974, p. 13.).

As relações sociais produzem o espaço da sociedade, mas é o meio de produção pertinente a cada sociedade que reproduz o espaço conforme suas necessidades. A ideia de trabalho humano marxista, em que é necessário imaginar e projetar para ser considerado trabalho humano, é especificado por Lefebvre (1974, p.31), “[...] o espaço lógico-epistemológico – o espaço da prática social -, aquele que os fenômenos sensíveis ocupam, sem excluir o imaginário, os projetos e projeções, os símbolos, as utopias.”

Ao ir além do discurso sobre o espaço material e incluir em sua pesquisa o espaço abstrato e sensível, Henri Lefebvre integra as categorias de cidade e espaço, desta forma, é apresentada em sua obra três dimensões conceituais necessárias para sua análise (prática social, representação do espaço e espaços de representação), o primeiro, a prática social, segundo Schmid (2012, p. 101):

[...] designa a dimensão material da atividade e interação sociais. A classificação espacial significa focar no aspecto da simultaneidade das atividades. A prática espacial, em analogia com a dimensão sintagmática da linguagem, denota o sistema resultante da articulação e conexão de elementos ou atividades. Em termos concretos, poder-se-ia pensar como as redes de interação e comunicação se erguem na vida cotidiana (ex. a conexão diária entre casa e o local de trabalho) ou no processo de produção (relações de produção e troca) (SCHMID, 2012, p. 101).

Dimensão que alude as cadeias/redes de produção e interação socioeconômicas das sociedades em uma base material no espaço (geográfico, morfológica, topográfica e delimitada). A segunda:

A representação do espaço: representações do espaço dão uma imagem e desta forma também definem o espaço. Análoga à dimensão paradigmática da linguagem, uma representação espacial pode ser substituída por outra que mostre similaridades em alguns aspectos e diferenças em outros. Representações do espaço emergem ao nível do discurso, da fala como tal e, conseqüentemente, encerram formas verbalizadas tais como: descrições, definições e especialmente teorias (científicas) do espaço. Ademais, Lefebvre considera mapas e plantas, informação em fotos e signos dentre as representações do espaço. As disciplinas especializadas envolvidas com a produção dessas representações são a arquitetura e o planejamento e também as ciências sociais (e aqui, a geografia é de especial importância). (SCHMID, 2012, p. 101).

A segunda dimensão analisa o espaço como é representado por meio de mapas, plantas, conceitos “científicos” sobre o espaço, histórico do desenvolvimento territorial e suas rugosidades. A terceira dimensão se trata dos espaços de representação:

Espaços de representação: a terceira dimensão da produção do espaço é definida por Lefebvre como a inversão (terminológica) da “representação do espaço”. Trata-se da dimensão simbólica do espaço. De acordo com isso, espaços de representação não se referem aos espaços propriamente, mas a algo mais: um poder divino, o logos, o Estado, o princípio masculino e feminino e outros. Esta dimensão da produção do espaço refere-se ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material). Os símbolos do espaço poderiam ser tomados da natureza como as árvores ou formações topográficas proeminentes, ou eles poderiam ser artefatos, prédios e monumentos; eles

poderiam também se desenvolver a partir da combinação de ambos, como, por exemplo, as “paisagens” (SCHMID, 2012, p. 101).

A última dimensão da produção do espaço analisa o nível simbólico do espacial, o símbolo da praça, do centro, do espaço da cidade, as paisagens de um município. Com estes conceitos nos é possibilitado compreender as dimensões fenomenológicas apontadas por Lefebvre, que pontuadas são a de percebido, de concebido e vivido, sendo designadas por Schmid (2012, p. 105), como:

Espaço percebido: o espaço tem um aspecto perceptível que pode ser apreendido por meio dos sentidos. Essa percepção constitui um componente integral de toda prática social. Ela compreende tudo que se apresenta aos sentidos; não somente a visão, mas a audição, o olfato, o tato e o paladar. Esse aspecto sensualmente perceptivo do espaço relaciona-se diretamente com a materialidade dos “elementos” que constituem o “espaço”. Espaço concebido: o espaço não pode ser percebido enquanto tal sem ter sido concebido previamente em pensamento. A junção de elementos para formar um “todo” que é então considerado ou designado como espaço presume um ato de pensamento que é ligado à produção do conhecimento. Espaço vivido: a terceira dimensão da produção do espaço é a experiência vivida do espaço. Essa dimensão significa o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana. Neste ponto, Lefebvre é inequívoco: o vivido, a experiência prática, não se deixa exaurir pela análise teórica. Sempre permanece um excedente, um remanescente, o indizível, o que não é passível de análise apesar de ser o mais valioso resíduo, que só pode ser expresso por meio de meios artísticos (SCHMID, 2012, p. 105).

A tri-dimensionalidade dialeticamente interconectadas com os conceitos de prática social, representação do espaço e espaço representado, figuram com núcleo duro da teoria de produção do espaço, nessa teoria o espaço é inacabado, deve estar sempre ligada ao tempo, e cada dimensão é de igual valor e complementada pela outra (SCHMID, 2012).

No Brasil, entre os autores estão Amélia Luísa Damiani e Ana Fani Alessandri Carlos estudando a obra de Lefebvre. Damiani (2017) sintetiza as ideias sobre a dialética Lefebvriana do espaço produzido no quadro 1.

Quadro 1 - Formulação teórica de Henri Lefebvre

Em Direção a uma dialética do espaço		
1	2	3
Forças estruturais (temporais) Do capitalismo	Fetichismo do Espaço	Forças estruturais (espaciais) Do capitalismo

Dialética do tempo	Reprodução social e planejamento espacial	Dialética do espaço
Acumulação do capital e Forma mercadoria	Pacto entre as camadas sociais, para intervenção em determinado espaço	Relação triádica Capital-trabalho-produção do espaço (renda da terra)
Relação triádica Capital-trabalho-renda Da terra, sob o fundamento do trabalho abstrato	Redução dos processos sociais á “Luta” entre os diferentes espaços (localismo, bairrismo, regionalismo, nacionalismo)	Desenvolvimento geográfico desigual Especificidades e particularidades têmporo-espaciais
Desenvolvimento social desigual	Obscurecimento das relações sociais	Múltiplas escalas geográficas das relações socioespaciais (cidades, regiões, nações, agrupamentos internacionais)
Necessidade de contingência (estrutura-conjuntura)	Alienação espacial e personificação do espaço	Geografia do Capitalismo
Estruturação-Destruturação	Lógicas espaciais	Reestruturações espaciais e urbanas
Re-produção das relações sociais de produção		Lógicas socioespaciais e contradições do espaço
Lógicas sociais e contradições no espaço		

Formulação teórica de Henri Lefebvre In: DAMIANI, Amélia Luisa. Espaço e Geografia: Observações de Método. Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo. p. 202. Org.: Pelo Autor, 2021.

Segundo a autora, o trabalho de Lefebvre sobre a produção do espaço “[...] deriva, ao nível mais elevado da abstração, da tentativa de compreender a dialética do espaço, como momento necessário para o reconhecimento da força da reprodução das relações sociais de produção” (DAMIANI, 2017, p. 43).

Neste sentido, Carlos (2008, p. 32-33), argumenta que a ideia de produção do espaço permite ir além da simples descrição da realidade, pois também permite repensar o conteúdo do espaço, o movimento e o papel dos seres humanos. A concepção de produção possibilita a

compreensão do espaço como um “[...] produto concreto de relações sociais historicamente determinadas”. Para a autora:

A essa noção de espaço como palco da atividade do homem, organizado em função das necessidades dos grupos humanos, entendendo a terra como morada, contrapõe-se a ideia de espaço produzido pela sociedade onde o trabalho, como atividade produtora, tem o caráter de mediador da relação (CARLOS, 2008, p. 33).

Em sua análise da (re)produção do espaço, Carlos (2008, p. 33) deixa evidente que: “O espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas antes de tudo porque é produto, condição e meio de toda a atividade humana”. Na discussão do espaço como um produto social e histórico é importante articular os processos de produção e de reprodução:

Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que, antes, foi produzido pelo trabalho humano; entretanto a reprodução, que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz) (CARLOS, 2008, p. 34).

A articulação entre produção e reprodução permite a compreensão da totalidade do movimento que envolve o processo de realização e acumulação do capital, bem como o desenvolvimento da vida humana. O espaço está “[...] implícita a ideia de movimento, de transformação, de dinamismo que ocorre com o desenvolvimento histórico de produção como acumulação” (CARLOS, 2008, p. 35). Nesse processo o trabalho desempenha o papel de mediador.

O trabalho é entendido aqui como a mediação necessária da relação homem-natureza, na qual o espaço geográfico aparece como um produto histórico e social, onde o homem é o sujeito; ele não se relaciona com o espaço, mas o produz, à sua imagem e semelhança, e neste sentido o espaço, num momento histórico determinado, será produto e condição do processo de reprodução da sociedade (CARLOS, 2008, p. 36).

O trabalho é criador de formas no espaço, formas estas que nas grandes cidades estão em constante mudança frente as novas tecnologias que alteram a noção do tempo. Essa efemeridade das formas urbanas tomadas pela alteração atual do tempo “[...] invade a vida cotidiana recriando, constantemente, novos valores, novos signos, novos comportamentos,

enquanto destroem símbolos, transformam os modos de uso do espaço, mudam as relações entre os cidadãos e destes com a cidade” (CARLOS, 2007, p. 87).

Para compreender o dinamismo e os atores que trabalham na reprodução do espaço é preciso recorrer a Corrêa (1989), que ao discutir a temática sinalizada indica os seguintes agentes produtores do espaço:

- (a) Os proprietários dos meios de produção, especialmente os grandes industriais;
- (b) Os proprietários fundiários;
- (c) Os promotores imobiliários;
- (d) O Estado;
- (e) Os grupos sociais excluídos.

Os proprietários dos meios de produção (industriais e comerciais) são grandes consumidores do espaço, buscando terrenos amplos, baratos, com infraestrutura montada e proximidade dos núcleos populacionais. Os proprietários fundiários “[...] atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades” (CORRÊA, 1989, p. 16), procurando o uso que seja mais rentável e interessados na conversão do rural em urbano, pressionam o Estado para assegurar políticas que visem a valorização das suas terras. Contudo ao buscarem o encarecimento do espaço urbano e/ou rural outrora desvalorizado os proprietários fundiários geram conflito com os proprietários dos meios de produção.

Os promotores imobiliários segundo Corrêa (1989, p. 19 e 21), são um conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações:

- Incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária; o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria em imóvel.
- Financiamento;
- Estudo técnico;
- Construção ou produção física do imóvel;
- Comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro.

O Estado conforme Corrêa (1989, p. 24), “[...] atua também na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte.” Apesar de ser um agente específico, o Estado também atua como industrial, proprietário fundiário e promotor imobiliário. Contudo, é na implementação da infraestrutura que o estado tem sua atuação esperada.

Os grupos sociais excluídos são agentes que produzem e vivem em um espaço degradado e/ou inadequado para os outros agentes, são velhas residências, cortiços, áreas íngremes, alagadiças e várzeas. Os grupos sociais excluídos buscam o direito à cidade e ao uso do espaço com resistência e sobrevivência. Nesse processo áreas geralmente chamadas favelas e que por ações dos próprios moradores, como a melhoria das residências, pressão sobre o Estado e por motivos eleitoreiros, tem nesse espaço o processo de urbanização que desencadeia a valorização, acabando por retirar parte desses moradores por pressões de agentes fundiários ou promotores imobiliários.

A produção do espaço é complexa porque os diversos agentes que o produzem estão inseridos na lógica capitalista, um sistema transposto por contradições, de um lado está a necessidade de acumulação de capital continuamente e do outro um espaço físico limitado em recursos e tamanho. A maneira de contornar esta contradição é a reprodução do espaço.

1.2 Desenvolvimento Geográfico Desigual

Para iniciar a discussão com relação ao desenvolvimento geográfico desigual é necessário introduzir o significado de desenvolvimento utilizado nessa pesquisa. Historicamente o conceito de desenvolvimento tradicional enfocou a sua análise na economia, fato que o levou a ser chamado de desenvolvimento econômico. Essa concepção predominou, aproximadamente, da Segunda Revolução Industrial até o período do Pós-Segunda Guerra Mundial, no qual a perspectiva do desenvolvimento tradicional defronta-se com movimentos sociais que reivindicaram mudanças nas relações entre capital e trabalho (AMARO, 2017, p. 88).

As interpretações com relação ao desenvolvimento, na atualidade, procuram atentar para uma perspectiva multidimensional e interdisciplinar. Multidimensional no sentido de que o desenvolvimento não está relacionado a apenas uma dimensão (a econômica) e sim a múltiplas dimensões (política, social, ambiental, cultural, econômica). Interdisciplinar porque o desenvolvimento não é exclusividade de uma área do conhecimento, visto que têm sido estudados por cientistas sociais, cientistas políticos, geógrafos, sociólogos, economistas, historiadores, administradores entre outros. Tais áreas têm produzido conceituações enriquecidas pelo diálogo interdisciplinar com as outras áreas.

Explicitado o conceito de desenvolvimento, a primeira percepção de um processo de “desenvolvimento desigual”, foi constatado por Tucídides (460 a.C – 400 a.C) na Grécia clássica, na obra “História da Guerra do Peloponeso”, onde o historiador conferiu um

desenvolvimento díspar dos gregos em relação aos aliados da liga de Delos (CANFORA, 2015). Porém, a temática foi pouco explorada conceitualmente e analiticamente nos períodos históricos posteriores.

Na contemporaneidade, a expressão desenvolvimento desigual foi, inúmeras vezes, utilizada em uma conceituação teórica apropriada. Karl Marx e Friedrich Engels ao analisarem as contradições existentes no modo de produção capitalista e a desigualdade gerada entre os segmentos sociais e na sociedade, construíram as bases para a ideia de desenvolvimento desigual dentro do materialismo histórico dialético.

Autores como Lênin (1987) e Trotsky (1967) estão entre os primeiros pensadores a se debruçar efetivamente sobre as questões da desigualdade no desenvolvimento. Consta na literatura acadêmica que primeiro foi Lênin (1987), a ponderar nas obras “O imperialismo: fase superior do capitalismo” e “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” com relação a desigualdade a partir da expansão espacial capitalista em sua fase imperialista através da concentração da produção, da formação dos monopólios e da fusão entre indústrias e bancos. Neste estudo o autor confere que a necessidade de expansão na fase imperialista promoveu o desenvolvimento desigual na Rússia Czarista:

O aumento das trocas, tanto nacionais como, sobretudo internacionais, é um traço distintivo, característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista. [...] a irregularidade de seu desenvolvimento e a subalimentação das massas são condições e premissas fundamentais, inevitáveis deste modo de produção (LÊNIN, 1987, p.60).

Portanto, para Lênin (1987), conforme a expansão na fase imperialista do capitalismo avança, as irregularidades do desenvolvimento neste modelo de produção estabelecem desigualdades em diferentes partes da superfície terrestre e nas diferentes escalas geográficas. Todavia, é em Trotsky que o conceito é remodelado e torna-se lei do desenvolvimento desigual e combinado (LDDC), ao explicitar como ocorreu esse processo na Rússia em seu livro “A história da revolução Russa”:

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado. [...] o caráter provincial e transitório de todo processos admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio ambiente sempre novos. O capitalismo, no entanto, marca um progresso sobre tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. [...] Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e

este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distancias que, no passado, separaram estas diferentes armas. [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do processo histórico. A orbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado (TROTSKY, 1967, p. 24-25).

Trotsky (1967) perfilhou que países “atrasados” face ao capitalismo objetivam “forçadamente” uma rápida assimilação de novos processos para seu progresso e desenvolvimento econômico, portanto queimam etapas, conquistas e avanços tecnológicos que os países mais “adiantados” produziram, e por conseqüente puderam reproduzir na maior parte de seus territórios.

Destarte, com a entrada do modo capitalista na Rússia o caráter “irregular, complexo e combinado” deste modo de produção, marcado por contradições, rupturas e avanços em uma sociedade feudal e autocrática, articulou entre o capital urbano-industrial (moderno) e a propriedade rural (arcaica), entre as classes possuidoras da cidade e do campo o desenvolvimento desigual e combinado russo no início do século XX. Em outro trecho Trotsky (1967) explica as diversas etapas do capitalismo combinadas no mesmo território.

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade em ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amalgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido em todo seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TROTSKY, 1967, p. 25).

A contribuição dos autores marxistas do início do século XX para a noção de desenvolvimento desigual remeteu substancialmente aos processos políticos, no caso de Trotsky, o cenário histórico político da Rússia. Contudo, a espacialidade e geografia sobre o desenvolvimento socioeconômico desigual tem as bases estabelecidas com David Harvey e Neil Smith, na década de 1980. Assim Theis (2009) aponta as diferenças dos conceitos:

O que distingue a lei do desenvolvimento desigual e combinado da teoria do desenvolvimento geográfico desigual é: enquanto a preocupação da primeira está em explicar porque uma formação social periférica/atrasada, cujas forças

produtivas não estão desenvolvidas e nem sob o controle de uma burguesia nacional consolidada, pode experimentar uma revolução política; a segunda constitui uma tentativa teórico-metodológica que busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países (THEIS, 2009, p. 245).

O geógrafo Smith (1988), está entre os principais teóricos contemporâneos do desenvolvimento desigual. Ele deixa claro que a desigualdade não é algo exclusivo do modo de produção capitalista, visto que o desenvolvimento pré-capitalista também era desigual. No entanto, no capitalismo a desigualdade adquire novos contornos e intensifica-se. Argumenta que a: “[...] divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento” (SMITH, 1988, p. 152)

A divisão territorial do trabalho foi, com efeito, fortemente influenciada pela diferenciação natural da Terra, ou mesmo apoiada nela. Mas com o surgimento do capitalismo, não foi somente a própria sociedade, mas também a relação da sociedade com a natureza que se revolucionou [...]. Certamente, o capitalismo herdou uma divisão territorial do trabalho radicada nas diferenciações naturais e essa divisão territorial se mantém em proporção maior ou menor, mas ela subsiste como um fato – relíquia para os ditames de uma nova sociedade [...] (SMITH, 1988, p. 158).

Em um primeiro momento histórico a influência natural teve algum papel na diferenciação do espaço, porém, com o aprofundamento das relações capitalistas deixou de exercer forte influência. No capitalismo é a divisão do trabalho e a divisão do capital que desempenham um papel importante na diferenciação geográfica da paisagem.

A concentração inicial do capital em algumas mãos oferece os meios para o desenvolvimento da divisão do trabalho, para a produção de maior quantidade de produtos excedentes em cada investimento e para maior concentração do capital através da acumulação. Esta é a própria concentração onde cada capital cresce pelo reinvestimento de quantidades de mais-valia como capital (SMITH, 1988, p. 176-177).

A acumulação de capital conduz a um processo mais poderoso que é a centralização do capital, que possibilita a rápida expansão da produção, gerando mais acumulação. A centralização ocorre em alguns pontos do espaço, em detrimento de outros, o que caracteriza o aprofundamento da desigualdade socioespacial.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, o aumento da mobilidade do capital dentro e fora da produção e a contínua emancipação da indústria dos obstáculos naturais, as taxas diferenciais de salário e, em menor proporção, o padrão existente de especialização da mão de obra são fatores que determinam o local exato para o qual o capital converge e onde se concentra. **Quanto**

maior é a centralização do capital, mais importante se torna o nível de diferenciação geográfica, uma vez que maiores capitais estão operando na escala nacional e internacional, mais do que na escala local e podem, desse modo, tirar proveito das diferenciações nessa escala (e ajudar a produzi-las) [...] A pesquisa e o desenvolvimento, por exemplo, podem ser concentrados em uma região onde haja mão de obra especializada e de nível universitário em grande escala, e a produção em massa pode ser concentrada em outras regiões com grande disponibilidade de trabalhadores não-especializados (SMITH, 1988, p. 209, grifo nosso).

Torna-se evidente que a centralização do capital, agora cada vez mais em âmbito nacional e internacional, conduz a desigualdades tecnológicas na produção (dentro de um país e entre diferentes países), aprofunda as diferenças no valor do salário (e. g.: especializado e não especializado, além da questão da informalidade e do desemprego), entre outras questões que marcam o desenvolvimento desigual. O capital se move para onde o lucro é maior e isso acarreta: “[...] o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro [...]” (SMITH, 1988, p. 212).

Observa-se que o conceito de desenvolvimento geográfico desigual não trata apenas das desigualdades socioeconômicas entre espaços geográficos distintos, mas também procura captar essas desigualdades produzida pelo capitalismo no espaço. Em outras palavras, é a diferenciação espacial que ocorre no local de produção capitalista em um processo de acumulação e circulação de capital que produz o desenvolvimento desigual entre diferentes regiões e países (THEIS, 2009).

Desta maneira, a “atualização” do conceito modificou também o objetivo do estudo da teoria, agora focada na divisão territorial de trabalho e do capital do modo de produção capitalista, exemplificado nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos atualmente. Ainda segundo Theis (2009), a tecnologia desempenha um papel relevante: “como elemento capaz de promover ou ampliar a diferenciação do espaço”.

Nesse sentido, Smith (1988, p. 171), declara: “[...] a tecnologia é tanto o veículo para a expansão do capital quanto o fator impulsionador de tal desenvolvimento. A competição é o fluxo social que generaliza a necessidade de inovação por toda a economia”. Em virtude destas novas tecnologias (transporte e comunicação) que Marx se referiu a “aniquilação do espaço pelo tempo”. Para exemplificar, o trem em sua época de ouro era mais rápido que o carro de boi, o automóvel mais rápido que animais de carga e no século XX, o avião abriu novas oportunidades para o capitalismo, diminuindo assim as distâncias e o tempo entre as pessoas e as mercadorias. As comunicações, por sua vez, desde o telegrafo aos sofisticados computadores

de nossa época, facilitaram/melhoraram a produção das empresas que tinham o espaço como obstáculo para logística, entrega e distribuição de suas mercadorias, por meio da informação.

Estas novas tecnologias, conforme Harvey (2006), “[...] podem levar a que certas produções em certos espaços floresçam, enquanto outras produções localizadas em outros espaços não poderão se beneficiar delas – o que gerará novas desigualdades geográficas”. Dessa forma, regiões e até unidades territoriais, dentro da competição intercapitalista moldam e promovem a reorganização das paisagens geográficas, pela necessidade de mão-de-obra, custos, subsídios, infraestrutura, entre outros fatores importantes para a maior obtenção de taxa de lucro (THEIS, 2009). Na prática:

Regiões bem-sucedidas são espaços nos quais a economia tende a crescer e a sociedade a se tornar mais rica; regiões perdedoras, em contrapartida, constituem espaços nos quais o processo de acumulação parece estar travado e sua sociedade, em consequência, parece empobrecer além da pobreza herdada. De fato, regiões bem-sucedidas e regiões perdedoras conformam a paisagem do capitalismo mundializado, expressão concreta do desenvolvimento geográfico desigual. (THEIS, 2009, p. 248).

Smith (1988), resume o desenvolvimento geográfico desigual: “[...] como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual [...] é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados” (SMITH, 1988, p. 221). Com isso, uma pequena parcela da população que tem elevada e eficiente fluidez espaço-temporal fica cada vez mais rica, o restante da população vive no limite ou abaixo do limite da sobrevivência em espaços periféricos e socialmente debilitados.

O desenvolvimento geográfico desigual é o resultado e a condição manifestada do “capitalismo tardio”, onde dois elementos são imprescindíveis para captá-lo segundo Harvey (2004, p. 112), “[...] a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas. Temos, por conseguinte, de pensar em diferenciações, interações e relações tanto inter-escalares como intra-escalares”.

Harvey (2016, p. 139), explica que o capital se esforça para produzir uma paisagem favorável à sua reprodução, uma paisagem que atenda às suas necessidades. Nesse esforço, as contradições entre: “[...] capital e trabalho, concorrência e monopólio, propriedade privada e Estado, centralização e descentralização, fixidez e movimento, dinamismo e inércia, pobreza e riqueza [...] ganham amplitude e forma material na paisagem geografia”. Nesse aspecto:

O modo como a paisagem evolui afeta tanto a acumulação de capital quanto a maneira como se manifestam as contradições do capital e do capitalismo no espaço, no lugar e no tempo [...]. Sem o desenvolvimento geográfico desigual e suas contradições, há muito tempo o capital já teria se ossificado e se tornado caótico. Esse é o meio crucial pelo qual o capital se reinventa periodicamente (HARVEY, 2016, p. 140).

O capital e o Estado atuam de forma organizada na produção de espaços com as características necessárias a reprodução capitalista, gerando contradições que alimentam a própria estrutura. No processo alguns espaços são capazes de atrair mais capital (por conterem as estruturas e infraestruturas adequadas a reprodução), já outros espaços perdem a capacidade de atrair novos investimentos.

O capital procura de tempos em tempos, segundo Harvey (2016), redirecionar os fluxos de investimentos de um espaço para outro. Faz isso na tentativa de evitar a ossificação e a estagnação, pois a mobilidade abre espaço para um novo ciclo de reprodução ampliada.

O efeito geral dessa volatilidade inter-regional é a redução temporária do perigo sistêmico de superacumulação e desvalorização, ainda que os problemas em determinados lugares se acentuem [...] A cada passo, é claro, surgem questões sobre o próximo espaço de fluxo lucrativo do capital, bem como sobre o próximo espaço que será abandonado e desvalorizado [...] **O capital nunca resolve suas falhas sistêmicas porque as desloca geograficamente** (HARVEY, 2016, p. 145, grifo nosso).

O desenvolvimento geográfico desigual, no dizer de Harvey (2016), também tem como intuito deslocar as falhas do capital de um lugar para o outro. Como o capital sempre vai bem em algum lugar (ainda que vá mal em muitos outros), cria-se a ilusão de que é possível estender, em algum momento no futuro, o desenvolvimento para todos os espaços. Mera ilusão que atende apenas aos interesses de (re)produção do próprio capital.

O que vemos é o surgimento de uma aliança profana entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro para criar uma forma de “capitalismo abutre” que, por um lado, estimula práticas canibais (economias de espoliação) e desvalorizações forçadas e, por outro, deseja um desenvolvimento global harmonioso (HARVEY, 2016, p. 151).

No que diz respeito a discussão apresentada, no caso brasileiro e em especial o verificado no Estado do Paraná, Costa (2016), em seu livro “Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná”, pontua sobre o estudo da teoria do desenvolvimento geográfico desigual e as consequências do capitalismo na sociedade e no território paranaense:

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual oferece subsídios analíticos para explicar as profundas desigualdades e contradições existentes na produção do espaço paranaense a partir da reestruturação produtiva ocorrida da década de 1970 em diante, na qual o capital nacional e internacional na procura de novos espaços para reprodução ampliada e com o apoio político do Estado brasileiro e paranaense promoveu profundas transformações (COSTA, 2016, p.200).

A referida teoria tem sua importância na análise da conjuntura e na mudança estrutural do desenvolvimento territorial paranaense pós década de 1970, ao permitir o entendimento dos seguintes fatos que ocorreram no território paranaense:

- A redução das pequenas propriedades rurais e a elevação das médias e grandes propriedades;
- O incentivo para a produção agrícola – monocultura voltada para a exportação em detrimento da valorização dos produtores de alimentos para o mercado interno;
- A concentração industrial em restritos centros urbanos fortemente dinâmicos;
- A instalação de grandes e poderosas corporações industriais e financeiras – de origem externa e interna;
- A orientação do Estado em estabelecer políticas destinadas a privilegiar o capital;
- A valorização do solo urbano e a especulação imobiliária – paralelamente ao crescimento das favelas em fundos de vale e áreas íngremes;
- A mobilidade da força de trabalho do campo para a periferia das grandes cidades;
- A segregação da população de menor renda e a formação de condomínios de luxo para a elite;
- A ampliação dos problemas ambientais urbanos e rurais (poluição dos rios e nascentes, contaminação da água, poluição do ar, desmatamento, entre outros). (COSTA, 2016, p.200).

A maior penetração de capital nacional e internacional no Paraná a partir da década de 1970, tendo em vista o processo de modernização da agricultura, a agroindustrialização no campo, os investimentos em infraestrutura, a formação de polos de tecnologia e a industrialização na região metropolitana de Curitiba, bem como sua contradição dialética observada por meio do êxodo rural, segregação socioespacial, precariedade das políticas públicas sociais, exploração da força de trabalho, baixa qualidade da educação, entre outros, resultaram no desenvolvimento desigual entre as regiões e entre os municípios paranaenses.

O estudo de Costa (2016), classificou os 399 municípios paranaenses em quatro grupos: 1) fortemente dinâmicos; 2) dinâmicos; 3) intermediários; 4) periféricos. As principais características de cada grupo são apresentadas a seguir:

1) Municípios fortemente dinâmicos: apresentaram as melhores condições para a reprodução ampliada do capital (Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária, Londrina e Maringá). Exercem elevada influência na rede urbana paranaense e são os principais centros industriais, comerciais e de prestação de serviços. Apresentam elevada relevância econômica contribuindo ativamente para a composição do PIB, possuem significativo crescimento populacional e atuam como áreas de atração. A baixa taxa de pobreza e o elevado IPDM indicam melhor condição de vida para a população. Estão fortemente inseridos na dinâmica regional, estadual, nacional e até mesmo internacional, atraindo investimentos públicos e privados que extravasam as suas imediações e dinamizam as áreas adjacentes. [...]. Disponibilizam infraestrutura adequada e em contínua expansão com rodovias que permitem ampla circulação de mercadorias e pessoas.

2) Municípios dinâmicos: exercem influência regional atuando como importantes centros industriais, comerciais e de prestação de serviços, porém menos complexos do que os presentes nos municípios fortemente dinâmicos. Também atuam como áreas de atração populacional e apresentam alta ou média relevância para a composição do PIB paranaense. Estão integrados na economia estadual com presença em nível nacional, contudo em menor escala. Apresentam boa qualidade de vida para a população em razão da infraestrutura disponível (educação, saúde, moradia, parques e praças, etc.). São espaços em desenvolvimento que conseguem atrair os investimentos públicos e privados.

3) Municípios intermediários: apresentam pouca ou média dinamicidade. Atendem as necessidades básicas da população e oferecem serviços e produtos de baixa e média complexidade. São centros locais ou centros de zona com influência local ou regional. A maioria apresenta crescimento populacional. Uma pequena parte dos recursos privados e públicos são canalizados para esses municípios. Possuem significativo potencial endógeno de crescimento e desenvolvimento em médio prazo, desde que ocorrem estímulos públicos e privados.

4) Municípios periféricos: atuam localmente e sua influência não extrapola seus limites territoriais. Possuem dificuldades para atender as necessidades básicas da população (saúde, educação, emprego, renda, moradia, consumo, serviços e lazer). Existe evasão da população, elevada taxa de pobreza e são considerados sem relevância ou com baixa relevância para a composição do PIB estadual. Nos últimos anos vem ocorrendo perda de centralidade e de funções urbanas em razão do esvaziamento populacional e da nova dinâmica capitalista que modernizou a agricultura e alterou a rede urbana [...] Estão subordinados as decisões políticas e econômicas provenientes de outros pontos do território e são dependentes dos recursos repassados pelo governo Estadual e Federal através dos fundos de participação, pois não conseguem gerar quantidade suficiente de recursos próprios (COSTA, 2016, p. 118-121).

Como demonstrou o estudo elaborado por Costa (2016), o desenvolvimento geográfico desigual foi fator e produto das políticas públicas que favoreceram o capital no Paraná. Em suma, a produção do espaço capitalista no Paraná, reproduziu paisagens e desigualdades em todo o território, com regiões, municípios e até bairros bem sucedidos, que receberam capital transformando seus espaços com a ajuda da tecnologia (exemplos: Curitiba, Londrina e Maringá). Já os municípios “perdedores”, considerados no referido estudo como periféricos,

convivem com o descaso do setor público e privado, em consequência disso sofrem com o: esvaziamento populacional; a estagnação de indicadores sociais e econômicos; a dependência externa e a subordinação territorial.

1.3 Municípios periféricos

No Brasil o município atende especificamente as prerrogativas da escala local com jurisprudência política dentro dos seus limites físicos. De acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 18. “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1998). A escala administrativa do município é demasiadamente importante para o atendimento das necessidades da população, tais como saúde, educação, saneamento básico, moradia, lazer, emprego entre outras. Com relação a origem da palavra município, ela deriva do latim *municipium*, e segundo descreveu Meirelles (2010):

[...] o município, como unidade político-administrativa, surgiu de fato com a República Romana, interessada em manter a dominação pacífica das cidades conquistadas pela força de seus exércitos. Os vencidos ficavam sujeitos, desde a derrota, às imposições do Senado, mas em troca de sua sujeição e obediência às leis romanas, a República lhes concedia certas prerrogativas que podiam ser desde direitos privados até o privilégio de poder eleger seus governantes e dirigir a própria cidade. As comunidades que auferiam essas vantagens eram consideradas municípios (MEIRELLES, 2010, p.33).

No Brasil, o município apareceu como cópia do município português guardando a colônia as mesmas organizações e atribuições políticas, administrativas e judiciais da metrópole. É importante ressaltar a diferença entre cidade e município, enquanto o primeiro aborda apenas a área urbana de um local o segundo é a totalidade entre o urbano e rural de um local.

Até a constituição de 1988 os municípios não eram considerados entes federativos, atributo que instituiu a autonomia do município, estendendo a ele a possibilidade de se organizar administrativa, política e financeiramente. Com isso, a definição atual do município é uma circunscrição territorial dotada de personalidade jurídica e com certa autonomia administrativa, sendo as menores unidades autônomas da Federação (MAYER, 1976). Atualmente no Brasil existem 5570 municípios, dos quais 399 estão no Paraná, 25 na

Mesorregião do Centro Ocidental Paranaense e a Microrregião de Campo Mourão é composta por 14 municípios.

Dentre as principais fontes de receita dos municípios brasileiros está o Fundo de Participação dos Municípios, transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Segundo o Ministério da Fazenda (2018):

Já o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) teve origem nesta mesma Emenda Constitucional, em seu artigo 21, que também exigia a regulamentação do Fundo através de Lei Complementar. Inicialmente, o FPM era formado por 10% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI), descontados os incentivos fiscais vigentes na época, restituições e outras deduções legais referentes a esses impostos. A regulamentação do FPM veio com o Código Tributário Nacional (CTN – Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966), no seu artigo 91, e o início de sua distribuição deu-se em 1967. O critério de distribuição do FPM era então baseado unicamente na população dos Municípios (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2018).

O FPM é de suma importância para pequenos municípios que possuem baixa arrecadação, porém, ainda que seja um mecanismo legal que contribui como fonte de receitas, por si só não é capaz de resolver as necessidades existentes nos municípios. É preciso que os recursos provenientes do FPM seja uma fonte de receita complementar e não a principal, ou seja, os municípios precisam articular projetos capazes de transformar a sua realidade social sem depender quase que exclusivamente das transferências externas.

Explicitado a origem da palavra município, sua atribuição legal atual e a dependência das transferências externas, vamos atentar para o conceito de municípios periféricos. O conceito de municípios periféricos está fundamentado no materialismo dialético e parte, especialmente, das discussões entre centro e periferia estabelecidas a partir da década de 1960, pelos autores da teoria da dependência, entre eles: Ruy Mauro Marini; Vânia Bambirra; Samir Amin; Theotônio dos Santos; entre outros.

De acordo com a interpretação elaborada por Marini (2013), o subdesenvolvimento na América Latina está intimamente relacionado com a história do desenvolvimento mundial do capitalismo. O subdesenvolvimento, nesse contexto, não pode ser analisado separadamente da história da expansão do capitalismo pelo espaço global.

Nos países subdesenvolvidos a industrialização foi pautada em um processo de acumulação dependente. Tal fato produziu a concentração e centralização do capital em

benefício de poucos. Dessa feita, para manter a acumulação foi necessário que os trabalhadores fossem submetidos a uma situação permanente de exploração da sua força de trabalho.

A absorção de técnicas modernas de produção pelas economias baseadas na superexploração piora a situação dos trabalhadores, ao expandir em ritmo acelerado o desemprego e o subemprego. [...] a superexploração do trabalho atua por si mesma no sentido de aumentar a concentração do capital (na medida em que converte parte do fundo de salários em fundo de acumulação de capital), provocando como contrapartida a pauperização das massas (MARINI, 2013, p. 38).

Para o economista Samir Amin (1976) a dependência dos países periféricos está relacionada com as trocas desiguais em âmbito internacional. A desigualdade fica mais nítida quando as trocas são feitas entre um país central e um país periférico. O fato está ligado as seguintes questões:

1.º, as desigualdades extremas que caracterizam a distribuição de cada produtividade na periferia no sistema dos preços transmitido do centro [...]; 2.º, a desarticulação que resulta, na periferia, do ajustamento da orientação da produção de acordo com as necessidades do centro e que impede a transmissão dos benefícios do progresso econômico dos pólos [...]; 3.º, o domínio econômico do centro que se exprime nas formas da especialização internacional (as estruturas do comércio mundial nas quais o centro modela a periferia segundo as suas necessidades) e na dependência das estruturas do financiamento do crescimento na periferia [...] (AMIN, 1976, p. 170).

No modelo de trocas comerciais especializadas estabelecido internacionalmente os países centrais são favorecidos pela própria estrutura do sistema que eles mesmo foram criando e modelando de acordo com as suas prioridades. Os países periféricos, por sua vez, são dependentes das demandas dos países centrais que definem as regras do “jogo” e as diretrizes econômicas. Geralmente os países centrais vendem produtos com maior valor agregado em virtude do investimento em tecnologia e os países periféricos vendem produtos primários ou produtos industrializados com menor valor agregado. Também é possível observar a venda de produtos de maior valor agregado feitos em países periféricos com tecnologia vinda dos países centrais. As trocas desiguais ocasionam uma dependência tecnológica, bem como possíveis déficits comerciais.

De acordo com Lacoste (1985, p. 24), para se entender os problemas do subdesenvolvimento periférico também é necessário levar em consideração as relações de classe no interior de um país, bem como as relações oriundas do exterior. “Essas relações de classe ‘internas’ e de dominação exercida do exterior pelo estrangeiro são, de fato, muito estreitamente ligadas e não se pode compreender uma sem a outra”.

É possível observar que as classes dominantes no interior de um país periférico estão, de alguma forma, articuladas com os interesses das classes dominantes dos países centrais (especialmente no que tange as grandes empresas transnacionais e o sistema financeiro). Com isso, alguns dos interesses externos são favorecidos internamente.

As elites internas, em virtude do poder econômico que possuem e da influência política que exercem, têm as condições para definir a gestão territorial. No transcorrer do processo é estabelecida uma associação entre as elites internas e as elites externas. Ainda que existam contradições de interesses e divergências entre as próprias elites, geralmente ocorre uma coalisão de forças em busca de um interesse comum – a reprodução ampliada do capital. Assim, praticam uma política que favorece os seus interesses, como os interesses das empresas transnacionais e do capital financeiro, muitas vezes à custa da exploração do trabalhador.

Com relação aos estudos no estado do Paraná, um dos primeiros esforços para o entendimento da condição periférica de alguns municípios foi elaborado por Rocha (1999), no estudo intitulado: “Distribuição Populacional na Mesorregião Norte Central Paranaense – o perfil concentrador como resultante de um modelo de desenvolvimento econômico”. Mais adiante Costa e Rocha (2009), propõem um estudo contendo o aporte teórico conceitual e a definição dos critérios para a classificação dos municípios no estado do Paraná: I) evasão populacional; II) estagnação econômica; III) subordinação hierárquica e; IV) população de até cinco mil habitantes.

Na obra nominada como: “Desenvolvimento Local em Municípios Periféricos” os referidos autores reformularam os critérios, introduzindo novos itens e retirando o limite populacional para enquadrar estes municípios como periféricos. Dessa feita, para a elaboração da noção devem ser considerados quatro critérios imbricados e que devem ser analisados em conjunto: I) esvaziamento populacional; II) subordinação territorial; III) dependência econômica e; IV) indicadores sociais críticos (COSTA, ROCHA, 2013, p. 50).

O esvaziamento populacional traz dificuldades para o município, como a diminuição de arrecadação com impostos e de recursos destinadas pelo governo federal e estadual, fuga de mão de obra e taxas de crescimento populacional reduzidas. A subordinação territorial conforme Costa e Rocha (2013), entende-se como:

[...] a centralização e do controle exercido por alguns poucos pontos do espaço sobre a gestão pública e empresarial através da tomada de decisão e encaminhamento dos investimentos. O processo de concentração e centralização do capital, resultado da urbanização capitalista, estabelece hierarquias territoriais, na medida em que capitais de maior magnitude (alocados nos maiores centros) produzem espaços contíguos fomentando o

consumo periférico e em muitos casos reordenando os fluxos de consumo destes municípios para os grandes centros (COSTA; ROCHA, 2013, p. 52).

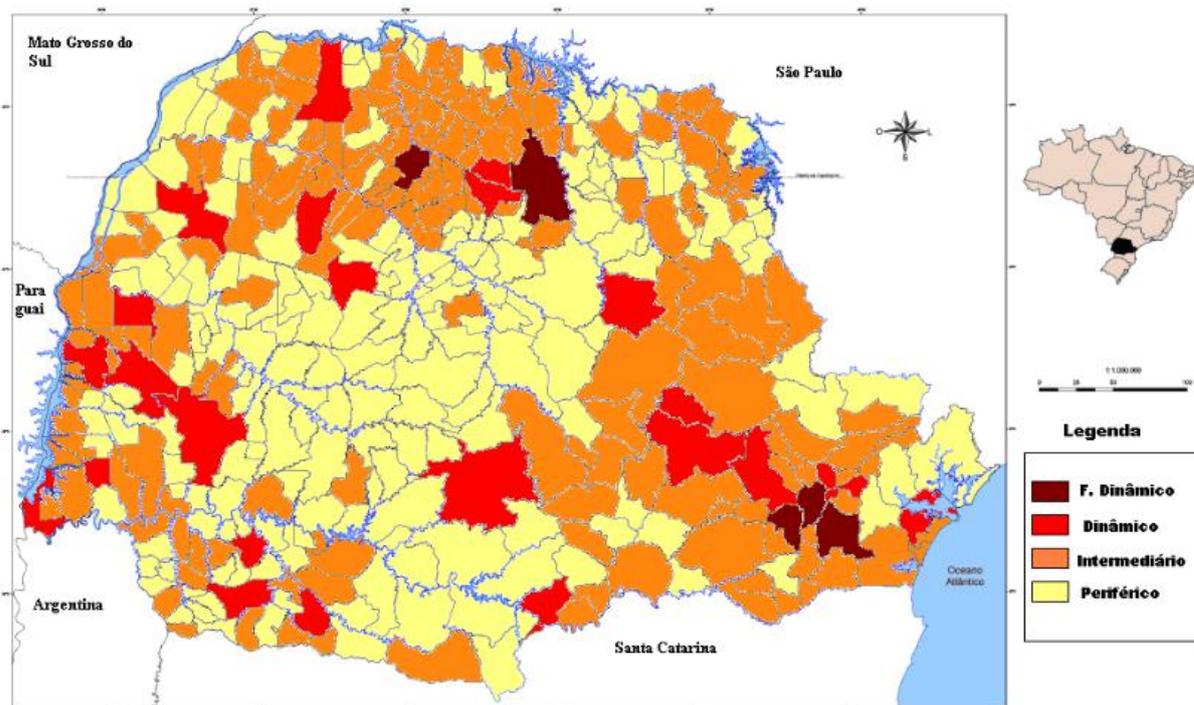
Intricada ao esvaziamento populacional, a subordinação territorial impede o desenvolvimento e o crescimento social e econômico dos municípios periféricos. A dependência econômica, por sua vez, associada às contradições do capitalismo na produção do espaço, têm no Brasil a dependência de parcela significativa dos municípios periféricos dos fundos de participação estabelecidos pelo governo federal e estadual, pois tais municípios não conseguem gerar recursos próprios suficientes para atender a sua população. Também são dependentes e subordinados aos interesses dos detentores do capital em investir recursos no seu território, o que ocorre em pequena proporção, visto que os investimentos privados são escassos. Em virtude desses problemas apontados, existem muitas dificuldades para a implantação de políticas públicas que contribuam com o bem estar da população e na ordenação e produção de seus territórios (COSTA; ROCHA, 2013, p. 53).

Referente aos indicadores sociais críticos, para Costa e Rocha (2013, p. 54): “Os municípios com indicadores sociais críticos são aqueles onde as contradições do capitalismo se manifestam com maior intensidade, produzindo espaços nos quais a população enfrenta intensos problemas”.

Ao combinar os fatores listados foram identificados os municípios periféricos paranaenses. Tais municípios enfrentam o desenvolvimento geográfico desigual, além da presença frágil do Estado no que tange às políticas públicas sociais e no fomento ao desenvolvimento. A burguesia local, por sua vez, reforça as contradições e desigualdades por meio da exploração da força de trabalho.

O estudo elaborado por Costa (2016), constatou que o desenvolvimento geográfico desigual está estampado na paisagem paranaense, visto que são poucos os centros fortemente dinâmicos que possuem infraestrutura capaz de atrair os grandes investimentos privados, bem como receber as políticas públicas que favoreçam o bem estar da população. Por seu turno, o número de municípios periféricos é elevado, fato que preocupa, visto que são espaços estagnados ou em decadência que enfrentam muitas dificuldades para atender as necessidades básicas da população. A figura 1 retrata o dinamismo e a perifericidade socioespacial dos municípios paranaenses.

Figura 1 - Dinamismo e periféricidade dos municípios paranaenses.



Fonte: Elaborado a partir de base cartográfica do IBGE
Organização: COSTA (2012)

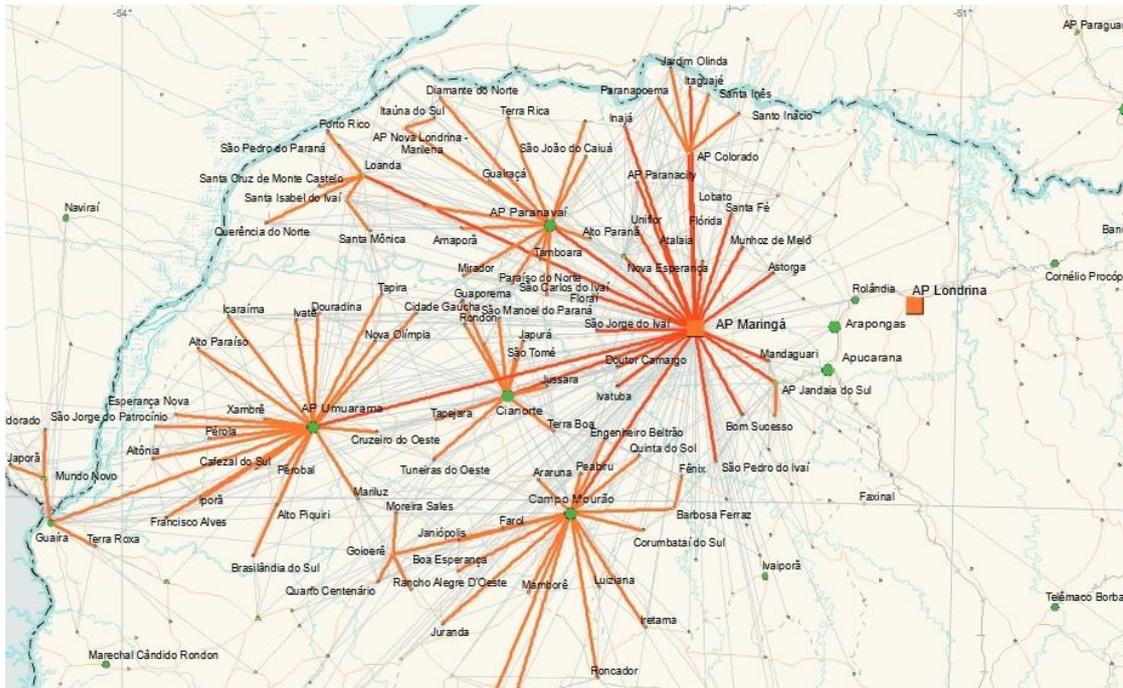
Fonte: IBGE, 2012. COSTA, 2012.

Entre os municípios fortemente dinâmicos estão Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária, Londrina e Maringá, que exercem “elevada influência na rede urbana paranaense e são os principais centros industriais, comerciais e de prestação de serviços” (COSTA, 2016, p.118-119). Entre os municípios da lista dos dinâmicos, podemos citar alguns como exemplos: Campo Mourão, Guarapuava, Ponta Grossa, Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu, Paranaguá entre outros. Os municípios caracterizados como intermediários e periféricos são a maioria, com maior concentração dos intermediários no norte, leste e borda oeste do estado, enquanto os periféricos ocupam maior espaço no centro e sul do estado.

Outra análise importante sobre a influência e dinamismo regional no Brasil é a pesquisa das Regiões de Influência das Cidades – REGIC, que “[...] define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associados. É nessa pesquisa em que se identificam, por exemplo, as metrópoles e capitais regionais brasileiras e qual o alcance espacial da influência delas” (IBGE, 2020). Esse estudo “[...] está estruturada em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis principais (Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais); e as regiões de influências, identificadas pela ligação das Cidades de menor para as de maior hierarquia

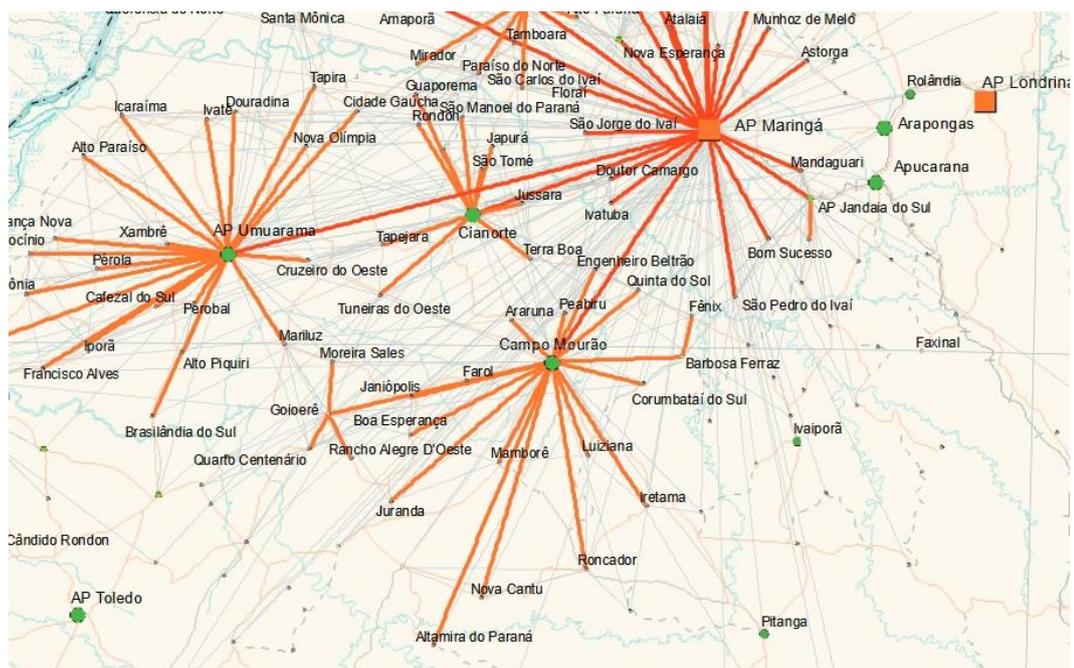
urbana” (IBGE, 2020). No caso da presente pesquisa a Microrregião de Campo Mourão tem como principal região de influencia a de Maringá segundo o REGIC de 2018, identificada no mapa do arranjo populacional da capital regional B (2B) Maringá/PR (figura 2):

Figura 2 - Arranjo populacional de Maringá/PR – Capital regional B (2B).



Fonte: IBGE, 2018.

Figura 3 - Detalhe do arranjo populacional de Maringá (PR), com destaque para o arranjo populacional de Campo Mourão.



Fonte: IBGE, 2018.

Comparando a figura 1, produto do estudo de Costa (2012) com o arranjo populacional do Regic (2018) apresentado nas figuras 2 e 3, verificamos que Maringá é o município mais dinâmico do noroeste do estado do Paraná, articulando a região e influenciando municípios dinâmicos como Campo Mourão, Cianorte, Umuarama e Paranaíba. No caso da Mesorregião centro ocidental paranaense temos apenas Campo Mourão como município dinâmico indicando que a região é composta principalmente por municípios periféricos sendo Goioerê o único município intermediário.

Sobre o último nível da hierarquia urbana brasileira os centros locais, cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra cidade. São a maioria das cidades do país, totalizando 4.037 centros urbanos – o equivalente a 82,4% das unidades urbanas analisadas. A média populacional dos centros locais é de apenas 12,5 mil habitantes (REGIC, 2018). Nesta conjectura a região Sul do Brasil possui 819 centros locais, entre eles Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana.

195 municípios (48,87% do total) do Paraná são periféricos (COSTA; ROCHA, 2014) trazendo grandes desafios para a efetivação do desenvolvimento territorial nesses locais, visto que o Estado negligenciou estes espaços por muitos anos.

Para os municípios considerados como periféricos reverterem o quadro atual devem pensar em promover estratégias de desenvolvimento local integrado, autogerido e autossustentado. A palavra integrada assume papel decisivo, pois verificamos que a maioria das iniciativas de desenvolvendo local – com poucas exceções – surge isoladamente a partir da iniciativa e do comprometimento de um pequeno grupo que luta por anos – ou até mesmo por décadas – para superar as dificuldades e resistir as barreiras impostas pelos atores hegemônicos (COSTA, 2016, p. 202).

No capítulo 2 abordamos os casos específicos dos municípios de Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana, procurando analisar os principais problemas existentes e verificar os desafios para promover o desenvolvimento territorial.

CAPÍTULO 2

A FORMAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Este capítulo tem como intuito apresentar alguns apontamentos com relação a formação social e espacial da Microrregião de Campo Mourão, com ênfase no processo histórico de ocupação e colonização dos municípios de Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana. No transcorrer do capítulo foi elaborada uma breve descrição de como se deu a ocupação do território, os conflitos, as disputas e a ação do Estado como um importante agente que impulsionou, fizeram a gestão, a mediação e a incorporação territorial, atendendo a determinados interesses. O relato foi feito com base nas fontes históricas disponíveis.

2.1 Apontamentos sobre a ocupação e colonização da Microrregião de Campo Mourão

A ideia de que o interior do Paraná era um vazio demográfico que precisava ser preenchido com colonizadores brancos predominou no discurso político durante um longo tempo. Trata-se de uma visão equivocada e que atendia aos interesses de determinados grupos, especialmente o grupo de pessoas ligadas aos que desejavam obter do Estado vastas extensões de terra. O interior do Paraná já estava ocupado por grupos indígenas.

No caso específico da Microrregião de Campo Mourão, os grupos que constituíam o território tradicional indígena, segundo Onofre (2005) e conforme o esboço do mapa etno-histórico do Estado do Paraná de Wachowicz (1995) (figura 4), eram os Guaranis e os Jê (dos quais se destacaram os Kaingang e os xoklêng – botocudos). Conforme assinala Mota (2012, p.105), os Kaingang designaram a região onde atualmente se encontra Campo Mourão de Paiquerê, que significa “campo em cima da serra”. Com a pressão exercida pelo colonizador o destino dos primeiros habitantes desta terra, segundo Yokoo (2013, p. 25), foi a reserva indígena de Marrecas, entre os atuais municípios de Turvo e Guarapuava.

Figura 4 - esboço do mapa etno-histórico do Estado do Paraná.



Fonte: Wachowicz (1995).

A presença do colonizador espanhol na região do noroeste e oeste do Paraná se inicia em 1524, por parte dos jesuítas espanhóis. No ano de 1628, foram relatadas a presença de bandeirantes paulistas, com objetivo de destruir as reduções jesuítas do Guairá onde, segundo Taunay (1951, p. 47): “[...] a que chefiavam dois homens férreos: o velho Manuel Preto e o jovem Antônio Raposo Tavares.”

Entre 1765 a 1775 foram organizadas expedições de reconhecimento na região de Campo Mourão por ordem de Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão (governador da capitania de São Paulo entre 1765 – 1775). Os seus comandados nomeiam os campos cerrados em meio a mata como “Campos do Mourão”, em sua homenagem (SIMIONATO, 1999; ONOFRE, 2005). No entanto, não foi verificada nenhuma ação mais efetiva com o intuito de ocupação do território. As expedições tinham como objetivo principal o reconhecimento da região e não resultaram em povoamento. Segundo estipula Simionato (1999), o processo de ocupação por parte dos novos colonizadores se inicia a partir de 1880, com a vinda de Guarapuavanos com o intuito de fixar residência e praticar a criação de bovinos.

Conforme Yoko (2013, p. 13), a ocupação da região é feita por meio de “[...] frentes de Expansão (colonização espontânea), entre 1903 a 1939 e as Frentes Pioneiras (colonização dirigida), entre 1939 a 1960”. A primeira, a frente de expansão, teve como agentes caboclos e colonos pobres. Tinha como finalidade a subsistência familiar, não tinha a mercantilização da terra. As relações socioeconômicas eram de produção pré-capitalista com base na “cooperação” entre famílias, também chamados de “amansadores da terra”.

As frentes pioneiras eram constituídas por compradores de terra encorajados pelo Estado que tinham o intuito de abrir novas fronteiras agrícolas, agropecuárias e extrativista na região (YOKOO, 2013). As áreas foram divididas em glebas e vendidas a colonos do norte e sul do país. Esta etapa ou estágio de ocupação e povoamento dessa região no interior do estado do Paraná ocorre em conjunto com a criação de inúmeras cidades, entre elas a de Campo Mourão (em 1947, desmembrado de Pitanga). Assim era a região de Campo Mourão conforme as fotografias do Professor Dr. João José Bigarella em 1948 (figura 5) e da vila de Campo Mourão em 1957 (figura 6), (IBGE, 2020).

Figura 5 – Vista panorâmica do cerrado de Campo Mourão, 1948.



Fonte: Acervo do Prof. Dr. João José Bigarella.

Figura 6 – Vista parcial da vila de Campo Mourão, 1957.



Fonte: IBGE (2020).

Hespanhol (2011), argumenta que entre as décadas de 1940 e 1960 a referida região recebe maior fluxo migratório como política do estado do Paraná de implementação de colônias. A região atraiu migrantes que se fixaram na zona rural em um primeiro momento, dedicando-se após o desmatamento, à agricultura de subsistência e a venda de excedentes. Os principais produtos eram algodão, café e menta, complementada pela pecuária e a suinocultura.

A região de Campo Mourão é sinalizada por Monbeig (1984) e Bernardes (1953), como local de sobreposição de duas frentes de ocupação territorial na segunda etapa. A do norte formada por paulistas, mineiros e nordestinos (cafeeira) e a do sul composta por gaúchos e catarinenses (agricultura colonial e pecuária suína). A figura 7 apresenta as três ondas (tradicional, norte e sudeste) que atuaram no povoamento do Estado do Paraná no período em discussão.

As frentes de ocupação tiveram apoio oficial do governo do estado do Paraná por meio de políticas públicas com a entrada em vigor do Decreto Estadual nº 8.564, de 17 de maio de 1939 autorizando a Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura a executar nos municípios de Londrina e Guarapuava os Planos de Colonização dirigida (YOKOO, 2013, p.115).

Com relação à economia da região, em um primeiro momento ocorreu a extração da madeira com o objetivo de “limpar” o solo para dar início a cultura cafeeira que foi o carro chefe no norte, enquanto no sul foi a criação de suínos. Posteriormente, ocorreu a expansão do cultivo de soja a partir das décadas de 1960 e 1970. Em menor escala estavam as ditas agriculturas coloniais, os cultivos de milho, algodão e hortelã.

O ciclo do café entra em declínio quando as geadas de 1966 e 1975 dizimaram os cafezais. Porém, é importante esclarecer que a substituição dos cafezais no campo pelo binômio soja/trigo também está fortemente ligado a uma política de orientação internacional e nacional de modernização da agricultura. Trata-se do processo de penetração do grande capital em determinados lugares do interior do Paraná.

[...] os colonos resolveram incrementar seu plantio, graças as facilidades oferecidas por parte do Banco do Brasil para financiamento da produção e as disponibilidades do mercado consumidor. Muitos cafezais já formados foram retirados para dar lugar a extensas parcelas cultivadas com a soja (DUARTE; STRAUCH, 1972, p. 151).

Por conta desta dificuldade, Yokoo (2013, p. 148), argumenta que: “[...] implicou na modernização da lavoura em todas as etapas, desde o preparo do solo, do plantio até a colheita. Refletiu nas relações de trabalho até então existente com os colonos nos cafezais. Utilizando intensamente o trabalho-morto das máquinas”. Dando início a revolução verde.

No que diz respeito a política de emancipação administrativa da Microrregião, começa com o município de Campo Mourão em 1947. Nas décadas seguintes a fragmentação territorial continua com a emancipação políticas, dando origem a novos municípios. A tabela 1 apresenta as datas da emancipação.

Tabela 1 – Data da emancipação dos municípios da microrregião de Campo Mourão

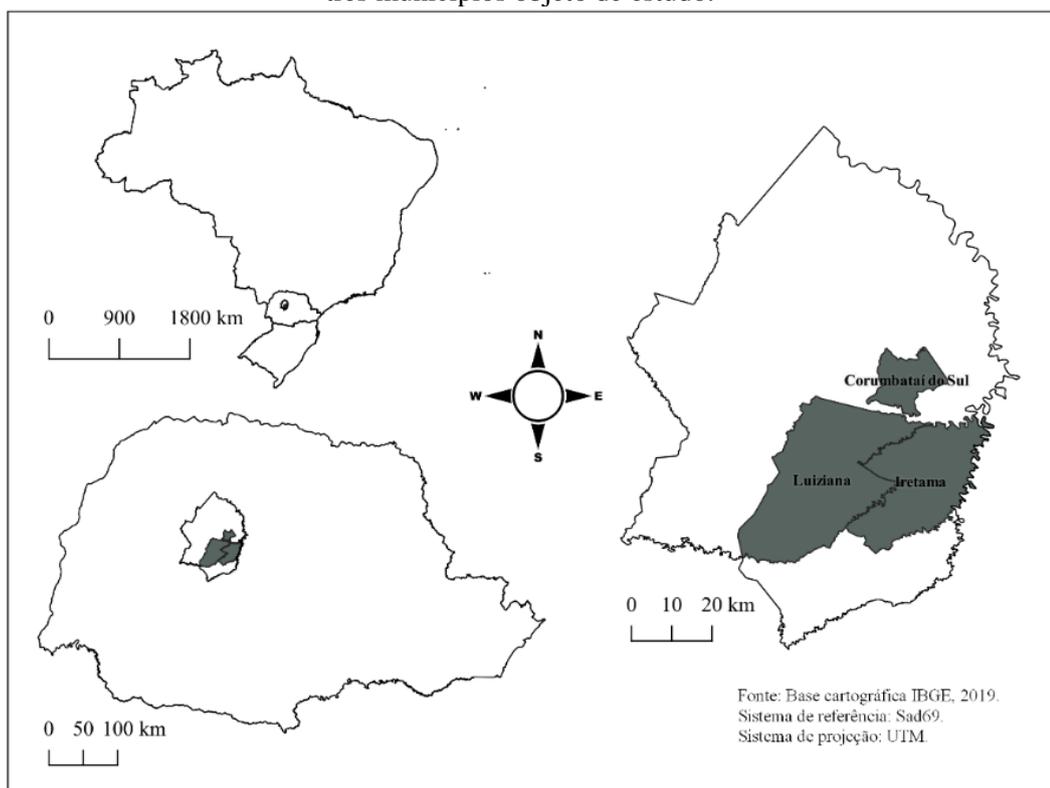
Municípios	Ano de emancipação
Araruna	1954
Barbosa Ferraz	1961
Campo Mourão	1947
Corumbataí do Sul	1989
Engenheiro Beltrão	1954
Farol	1991
Fênix	1960
Iretama	1960

Luiziana	1987
Mamborê	1960
Peabiru	1952
Quinta do Sol	1963
Roncador	1961
Terra Boa	1955

Fonte: IBGE (2017).

A cronologia de criação dos municípios definidos como objeto de estudo da presente pesquisa tem início em 1960, com a emancipação do município de Iretama. Luiziana eleva-se a categoria de município em 1987 e Corumbataí do Sul em 1989. A figura 8 apresenta a localização dos referidos municípios.

Figura 8 – Localização da microrregião de Campo mourão no território brasileiro e paranaense e dos três municípios objeto de estudo.



Org.: Alencar, Mário Sérgio Souza de, 2019.

Os municípios de Corumbataí do Sul, Luiziana e Iretama estão situados na Mesorregião centro ocidental paranaense, especificamente na Microrregião de Campo Mourão. Localizados em uma região marcada por significativos problemas sociais e econômicos que serão tratados nos próximos itens da pesquisa.

2.2 O caso de Corumbataí do Sul

O município de Corumbataí do Sul tem área territorial de 164 km², com população em 2010 de 4.002 habitantes e estimada para o censo de 2020 em 3.219 pessoas, sua densidade demográfica e de 24,35 hab./km² segundo IBGE (2020). Tem como municípios limítrofes Campo Mourão, Peabiru e Barbosa Ferraz. Na figura 9 é exposto a expansão urbana que o município passou em 40 anos.

A formação pedológica deste território é constituída por Latossolo, Neossolo e combinação dos dois tipos segundo o mapa do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (2008). Referente a vegetação, o município apresenta-se em uma área de transição de duas formações fitogeográficas: a Floresta Estacional Semidecidual Montana (FES) e a Floresta Ombrófila Mista Montana (FOM) (ITCG, 2008). O tipo climático predominante no município é o subtropical (Cfa) e áreas de clima temperado (Cfb), conforme Colavite (2013, p.103).

Figura 9 – Expansão urbana do município de Corumbataí do Sul entre 1980 e 2020.



Fonte: ITCG (2020), Google Satélite (2021).

A combinação resultante da dinâmica da natureza resultou em uma paisagem natural caracterizada pelo predomínio de relevo dobrado com declividades mais acentuadas nas vertentes dos rios. Tal fato resultou em uma ocupação humana marcada por pequenas e médias propriedades rurais nas quais o cultivo do café teve um papel relevante.

Em relação as referências bibliográficas e aos documentos históricos da colonização de Corumbataí do Sul, estes referem-se a região de Campo Mourão e posteriormente Barbosa Ferraz, compelindo maior cuidado com fontes e dados sobre o município, pois, Corumbataí do Sul é desmembrada de Barbosa Ferraz em 1989, já Barbosa Ferraz fez parte de Campo Mourão até 1961.

Em 1960, como efeito das políticas de Estado, aglomerações no entorno de pequenos núcleos urbanos iniciam a fragmentação territorial e o desmembramento de Campo Mourão. Nesse contexto, foi criado o município de Barbosa Ferraz. No ano de 1967, o povoamento em Corumbataí do Sul é elevado à categoria de distrito administrativo. A criação do município ocorre em 1989, como processo da redemocratização do estado brasileiro da década de 1980 (COLAVITE, 2013, p. 99, 146, 185).

Alusivo a forma de colonização, divisão e venda das terras na região de Barbosa Ferraz, Colavite (2013) explica:

O município de Barbosa Ferraz foi colonizado pela imobiliária Paraná, tendo sido subdividida em duas glebas, São Joaquim e Corumbataí¹⁸, embora ambas fizessem parte dos limites políticos de Barbosa Ferraz, por apresentarem proprietários diferentes cada qual passou por um processo distinto de colonização, tanto em sua formação quanto no período de loteamento e venda de propriedades (COLAVITE, 2013, p. 147).

O processo de colonização começou no fim da década de 1940, e foi intensificado no início da década de 1950 e no transcorrer de 1960. O modo de colonização da maior parte da área de Corumbataí do Sul, teve como principal agente social a família Lunardelli, que inicia o parcelamento do solo e loteamento das propriedades agrícolas. O empreendimento buscava implementar a cafeicultura na região alargando a fronteira agrícola da cultura em terras paranaenses em meados e fim da década de 1960, indicando colonização tardia da região.

Conforme Colavite (2013, p. 149), o Estado do Paraná terceiriza o papel de colonização e permite ao ator social privado imprimir na paisagem e no território as suas práticas sociais. Colavite (2013), atenta para esta relação pública e privada que colonizou vários outros territórios no norte paranaense:

A família constituiu-se em um sujeito – ator social de recursos altamente capitalizados e com forte influência no quadro político estadual e nacional que direcionou a formação do município a partir de gênese característica às regiões onde atuou como loteador. Como de praxe nas áreas onde comprava terras, manteve uma fazenda com grandes extensões para sua produção e partimentou o restante do território em pequenas unidades de loteamento com tamanho e formato característicos às regiões de implantação do cultivo de café, no município de Corumbataí do Sul sua propriedade é intitulada de fazenda Santa Lúcia. (COLAVITE, 2013, p. 149).

Uma década após o início da colonização do território do município, a população residente inicia a diversificação das culturas de plantio, contudo a cultura cafeeira continua a ser o carro chefe da economia local, mas perdendo espaço para a produção de hortelã e das culturas ditas modernas como soja, trigo e milho em consonância com a nova política do Estado brasileiro. A presença da frente pioneira nortista no município em busca de novas áreas para o cultivo do café no Paraná ficou impresso na paisagem corumbataiense.

[...] a cultura cafeeira teve seu momento áureo nas décadas de 1950 e 1960, porém em decorrência das sucessivas geadas que promoveram numerosas perdas de produção, o advento da modernização da agricultura, e a crise no mercado, a cultura foi-se diluindo permanecendo apenas resquícios isolados deste tipo de cultivo agrícola, sendo Corumbataí do Sul um dos poucos municípios do estado do Paraná que ainda tem neste modelo agrícola uma de suas principais fontes de renda (COLAVITE, 2013, p. 162).

É importante frisar que junto com o café era cultivado a hortelã como cultura secundária nos cinco anos de espera para o crescimento dos pés de café. Com as geadas das décadas de 1960 e 1970, assim como o desestímulo por parte do Estado na cultura cafeeira e as mudanças na dinâmica da economia mundial referente a esta cultura, muitos municípios paranaenses diminuem suas áreas de cultivo. Contudo, Corumbataí do Sul tentou resistir a mudança:

Podemos elencar dois motivos para esta contrariedade, primeiramente as condições físico-topográficas de Corumbataí do Sul que constituem um entrave no processo de mecanização agrícola e somado a este se tem a característica cultural dos colonizadores, que era em grande parte oriunda de Minas Gerais e que trouxeram consigo a tradição do cultivo de café (COLAVITE, 2013, p. 168).

Durante a década de 1980, poucas mudanças ocorrem na paisagem do município, o trinômio (soja/trigo/milho) penetra nas áreas com possibilidade para o uso de maquinário agrícola nos platôs de menor declividade. As áreas de maior declive continuam utilizadas para o cultivo de café. Apesar de no norte paranaense a cultura do café ter representado importante

função econômica, após a década de 1980 apenas em poucos municípios continuou representativo. Em Corumbataí do Sul ainda mantinha relativa importância econômica.

Ao final da década de 1990, e início do século XXI, segundo verificou o estudo de Colavite (2013, p. 184), ocorre a diversificação de cultura com a criação de consórcios e cooperativas:

[...] as principais transformações da paisagem relacionadas ao uso da terra em Corumbataí do Sul referem-se à incorporação de novos cultivares agrícolas e na prática do consórcio de culturas, especialmente por pequenos proprietários rurais, que almejam além da maior rentabilidade de sua propriedade, alternativas de renda. Neste contexto, no final da década de 1990, emerge um importante ator social coletivo, organizado na forma de associação de pequenos produtores, que assume a frente do processo de diversificação agrícola anteriormente citado. (COLAVITE, 2013, p.184).

O município de Corumbataí do Sul teve sua formação territorial intrinsecamente relacionada às demandas de agentes sociais privados com anuência do poder político estadual, contudo, com o fim da política incentivadora para o cultivo de café por parte do Estado e da condição de seu relevo, Corumbataí do Sul continuou a produção dessa cultura, mas modificou parte da paisagem de seu território na diversificação de outros plantios, como hortelã. Atualmente, segundo IPARDES (2019), a produção agrícola no município de cultura permanente tem abacate, banana, café, goiaba, laranja, limão, manga, maracujá, tangerina e uva; como culturas temporárias abacaxi, alho, amendoim, batata-doce, feijão, mandioca, melancia, milho, soja, tomate e trigo. A figura 10 apresenta uma visão geral panorâmica da cidade de Corumbataí do Sul, no qual fica evidente a predominância de relevo dobrado.

Figura 10 - Vista panorâmica de Corumbataí do Sul/PR.



Fonte: Prefeitura de Corumbataí do Sul (2021).

Em Corumbataí do Sul o Valor Adicionado Fiscal - VAF, no ano de 2019, está assim distribuído: produção primária 74,2%; indústria 4,4% e comércio e serviços 21,3%. A agricultura registrou o maior número de população ocupada, seguido pelo comércio. O número de indústrias é pequeno (apenas seis estabelecimentos), gerando poucos empregos. Não foi registrado a presença de agências bancárias, apenas um posto de atendimento cooperativo (IPARDES, 2021). Fica evidente que a dependência da agricultura ainda é grande, bem como a precariedade do setor industrial e a ausência de alguns serviços necessários para atender a população. Tais questões serão melhor discutidas no capítulo 3.

2.3 O caso de Iretama

O município de Iretama possuía população de 10.622 habitantes no censo de 2010, com estimativa de 10.169 em 2020. Apresenta unidade territorial de 570 Km² e densidade demográfica de 18,62 hab./km² conforme IBGE (2017). Têm como municípios limítrofes Barbosa Ferraz, Godoy Moreira, Jardim Alegre, Nova Tebas, Roncador, Luiziana e Campo Mourão.

A formação pedológica é de Latossolo, Neossolo, Nitossolo e áreas de combinações pedológicas destes. A formação vegetal é composta por Floresta Ombrófila Mista Montana (FOM) (ITCG, 2008). O Clima é subtropical úmido (Cfa). A combinação das dinâmicas da natureza resultou em um relevo predominantemente dobrado, com vertentes mais íngremes. Tais condições naturais tem influência na organização social do território, no qual a produção primária tem um papel relevante e o campo é marcado pelo predomínio de pequenas e médias propriedades rurais.

O início da ocupação efetiva de Iretama está inserido no processo de povoamento da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, no qual atuaram o Estado e companhias colonizadoras privadas. De acordo com análise elaborada por Pereira, et al. (2013):

Por volta da década de 1940 a região Centro Ocidental Paranaense, onde encontra-se inserido o município de Iretama, começou a passar por inúmeras transformações devido principalmente a dois fatores: a necessidade de ocupação de terras para que não ocorresse a perda do território e a ampliação de áreas para a cultura cafeeira. Como consequência, inúmeras cidades foram criadas, haja vista os incentivos realizados pelo Governo do Estado do Paraná através das companhias colonizadoras. Assim, milhares de pessoas vieram de outros estados, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em busca de terras férteis para a continuidade do cultivo do café (PEREIRA, et al. p.4 2013).

Assim como ocorreu em Corumbataí do Sul, o município de Iretama teve como um dos principais impulsionadores de sua colonização a família Lunardelli. Consta na literatura local que o senhor Geremias Lunardelli presenteou seu genro Jaime Watt Longo com uma gleba de terras em Campo Mourão, este por sua vez iniciou a venda de pequenos lotes da então chamada colônia Iretama. Em 1954 o assentamento é elevado a distrito de Campo Mourão. Posteriormente ocorreu a sua emancipação, sendo criado o município em 1960 (PEREIRA, et al. 2013), apesar da emancipação as dificuldades impostas principalmente pelos meios de transporte precário dos moradores continuaram. A expansão urbana de Iretama entre 1980 a 2020 é exposta na figura 11.

Figura 11 – Expansão urbana do município de Iretama entre 1980 e 2020.



Iretama - 1980



Iretama - 2020

Fonte: ITCG (2020), Google Satélite (2021).

Iretama experimentou um lento processo de expansão urbano, visto que a cidade em si não cresceu significativamente ao longo as últimas décadas. Em consequência da ocorrência de relevo predominantemente acidentado o município possui um dos maiores números de mini fundiários do país com 918 minifúndios (GODOY; JUNIOR, 2016). A cultura de hortelã foi inicialmente introduzida e pela baixa rentabilidade foi substituída pela de milho, outros cultivos foram o de café e feijão (PEREIRA et al., 2013; Prefeitura Municipal de Iretama, 2020).

É possível verificar em Iretama um passado relativamente dinâmico na economia, principalmente com o cultivar de milho que segundo Pereira, et al. (2013):

Iretama chegou a ser considerada a capital do milho, visto que o município era o maior produtor da região [...]. Houve épocas que os produtores chegaram à colher mais de 1000 de sacas de milho. Uma firma de Campo Mourão chegou a comprar de Iretama mais de um milhão e quinhentas sacas, fora as sacas que os picaretas compravam dos produtores (E.M.M). (PEREIRA, et al. 2013).

Atualmente o município tem sofrido com o esvaziamento populacional e a estagnação socioeconômica que conforme atesta o estudo de Pereira, et al. (2013) tem como principal motivo uma economia voltada ao setor agrícola. A figura 12 apresenta vista parcial da paisagem de Iretama.

Figura 12 - Vista parcial de Iretama



Fonte: Paraná Turismo, 2021.

Com relação aos estabelecimentos agropecuários predominam em área as lavouras temporárias 58,3%; seguido pela pecuária e criação de outros animais 39,6%; produção florestal 1,6% e lavouras permanentes 0,5%. Entre as culturas temporárias predominam a produção de soja, trigo e milho (IPARDES, 2021).

Em Iretama o Valor Adicionado Fiscal – VAF, para o ano de 2019, estava assim distribuído: produção primária 70,5%; indústria 9,1% e comércio e serviços 20,4%. A agricultura apresentou o maior valor de população ocupada, seguido pelo comércio. Foram registrados duas agências bancárias e cinco postos de atendimento de instituições bancárias (IPARDES, 2021).

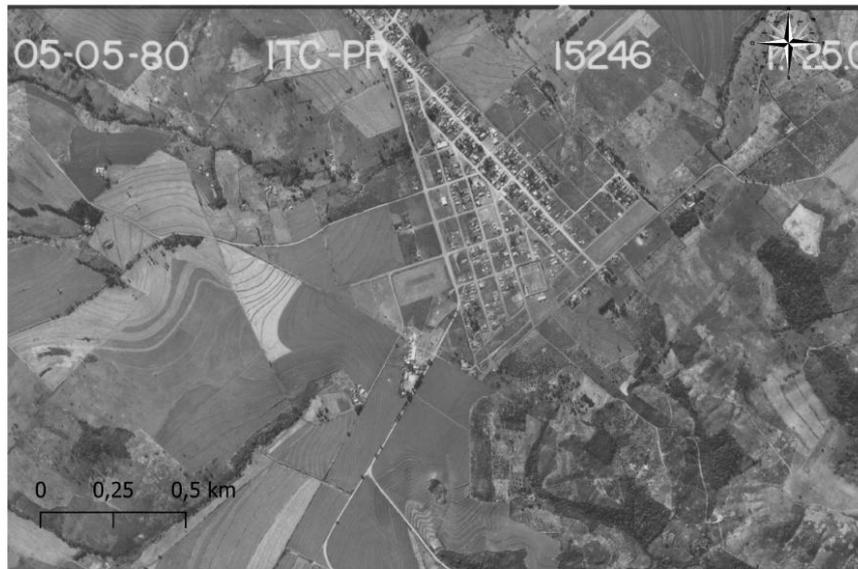
Assim como foi observado em Corumbataí do Sul, no município de Iretama a dependência do setor primário é elevada. O comércio atende principalmente as necessidades da população local que se desloca para os centros mais dinâmicos para obter serviços mais especializados. A atividade industrial é fraca e emprega um pequeno número de trabalhadores.

2.3 O caso de Luiziana

O município de Luiziana possuía 7.315 habitantes no censo de 2010 e têm estimativa de 7.262 para o censo de 2020. Com território total de 916,8 km² e densidade demográfica de 8,05 hab./km² (IBGE, 2017). Seus municípios limítrofes são Campo Mourão, Barbosa Ferraz, Iretama, Roncador e Mamborê. Os tipos de solo encontrados em seu território são Latossolo, Neossolo e Nitossolo e a formação florestal é a Floresta Ombrófila Mista Montana (FOM) (ITCG, 2008).

O início da colonização de Luiziana foi motivado por iniciativa governamental em meados do século XX, impulsionado pela febre do café, o patrimônio agrícola foi dividido em lotes variáveis de 10 a 300 alqueires. Os pioneiros têm em sua maioria origem do sul do Paraná e do Rio Grande do Sul. A elevação a distrito administrativo de Campo Mourão ocorreu em 1965, contudo a elevação a categoria de município ocorreu apenas em 1987 por iniciativa do vereador Antonio Abrão dos Santos, sendo instalado em 1º de janeiro de 1989 e desmembrado de Campo Mourão (BORGES; FANTINI, 2017). Na figura 13 apresentamos a expansão urbana do município.

Figura 13 – Expansão urbana do município de Luiziana entre 1980 e 2020.



Luiziana - 1980



Luiziana - 2020

Fonte: ITCG (2020), Google Satélite (2020).

A maior dificuldade dos colonos no início da colonização era a ausência de infraestrutura e a falta de recursos básicos de sobrevivência, deixando a comunidade ilhada em seus ranchos. Conforme Borges e Fantini:

Em 1952 com aumento do número de famílias, que iam chegando, a colônia foi lentamente se adequando às necessidades gerais com a demarcação titulação legal dos lotes agrícolas. Esta ação foi determinada pelo governador Moysés Wille Lupion e executada pela jovem Prefeitura de Campo Mourão

na gestão Daniel Portela, quando então, delimitou o perímetro urbano de Luiziana e traçou ruas e avenidas. Dia 21 de setembro de 1965 o patrimônio de Luiziana foi elevado a Distrito Administrativo de Campo Mourão (BORGES; FANTINI, 2017).

A emancipação tinha como expectativa e meta o desenvolvimento econômico local, pois a comunidade entendia que dificilmente atingiria este objetivo sendo distrito de um município que apresentava suas próprias preocupações. A emancipação do município concedeu a Luiziana autonomia política e administrativa, fato que criou condições administrativas para o oferecer aos luizianenses serviços nas áreas da saúde, educação, moradia, emprego, transporte etc. antes deficitárias, limitadas ou inexistentes. No entanto, tais ações foram insuficientes para melhorar efetivamente a vida de todos os habitantes.

O fundador do município foi o Senhor Aducto da Silva Rocha, que deu o nome à cidade em homenagem a Luiza e Maria Luiza, respectivamente mãe e filha do fundador. Atualmente possui setes núcleos comunitários denominados: Valinhos, Campina do Amoral, Klabin, Ponte Branca, Cava Funda, Bairro dos Inácios e Serra Molhada, com população inferior a 500 habitantes.

Referente a economia no início da colonização não há referências diretas, por estar Luiziana ligada ao município de Campo Mourão na época como distrito, mas a cultura de café como política de Estado iniciou o desbravamento da região e do município de Luiziana. Com a revolução verde que foi a mecanização do campo e o alargamento da fronteira agrícola no Paraná a partir da década de 1970, culturas como a soja, milho e trigo tornaram-se carros chefe da economia do agronegócio no estado e na microrregião.

As condições do relevo constituído predominantemente por platôs ondulados atendiam as expectativas da modernização da agricultura, visto que o uso de máquinas como tratores, colheitadeiras e semeadeiras estavam atreladas, entre outros aspectos, as formas do relevo. A penetração do capital no campo resultou em uma mudança na estrutura fundiária, na qual passou a predominar médias e grandes propriedades rurais inseridas na política do agronegócio para exportação. São em sua maioria propriedades rurais modernas, com elevado grau de uso de tecnologia (maquinário, sementes selecionadas, adubação química, uso de agrotóxicos etc.), concentrada nas mãos de poucos proprietários, direcionadas para a produção de monocultura para exportação e que geram poucos empregos diretos ou indiretos.

Em 2020 a produção agrícola do município tem a soja como principal cultivo, seguida pelo milho e trigo, no efetivo de pecuária o rebanho de bovinos é o principal produto conforme caderno Ipardes (2021).

No município de Luiziana, segundo dados disponibilizados pelo IPARDES (2021), no que tange o Valor Adicionado Fiscal, para o ano de 2019, a produção primária representa o maior valor com 76,2% do total; a indústria participou com apenas 3,7%; o comércio e serviços com 19,8 e os recursos e autos de infração 0,3%. A figura 14 apresenta uma imagem panorâmica de Luiziana, evidenciando como uma de suas principais características ser um município com perfil rural.

Figura 14 - Imagem panorâmica de Luiziana.



Fonte: Prefeitura de Luiziana (2021).

Como tem sido recorrente nos municípios em estudo a atividade primária responde pelo maior número de população ocupada, seguido pelo comércio, construção e administração pública. As indústrias existentes são poucas e pequenas, empregando um baixo número de trabalhadores. Não foi registrado a presença de agências bancárias, demonstrando a fragilidade na oferta de alguns serviços. Foram encontrados três postos de atendimento bancários. Tais questões serão discutidas com mais detalhes no capítulo 3.

CAPÍTULO 3

O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO

O terceiro capítulo da pesquisa tem como intuito analisar o desenvolvimento geográfico desigual por meio do estudo realizado nos municípios periféricos de Corumbataí do Sul, Iretema e Luiziana, relacionando a teoria apresentada no capítulo 1 com a realidade local. Para atingir o objetivo explicitado foram selecionados um conjunto de indicadores sociais e econômicos a partir das bases de dados disponíveis. Os indicadores permitem avaliar os principais problemas existentes nos municípios estudados, bem como identificar possíveis caminhos para melhorar a realidade social. Também foram realizados trabalhos de campo para compreender melhor os problemas existentes em cada município e indicar os desafios existentes para a efetivação do desenvolvimento territorial local.

3.1 Levantamento de indicadores sociais e econômicos

Essa seção tem como objetivo apresentar por meio de tabelas e gráficos a situação socioeconômica dos municípios da Microrregião de Campo Mourão selecionados para a análise da pesquisa. Tal fato contribui para o entendimento da desigualdade no desenvolvimento. Para isso, recorreremos ao uso de bancos de dados do IBGE, plataforma Atlas Brasil, caderno IPARDES e índice FIRJAN.

Para atender aos objetivos explicitados vamos utilizar um conjunto de indicadores sociais e econômicos, entre eles: população total, rural e urbana; estrutura etária da população; longevidade; IDH; Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM); Índice IparDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM); índice de Gini; taxa de analfabetismo; taxa de rendimento educacional no ensino fundamental e médio; IDEB; número de estabelecimento de saúde; percentual de domicílios com saneamento e energia elétrica; PIB; número de estabelecimentos e empregos e transferências constitucionais.

Torna-se importante esclarecer que estamos conscientes das limitações dos indicadores sociais e econômicos para a análise da multidimensionalidade do desenvolvimento territorial local, visto que são dados quantitativos, parciais e se encontram fragmentados. No entanto, eles podem contribuir para o entendimento dos problemas vividos pela população, visto que:

A análise de indicadores sociais, ainda que insuficiente e limitada, é válida para a elaboração de um diagnóstico das condições de vida da população de um país, estado, município ou bairro, e oferece informações para a formulação, planejamento e avaliação das políticas sociais (COSTA, 2018, p. 51-52).

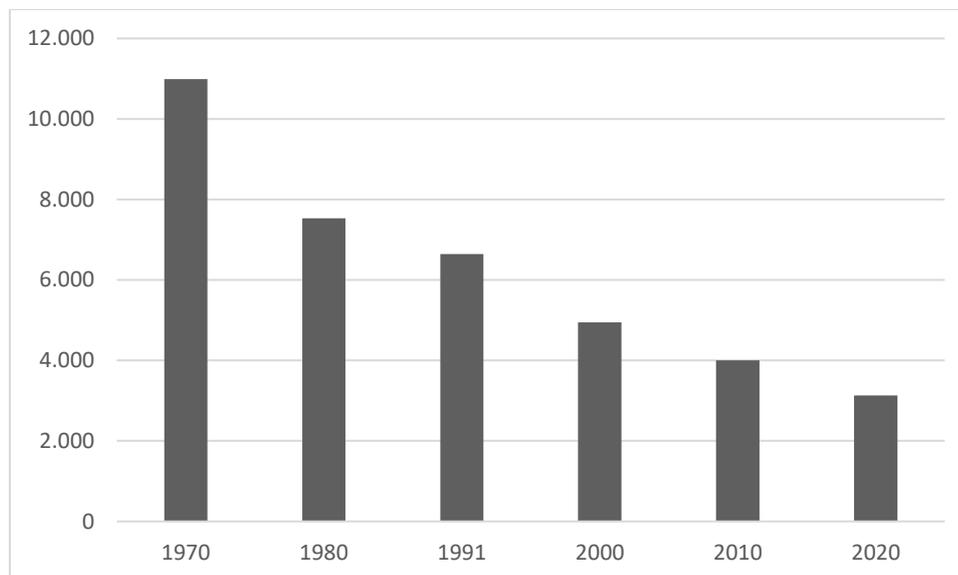
Nesse aspecto, segundo avaliação elaborada por Jannuzzi (2002), os indicadores são uma medida quantitativa de interesse acadêmico ou pragmático (usado para a elaboração de políticas). São úteis para subsidiar as atividades de planejamento público (como planos diretores), bem como para a formulação de políticas sociais em diferentes esferas. Também possibilitam o acompanhamento e monitoramento do bem-estar da população.

3.1.1 Indicadores de Corumbataí do Sul

Uma das estratégias para melhor compreender a realidade social de Corumbataí do Sul, com a intenção de verificar as fragilidades e potencialidades locais, é começar pela análise de um conjunto de indicadores sociais. Conforme Jannuzzi (2004), indicador social é: “[...] um instrumento operacional para monitoramento da realidade social para fins de formulação e reformulação de políticas públicas” (JANNUZZI, 2004, p. 15). Os indicadores auxiliam o trabalho dos pesquisadores, gestores e profissionais próximos e inseridos em política pública. Dessa feita, vamos apresentar um conjunto de indicadores sociais e econômicos do município de Corumbataí do Sul.

O gráfico 1 apresenta os dados com relação a população total entre 1970 até a projeção feita para 2020. Os dados numéricos mostram um intenso e contínuo processo de esvaziamento de população em Corumbataí do Sul. No ano de 1970, o censo demográfico registrou 10.993 habitantes, nos censos seguintes a população foi reduzida e a projeção para 2020 foi de apenas 3.219 habitantes. O cenário apresentado é preocupante, visto que a redução de população acarreta sérios problemas para o município, entre eles podemos destacar a redução da força de trabalho, a diminuição da arrecadação de tributos e a perda de recursos destinados pelas transferências constitucionais.

Gráfico 1 – População total do município de Corumbataí do Sul em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 e projeção para 2020

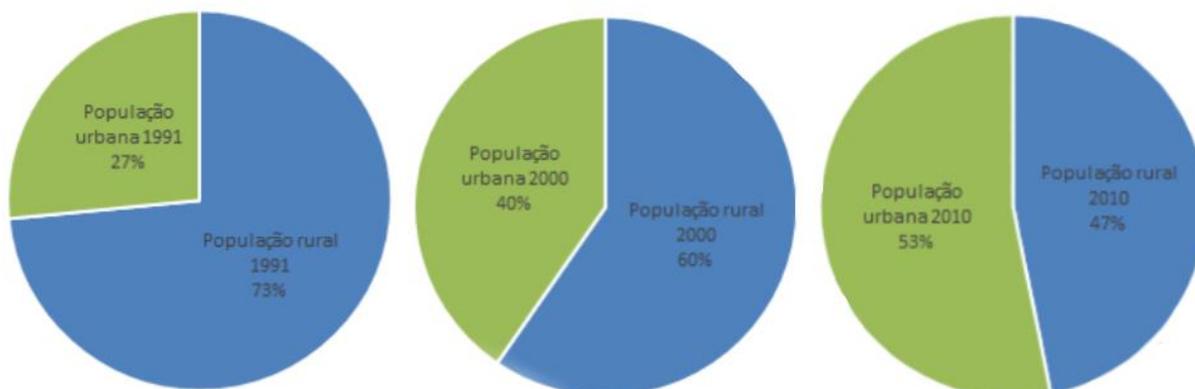


Fonte: IBGE – censos demográficos (2020). 1970 e 1980 distrito de Barbosa Ferraz e 2020 projeção.

O maior bem comum que um município possui são os seus habitantes. São as pessoas que dão vida e dinamismo ao território. Perder continuamente população é um dos maiores desgastes que um município pode sofrer. Nesse ensejo, existe um debate em andamento que tem como finalidade fazer com que municípios com população inferior a cinco mil habitantes e considerados inviáveis economicamente, retornem à condição de distritos de municípios com maior estrutura. Tal proposta é polêmica e tem sido questionada academicamente e politicamente. Porém, a proposta chama a atenção para um problema real que é o esvaziamento de população, especialmente em municípios periféricos, como é o caso de Corumbataí do Sul.

A redução de população está relacionada com o “desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2006, 2016; SMITH, 1988), verificado na Microrregião de Campo Mourão, no estado do Paraná e no Brasil. A população que deixou o município, considerado como periférico pelo estudo de Costa (2013), migrou para áreas mais dinâmicas da própria Microrregião, como é o caso da cidade de Campo Mourão, e/ou para os municípios dinâmicos e fortemente dinâmicos do Paraná (ex. Curitiba, Maringá), ou para os maiores centros do país em busca de melhores condições de trabalho. Tal fato também é observado em Iretama e Luiziana. A figura 16 contribui para a discussão e destaca a divisão da população em rural e urbana.

Gráfico 2 – Divisão da população urbana e rural do município de Corumbataí do Sul/PR nos anos de 1991, 2000 e 2010

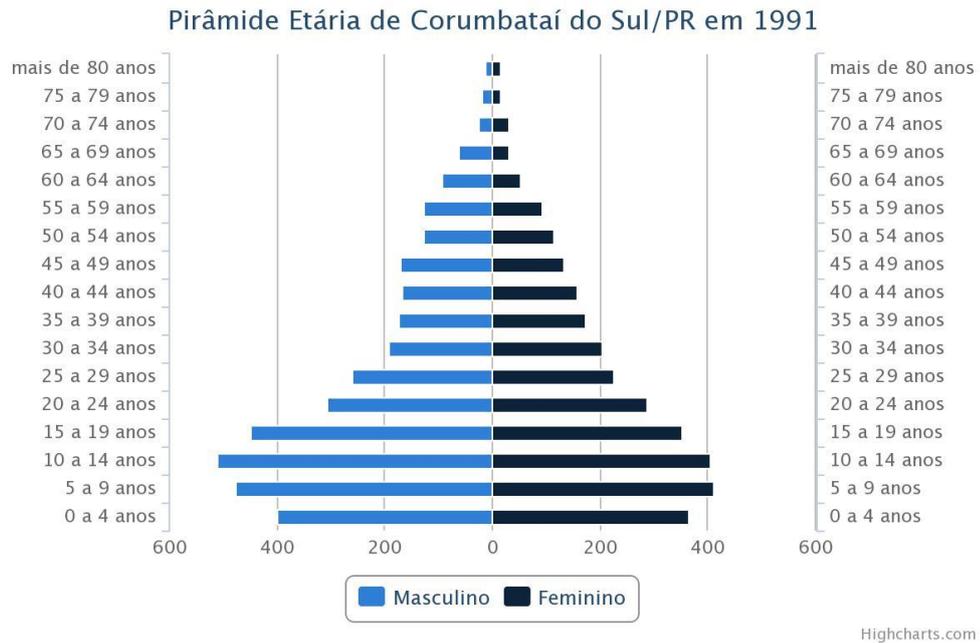


Fonte: PNUD, IBGE (2020).

O gráfico 2 apresenta a divisão da população entre habitantes moradores do campo e da cidade. Os dados contribuem para o entendimento do processo de urbanização no referido município. Observando os dados é possível perceber que mesmo com a revolução verde e mecanização agrícola, intensificados no Paraná a partir da década de 1970, o êxodo rural em Corumbataí do Sul foi menor do que nos outros municípios em estudo. Isso ocorreu primeiro pela cultura do café que necessitava de muita mão de obra e se estendeu por um período maior do que em outras localidades no Paraná. Também está relacionado ao fato da existência de um relevo acidentado que dificulta o uso de máquinas para agricultura moderna. No entanto, a partir dos anos 2000 a mecanização no campo ganha força e no censo de 2010 já é notório que a população urbana é maior do que a rural. A cultura da soja vem nos últimos anos ampliando a sua participação na produção primária do município, como se trata de uma produção mecanizada e conectada com o mercado internacional, a demanda por trabalhadores rurais braçais tem diminuído, elevando a migração do campo para a cidade.

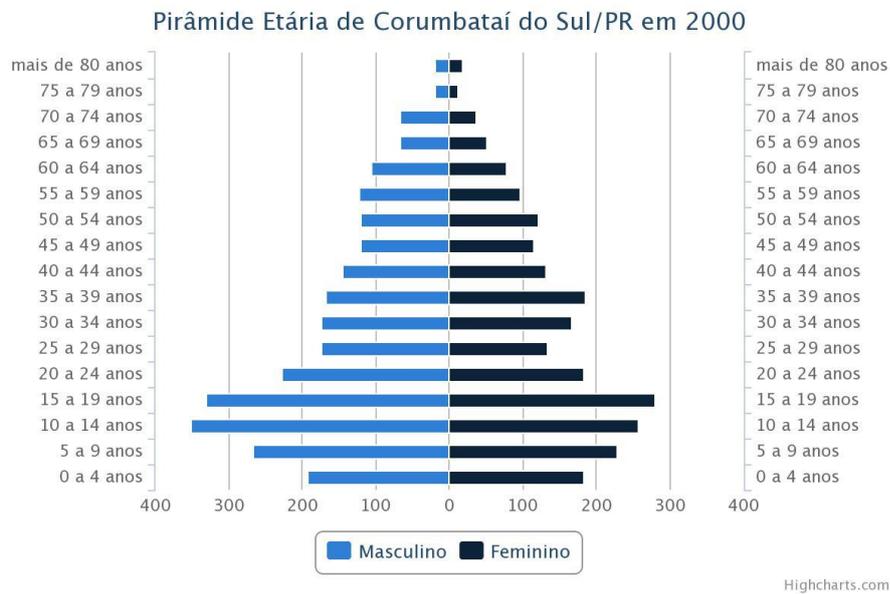
Para avançar na discussão, também é válido observar as transformações na pirâmide etária de Corumbataí do Sul. A pirâmide etária é um gráfico que representa a quantidade de população agrupada em faixas de idade e separados por sexo (homens e mulheres). Com relação à idade, a pirâmide pode ser agrupada em três faixas (jovens, adultos e idosos). Os gráficos 3, 4 e 5 apresentam a pirâmide etária em diferentes períodos.

Gráfico 3 – Pirâmide Etária de Corumbataí do Sul em 1991

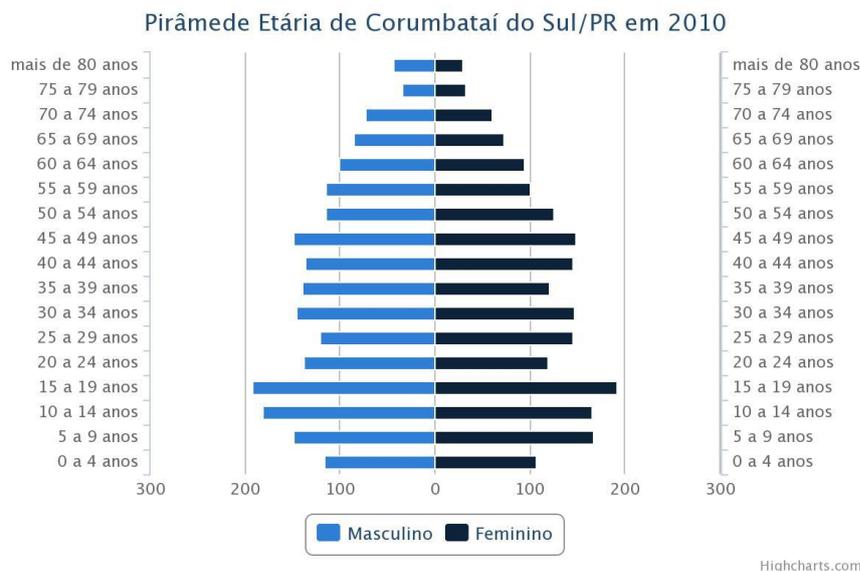


Fonte: PNUD, IBGE (2020).

Gráfico 4 – Pirâmide Etária de Corumbataí do Sul em 2000



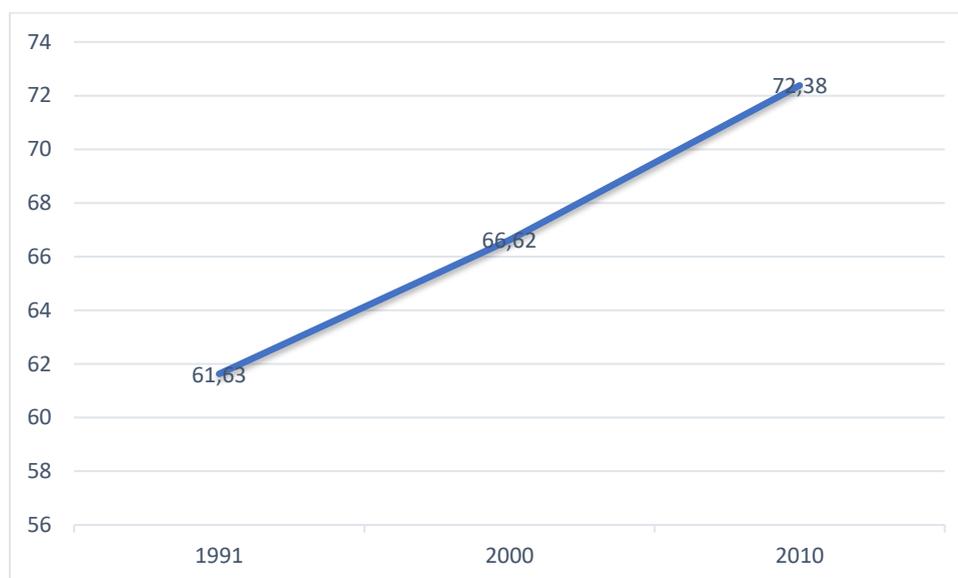
Fonte: PNUD, IBGE (2020).

Gráfico 5 – Pirâmide Etária de Corumbataí do Sul em 2010

Fonte: PNUD, IBGE (2020).

A pirâmide etária do ano de 1991, possui uma base mais larga (ainda que já seja visível uma redução nos estratos entre 0 e 9 anos). Uma base larga indica maior taxa de natalidade. O meio da pirâmide, composto pela população adulta, sofre significativa redução já a partir dos 20 anos de idade. Por fim, no cume, composto pela população idosa, a pirâmide é ainda mais estreita, o que indica baixa expectativa de vida.

No ano de 2010, é notório a redução significativa na base da pirâmide. Tal fato é explicado em virtude da redução da natalidade. A redução no número de filhos por mulher em idade reprodutiva é um fenômeno observado em praticamente todo o Brasil e está ligado à entrada da mulher no mercado de trabalho, uso de métodos anticoncepcionais e políticas públicas de planejamento da natalidade. Por sua vez, o topo da pirâmide passa por um processo de expansão, o que significa aumento na expectativa de vida. O gráfico 6 apresenta o avanço na expectativa de vida no município.

Gráfico 6 – Expectativa de vida

Fonte: PNUD, IBGE (2020).

A expectativa de vida apresentou um acréscimo de onze anos de 1991 a 2010, pois passou de 61,6 anos para 72,3 anos. Entre os motivos para esse aumento estão a diminuição da mortalidade infantil, melhorias nas condições de trabalho, avanços na medicina e no sistema de saúde e maiores cuidados com a terceira idade (ex. Estatuto do Idoso). Ainda assim, Corumbataí do Sul tem dados abaixo da média do Paraná que é de 74,8 anos (ATLAS BRASIL, 2020).

Referente a educação, o município conta com dois estabelecimentos de educação infantil, dois de ensino fundamental e um de ensino médio, a população municipal não alfabetizadas com 15 anos ou mais de idade e a Taxa municipal de analfabetos com 15 anos ou mais de idade é respectivamente de 820 pessoas, equivalente a 23,6 % (IPARDES, 2020). Os dados do IDEB apresentados no quadro 2 demonstram melhora no índice nos últimos 14 anos em que são coletadas as informações.

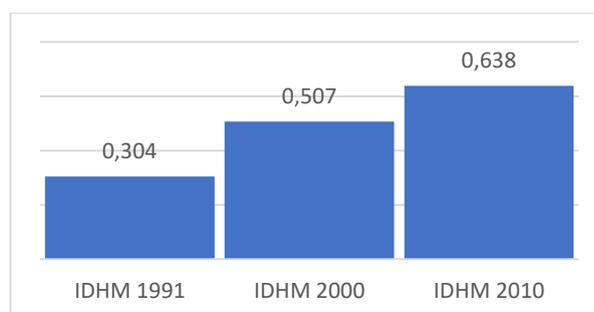
A educação é um dos pilares do desenvolvimento territorial, visto que permite transmitir o conhecimento historicamente produzido pela humanidade, desperta a análise crítica e criativa e possibilita capacitação profissional para o mundo do trabalho. Investir em educação é apostar em um futuro melhor para a comunidade local. Corumbataí do Sul ficou acima de meta esperada na última avaliação do IDEB, o que demonstra avanços importantes, porém ainda está longe dos valores esperados para um ensino de alta qualidade.

Quadro 2 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do município de Corumbataí do Sul

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

Alusivo à saúde, o município conta com uma unidade de saúde básica e um consultório. Não existem leitos hospitalares, fato que se constitui em um obstáculo para o desenvolvimento territorial, visto que a população precisa se deslocar para internamentos de média complexidade.

Em 2019 contava com 1112 domicílios e estabelecimentos com abastecimento de água e 871 com atendimento de esgoto, o abastecimento de energia elétrica em 2019 era de 1679 entre domicílios e estabelecimentos conforme o Iparades (2021). O gráfico 7, por sua vez, apresenta os valores do IDH-M entre 1991 e 2010.

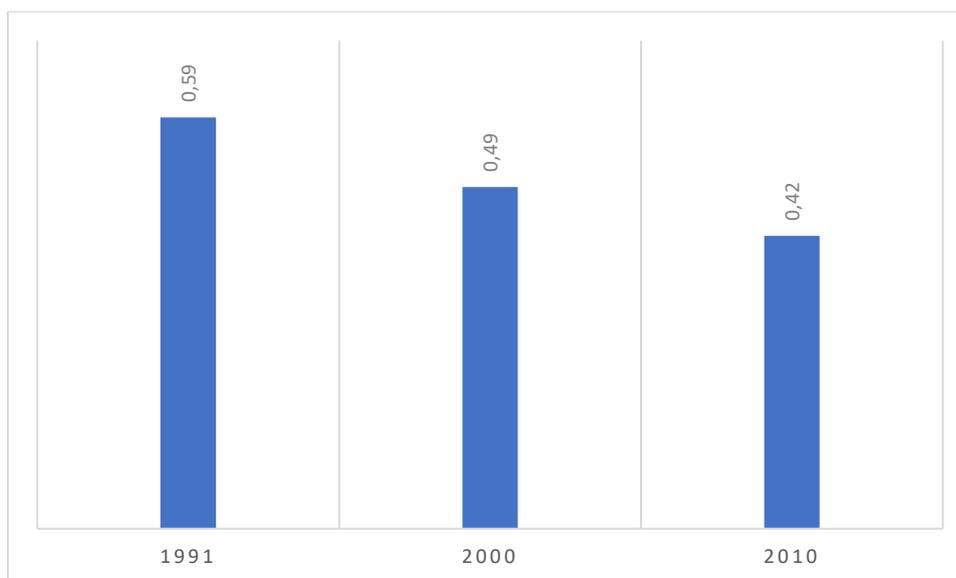
Gráfico 7 – Índice de desenvolvimento municipal de Corumbataí do Sul em 1991, 2000 e 2010

Fonte: PNUD, IBGE (2020).

O gráfico 7 traz o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, que por meio de dados da longevidade, renda e educação de uma população estipulam o índice que varia entre 0 e 1, onde 0 é o mais baixo desenvolvimento humano possível e 1 o mais alto desenvolvimento humano. Assim, verificamos que de 1991 para 2010 o índice do município dobrou saindo de baixo desenvolvimento para médio desenvolvimento humano. Entretanto, continuou sendo um dos mais baixos índices dentro da Microrregião de Campo Mourão.

Os valores do IDHM evidenciam o desenvolvimento geográfico desigual existente na Microrregião de Campo Mourão e no Paraná. Os maiores valores no Paraná são observados na capital Curitiba com 0,823 e Maringá com 0,808, considerados muito alto. Campo Mourão tem 0,757, enquadrado na faixa de alto desenvolvimento (PNUD, IBGE, 2020). O valor obtido por Corumbataí do Sul foi 0,638 e encontra-se abaixo da média do estado do Paraná que foi de 0,749. O gráfico 8 apresenta o índice de Gini do município de Corumbataí do Sul.

Gráfico 8 – Índice de Gini do município de Corumbataí do Sul em 1991, 2000 e 2010



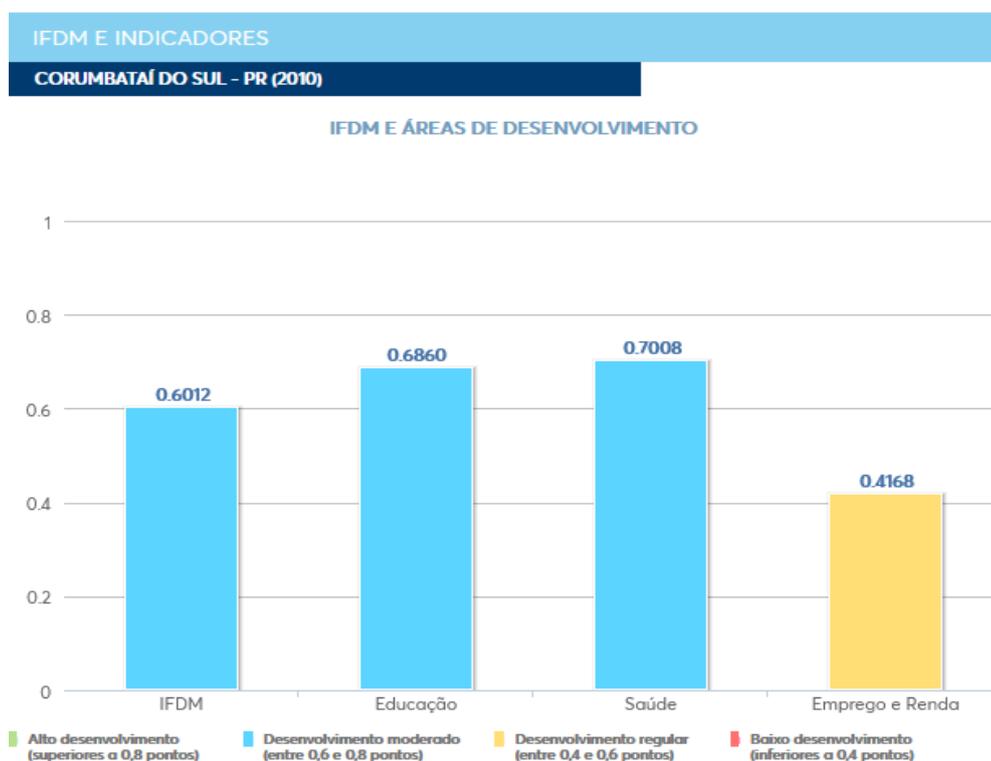
Fonte: PNUD, IBGE (2020).

O índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença de renda entre os mais pobres e os ricos, varia de 0 a 1, o valor 0 representa igualdade e 1 extrema desigualdade, onde poucas pessoas detêm toda a riqueza do grupo. No caso de Corumbataí do Sul a concentração de renda diminuiu nas duas últimas décadas. Entre os motivos que ajudam a explicar a redução da desigualdade no referido município estão o maior alcance das políticas públicas sociais implementadas pelo Estado (especialmente os programas de bolsa), bem como a elevação nos anos de estudo da população.

Porém, é preciso enfatizar que tais ações são apenas um breve impulso na redução da desigualdade, visto que não são capazes de tocar em assuntos mais complexos (como a distribuição da riqueza) nem capazes de reverter a situação de pobreza que ainda é significativa.

Outro importante índice sobre o desenvolvimento municipal é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), estudo feito pelo Sistema FIRJAN e criado em 2008, acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. No caso de Corumbataí do Sul conforme figura 9, a área de saúde é a com melhor índice, sendo o emprego e renda a pior.

Gráfico 9 - IFDM e indicadores de Corumbataí do Sul (2010)



Fonte: FIRJAN (2020).

Referente a índices promovidos pelo estado do Paraná existe o Índice Iparides de Desenvolvimento Municipal – IPDM, que mede o desempenho dos 399 municípios paranaenses, considerando três dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e

educação. Sua elaboração se baseia em diferentes estatísticas de natureza administrativa, disponibilizadas por entidades públicas. Iniciada a série em 2010 apresenta os seguintes dados para Corumbataí do Sul.

Tabela 2 – IPDM de Corumbataí do Sul – 2010 a 2017

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
0,5031	0,5472	0,4967	0,5412	0,5520	0,5573	0,5189	0,6330

Fonte: IPARDES, 2020.

Segundo o caderno do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2020, p. 22), a atividade industrial do município conta com apenas 5 estabelecimentos. A atividade com maior número de estabelecimentos e a de comércio totalizando entre atacadista e varejista 30 estabelecimentos, serviços com 12 e agropecuária 22, com 418 postos de trabalho. O produto interno bruto (PIB) em 2018 foi de 19.915 per capita.

Ao que tange das transferências correntes municipais segundo a origem tem-se R\$ 10.622.046,05 da União, R\$ 3.401.347,17 do estado e R\$ 1.531.224,19 que incluem as transferências multigovernamentais, às instituições privadas, ao exterior, às pessoas, a convênios e outras transferências não especificadas, totalizando R\$ 15.554.617,41 em 2019. A receita municipal total foi de R\$ 18.176.832,00. Podemos observar que 85,5% das receitas de Corumbataí do Sul são oriundas das transferências da união, do estado ou multigovernamentais (IPARDES, 2021).

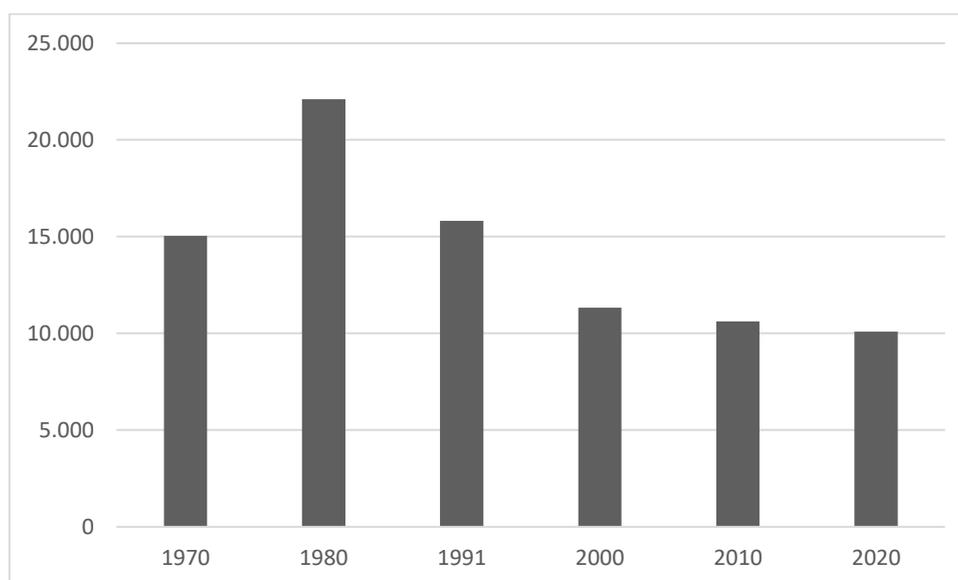
Conforme discussão teórica apresentada no Capítulo 1, a dependência econômica externa é um dos grandes problemas verificados em países periféricos, regiões periféricas e municípios periféricos. A dificuldade para gerar receitas próprias e a autonomia relativa para direcionar os investimentos para os lugares onde eles são prioridade (ou até mesmo a dificuldade para diagnosticar as prioridades) são barreiras que limitam o desenvolvimento territorial, o que impacta na qualidade de vida da população.

Corumbataí do Sul é um município que tem como base econômica a agricultura, como é o caso da maioria dos municípios da Microrregião de Campo Mourão. O município tem problemas crônicos como o declínio demográfico, o crescimento geométrico negativo, a dependência econômica do fundo de participação dos municípios, índices críticos socioeconômicos, limitação na geração de empregos e renda baixa.

3.1.2 Indicadores de Iretama

O gráfico 10 apresenta os valores de população total do município de Iretama desde 1970. Observando os dados disponibilizados verificamos que a década de 1980 foi a época com maior número de habitantes no município (22.109), declinando em valores absolutos nas décadas seguinte e atingindo em 2020, segundo as estimativas, o número de 10.098 habitantes. O esvaziamento populacional de 12.011 habitantes entre a década de 1980 e a projeção de 2020, evidencia uma das dificuldades para o desenvolvimento territorial no município. Entre os problemas diretamente relacionados com a redução de população está a diminuição de arrecadação municipal, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e diminuição da força de trabalho na cidade e no campo, especialmente de jovens.

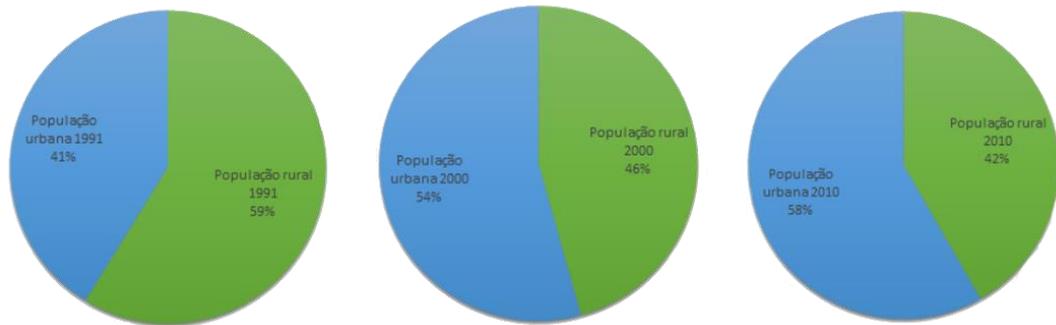
Gráfico 10 – População total do município de Iretama em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 e projeção para 2020



Fonte: IBGE – censos demográficos (2020). 2020 projeção.

O gráfico 11 representa a evolução da divisão da população urbana e rural de Iretama em 1991, 2000 e 2010. A tendência de redução do percentual de população vivendo no campo verificada no Brasil desde a modernização da agricultura, também é observada no município de Iretama, porém em um ritmo mais lento. Nos últimos 20 anos ocorreu a diminuição em 17 pontos percentuais da população campesina, alocadas para o centro urbano.

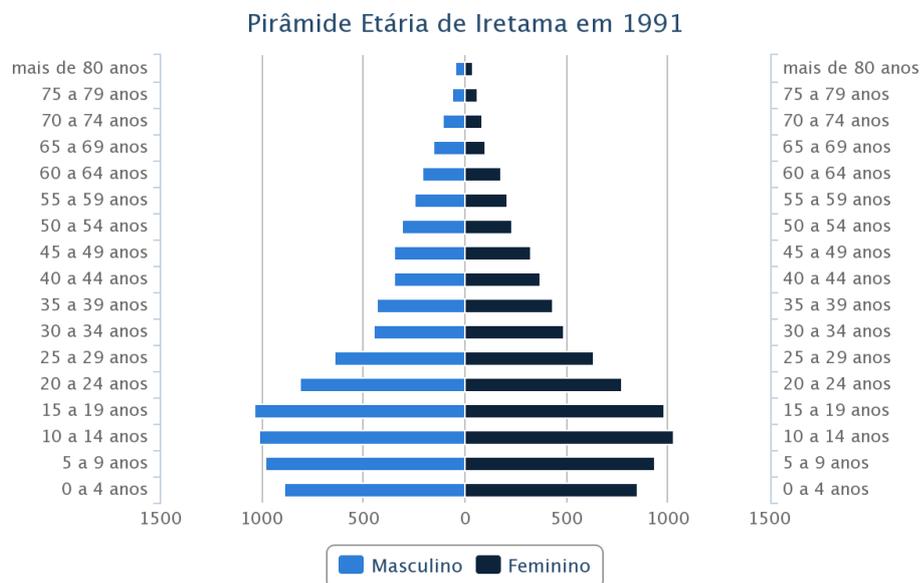
Gráfico 11 – Divisão da população urbana e rural do município de Iretama/PR nos anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, IBGE (2020).

Em relação à composição por faixas etárias de população no município, o gráfico 12 disponibiliza os dados da pirâmide etária em 1991. Os resultados do censo mostram uma população predominantemente jovem, tendo em vista a base em relação ao topo, com a faixa mais larga da população entre 15 e 19 anos. O predomínio de população jovem é fruto da elevada taxa de natalidade e da menor expectativa de vida (topo estreito). Também fica evidente na pirâmide o início do processo de redução da natalidade, tendo em vista o estreitamento na faixa entre 0 e 4 anos e entre 5 e 9 anos.

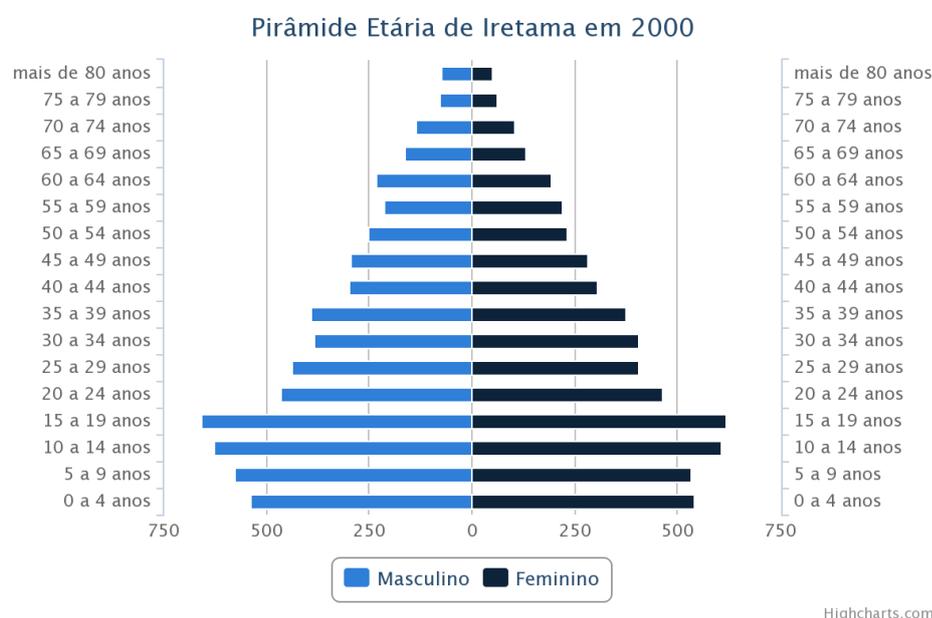
Gráfico 12 – Pirâmide Etária de Iretama em 1991



Fonte: PNUD, IBGE (2020).

A pirâmide etária de 2000 presente na o gráfico 13 continua com a base mais larga e com a mesma faixa etária de população predominante (15 a 19 anos). Outro ponto a ser evidenciando é o alargamento das faixas do topo (população idosa) da pirâmide, indicando elevação da expectativa de vida e maior longevidade da população do município. Tais fatos são reflexos das políticas públicas implantadas a partir da redemocratização do Brasil, especialmente na área da saúde com o Sistema Único de Saúde – SUS e a previdência social (garantindo a aposentadoria).

Gráfico 13 – Pirâmide Etária de Iretama em 2000



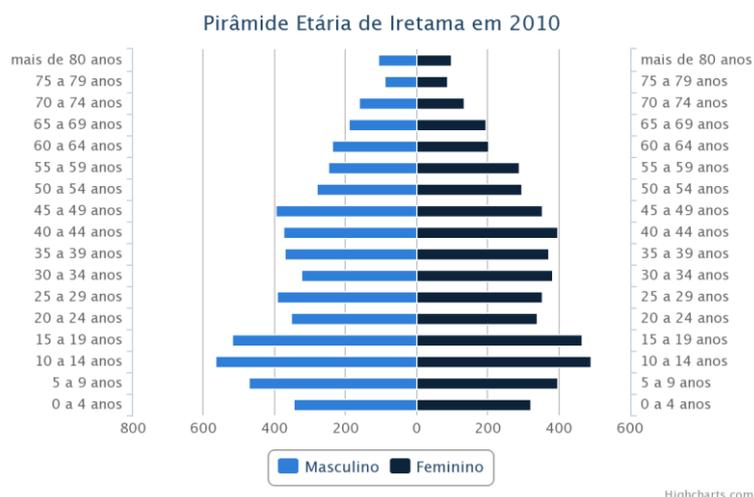
Fonte: PNUD, IBGE (2020).

Em 2010 (gráfico 14), a base da pirâmide continua em processo de redução, especialmente entre 0 e 9 anos, apontando menor número de crianças no município. A tendência de redução de natalidade iniciada na década de 1990 já está se consolidando em 2010. O predomínio da população adulta indica que o município passa por um momento denominado como janela de oportunidade, ou seja, com predomínio de população adulta e apta para ser inserida no mundo do trabalho. O maior número de idosos também é nítido, confirmando o envelhecimento da população.

O envelhecimento da população impõe ao município de Iretama uma série de desafios, entre eles podemos destacar: cuidados com a saúde da população idosa (alimentação, atividade física e atendimento médico); criação de áreas de socialização (praças, parques, associações

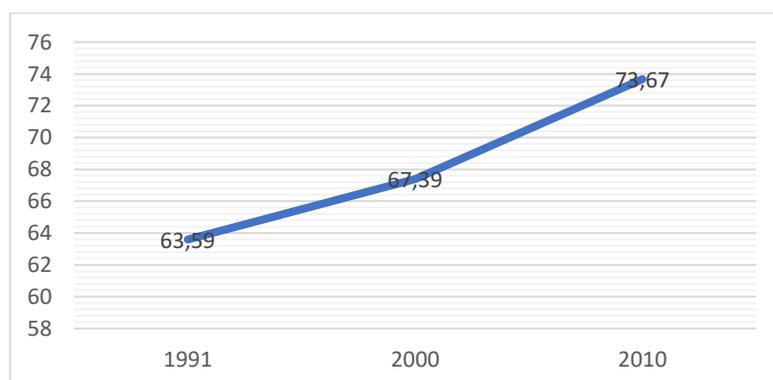
etc.); espaços para cultura e lazer, demanda por cuidadores especializados, entre outros. Isso demanda maiores investimentos por parte do poder público. Por sua vez, os idosos aposentados são uma importante fonte de recursos para o comércio, pois gastam a maior parte do seu dinheiro no local, como bem demonstrou o estudo elaborado por Chies (2017).

Gráfico 14 – Pirâmide Etária de Iretama em 2010



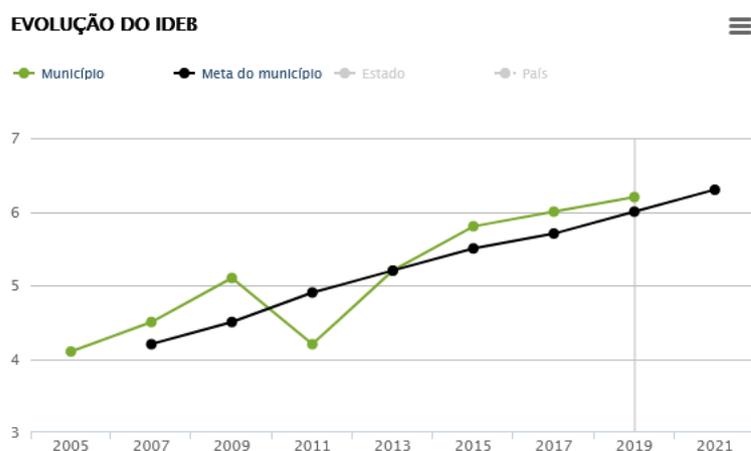
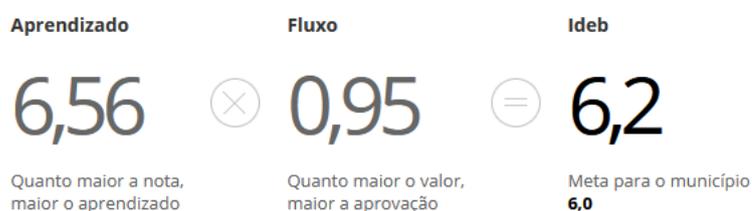
O gráfico 15 representa a expectativa de vida dos iretamenses nos anos de 1991, 2000 e 2010. O Aumento de 10 anos de expectativa, um ano a mais que Corumbataí do Sul e dois em relação a Luiziana em 2010, indica melhor qualidade de vida na terceira idade neste município, conforme também evidenciado na pirâmide etária. Tal fato está atrelado, entre outros aspectos, a continuidade das políticas públicas sociais nas últimas três décadas (em alguns momentos e governos com mais investimentos e em outros com menos). A mudança de orientação ideológica observada na eleição presidencial de 2018, com significativos cortes e contingenciamento nos investimentos pode comprometer os avanços.

Gráfico 15 – Expectativa de vida



No que diz respeito à educação o município conta, entre estabelecimentos de ensino particular e pública: dez estabelecimentos de educação infantil, dez de ensino fundamental, três de ensino médio, um de ensino profissional, três de educação especial e quatro de ensino de jovens e adultos (EJA). A população não alfabetizada com 15 anos ou mais de idade e a Taxa municipal de analfabetos com 15 anos ou mais de idade é respectivamente 1853 habitantes e 23,4% em 2019 (IPARDES, 2020). O IDEB do município aponta a evolução no índice a partir de 2013 ficando acima da meta em 2019 apresentado no quadro 3.

Quadro 3 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do município de Iretama



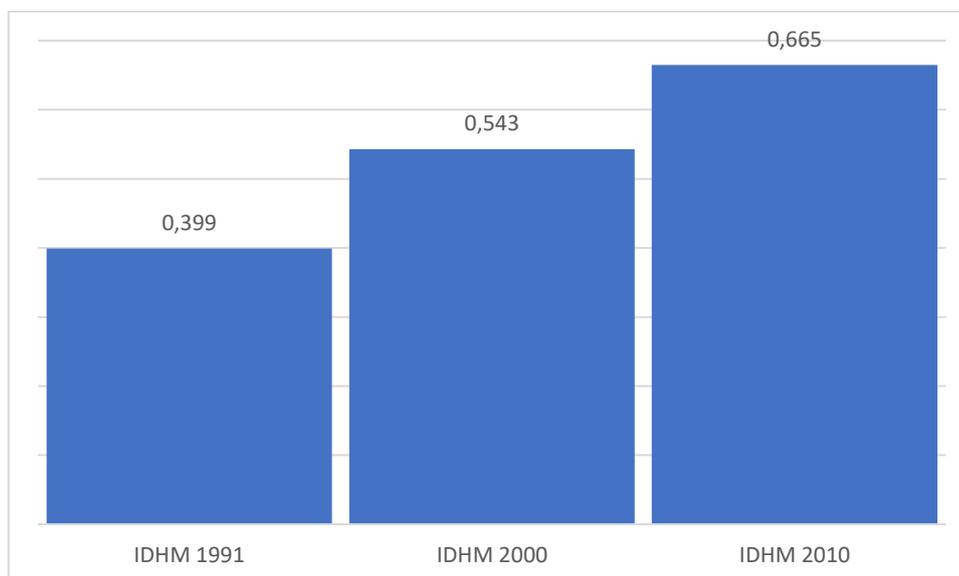
Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

Os melhores resultados no IDEB observados na última década são fruto das políticas públicas implementadas tanto por parte do município, como por meio de investimentos do governo do estado e da união. No entanto, ainda existem desafios como: formação continuada dos professores, melhorias dos salários, reformas e ampliação das escolas e implantação do ensino integral.

A rede de saúde existente no município conta com duas unidades básica de saúde, uma clínica especializada, um consultório, um hospital geral, dois postos de saúde e uma unidade móvel de nível pré-hospitalar. Em 2019, 3166 domicílios e estabelecimentos contavam com abastecimento de água. A energia elétrica chegou ao número de 4461 consumidores em 2019 segundo Ipardes.

O índice de desenvolvimento municipal (IDHM) de Iretama, alocado na no gráfico 16, revela um aumento substancial do índice, contudo não suficiente para sair dos piores patamares entre os municípios da Microrregião de Campo. Atualmente com índice de 0,665 encontra-se abaixo da média do estado do Paraná que foi de 0,749 em 2010. Tais informações confirmam o desenvolvimento geográfico desigual existente entre as regiões e municípios paranaenses.

Gráfico 16 – Índice de desenvolvimento municipal de Iretama em 1991, 2000 e 2010

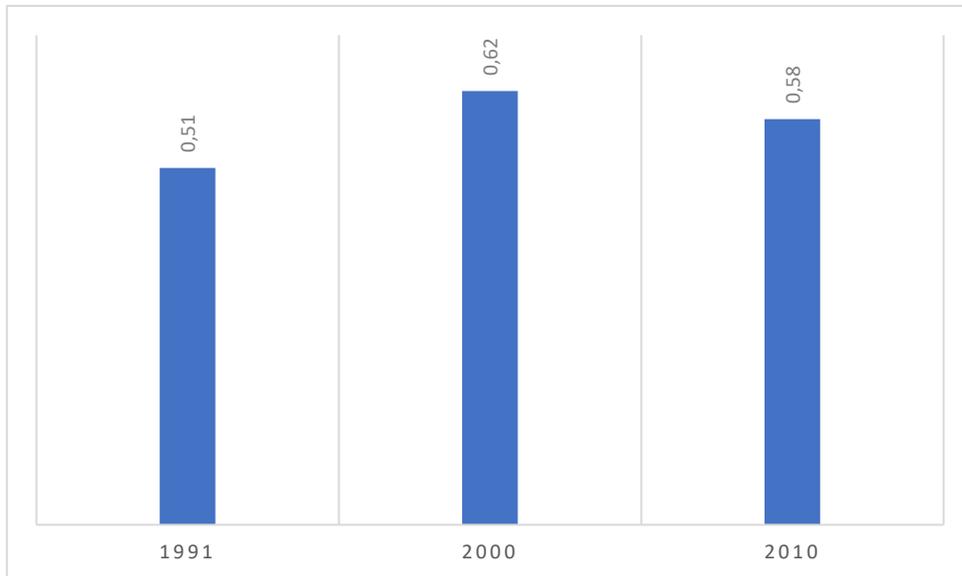


Fonte: PNUD, IBGE (2020).

O índice de Gini (gráfico 17), índice que mede a concentração de renda, mostra que apesar de ocorrer uma melhora na década de 2000 a concentração retorna nos idos de 2010 no município de Iretama. A concentração de renda é um problema que se repete nos municípios periféricos, assim como nos demais municípios do Paraná e do Brasil. Nos municípios em que a agricultura moderna tem uma participação importante da composição renda, o fato é ainda mais evidente, visto que a maior parte da terra rural está concentrada nas mãos de poucas famílias. Se por um lado poucos possuem uma renda elevada, por outro grande parte das pessoas vivem com uma renda média equivalente a um salário mínimo, outros com bem menos do que

isso. Um dos caminhos para melhorar a distribuição de renda são investimentos na educação e qualificação profissional, assim como geração de empregos.

Gráfico 17 – Índice de Gini do município de Iretama em 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, IBGE (2020).

No gráfico 18 estão alocados os dados com relação ao IFDM. O município de Iretama apresenta na área de saúde a melhor avaliação, por sua vez emprego e renda, como já foi anteriormente explicitado, a pior. As melhorias no índice da saúde estão conectadas com a redução da mortalidade infantil, ampliação do atendimento médico, a alimentação e cuidados com a saúde.

Gráfico 18 - IFDM e indicadores de Iretama (2010)



Fonte: FIRJAN (2020).

O Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal – IPDM de Iretama demonstra melhora entre os anos de 2010 a 2017, apesar de apresentar retrocesso no índice nos anos de 2011 e 2012. A elevação da expectativa de vida e a maior escolarização da população impulsionaram o índice, enquanto isso a renda contínua com um problema histórico de difícil superação.

Tabela 3 – IPDM de Iretama - 2010 a 2017

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
0,5894	0,5709	0,5469	0,5977	0,6237	0,6594	0,6899	0,7339

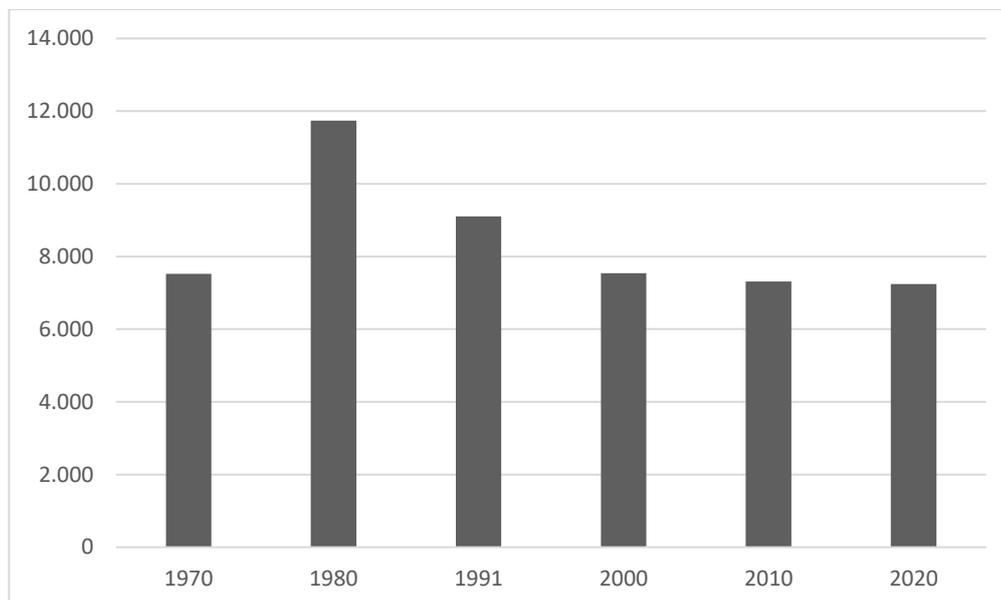
Fonte: IPARDES, 2020.

Conforme o Caderno Iparades (2021) de Iretama o Produto Interno Bruto de 2018 foi de R\$ 25.115 per capita, tendo 189 estabelecimentos e 1553 posto de trabalho. Referente as transferências correntes ao município em 2019 foram de R\$ 13.409.833,51 da União, R\$ 6.835.511,01 do estado e R\$ 5.351.530,98 que incluem as transferências multigovernamentais, às instituições privadas, ao exterior, às pessoas, a convênios e outras transferências não especificadas. O valor final foi de R\$ 25.596.875,50. O total de receitas do município foi de R\$ 31.280.086,49 e os recursos recebidos por transferências representam 81,8% da receita. Assim como constatado em Corumbataí do Sul, a dependência das transferências e a dificuldade em gerar recursos próprios limitam os investimentos em áreas cuja demanda vem crescendo, fato que prejudica o desenvolvimento territorial local.

3.1.3 Indicadores de Luiziana

O terceiro município pesquisado, Luiziana, assim como observado nos anteriores, apresenta esvaziamento populacional no transcorrer das últimas décadas. Na década de 1980 foi registrado pelo censo demográfico do IBGE o pico populacional, seguindo com queda em 1991 e estabilidade nas contagens seguintes. A previsão para 2020 é de manutenção no número de habitantes. Os dados estão alocados no gráfico 19.

Gráfico 19 – População total do município de Luiziana em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 e projeção para 2020

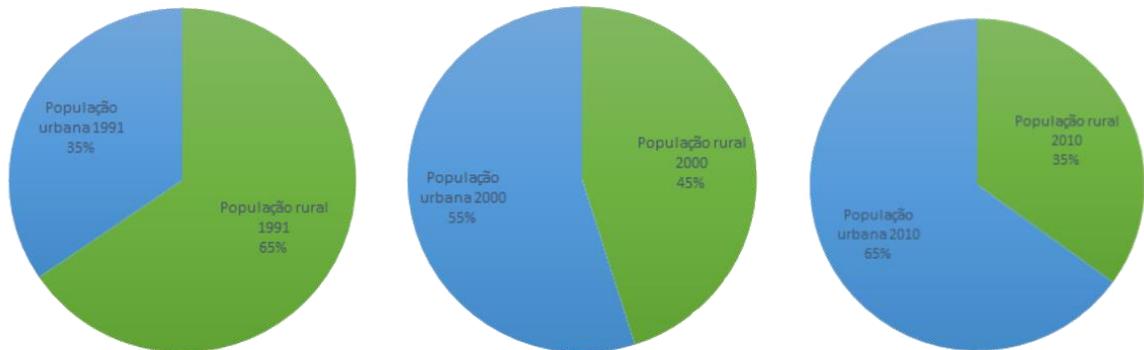


Fonte: IBGE – censos demográficos (2020). 2019 projeção.

A divisão da população urbana e rural apresentada no gráfico 20 revela o rápido exodo rural que ocorreu na década de 1990 e a concentração no espaço urbano a partir de 2000 e 2010. A mecanização da agricultura em um município com base econômica agrária como Luiziana eliminou vários postos de trabalho no campo, a população desempregada buscou na cidade a fonte de renda perdida. A concentração de terra nas mãos de poucos proprietários teve grande impacto neste movimento campo/cidade. Como a cidade de Luiziana não atendeu a toda procura por empregos proveniente da migração dos trabalhadores rurais, esses trabalhadores partiram para as cidades mais dinâmicas do Paraná, como Curitiba, ou para os estados de São Paulo ou Santa Catarina em busca de melhores condições de vida, fato evidenciado no estudo elaborado por Costa (2013).

Os reduzidos investimentos públicos e privados verificados na cidade de Luiziana são desdobramentos do processo de produção do espaço capitalista pautado no “desenvolvimento geográfico desigual” (SMITH, 1988, HARVEY, 2016), no qual os maiores investimentos estão nos “municípios fortemente dinâmicos e dinâmicos” (COSTA, 2013). Somado com isso temos a incapacidade política do poder público local de planejar e implementar ações endógenas de desenvolvimento. O resultado é um espaço urbano com prestação de serviços limitados, comércio voltado para as necessidades básicas locais (baixa complexidade), ausência de iniciativas inovadoras (pesquisa e tecnologia), e um espaço rural concentrador de terra e dominado pelo agronegócio para exportação.

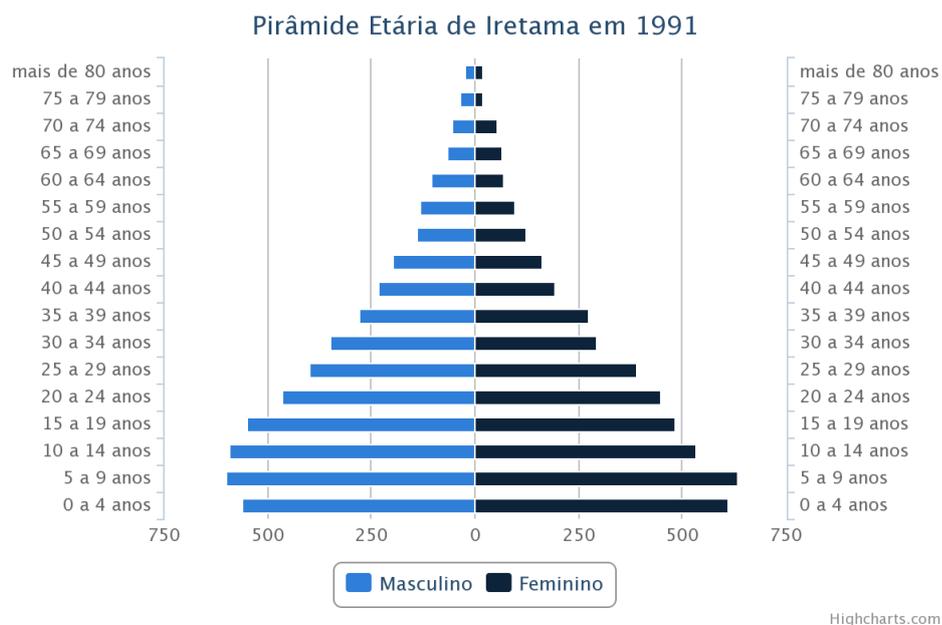
Gráfico 20 – Divisão da população urbana e rural do município de Luiziana/PR nos anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, IBGE (2020).

No que tange a distribuição etária da população luizianense, o gráfico 21 apresenta uma pirâmide etária com base larga (com tendência de redução na faixa entre 0 a 4 anos), e topo estreito, indicando predomínio de população jovem e baixa expectativa de vida em 1991.

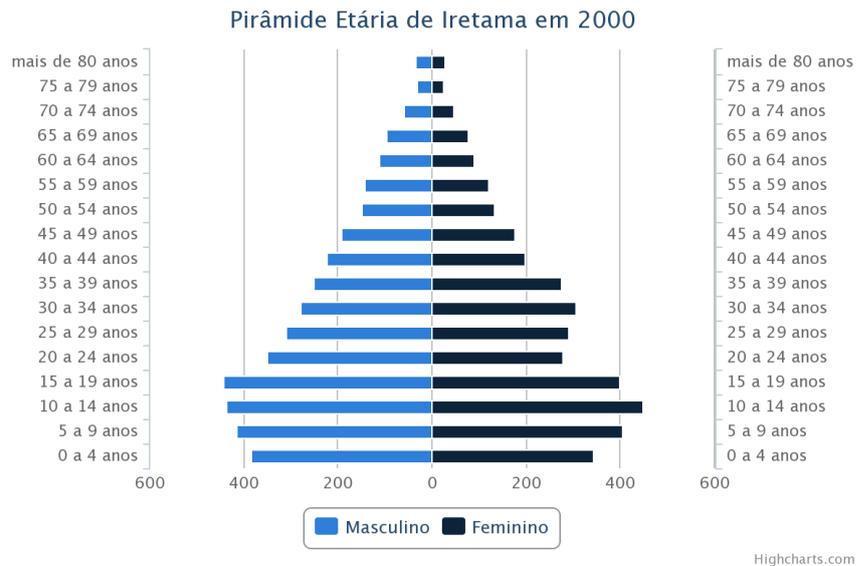
Gráfico 21 – Pirâmide Etária de Luiziana em 1991



Fonte: PNUD, IBGE (2020).

Em 2000, como mostra o gráfico 22, a população jovem ainda representa a maior parcela (sendo confirmado a tendência de redução nas faixas de crianças). O topo, por sua vez, apresenta maior número de idosos em comparação com 1991, indicando melhoria na qualidade de vida da população idosa deste município.

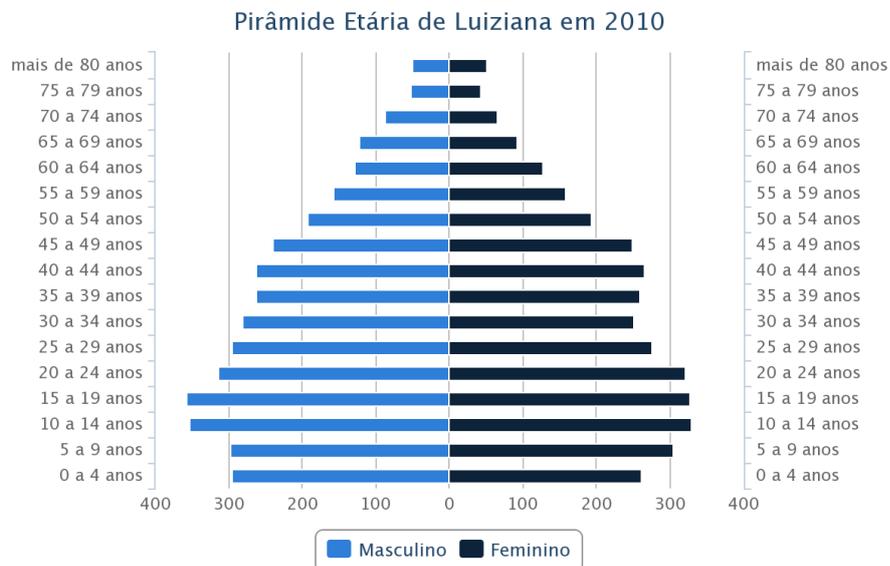
Gráfico 22 – Pirâmide Etária de Luiziana em 2000



Fonte: PNUD, IBGE (2020).

O gráfico 23 traz os dados sobre as faixas etárias da população em 2010, indicando o predomínio de uma população madura (adulta), bem como uma população mais velha e um menor número de nascimentos.

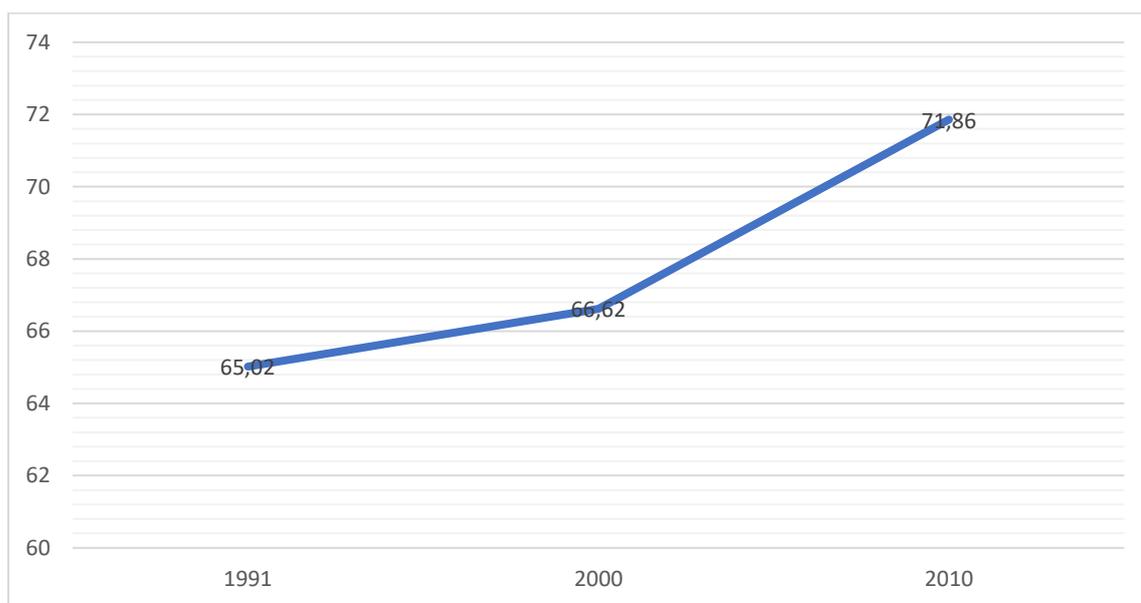
Gráfico 23 – Pirâmide Etária de Luiziana em 2010



Fonte: PNUD, IBGE (2020).

A expectativa de vida dos moradores de Luiziana, representada no gráfico 24, expõe o aumento de 6 anos entre 1991 a 2010, o menor entre os três municípios e abaixo da média do Paraná (74,8 anos). Assim como discutido nos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama, o envelhecimento da população impões inúmeros desafios para os gestores públicos.

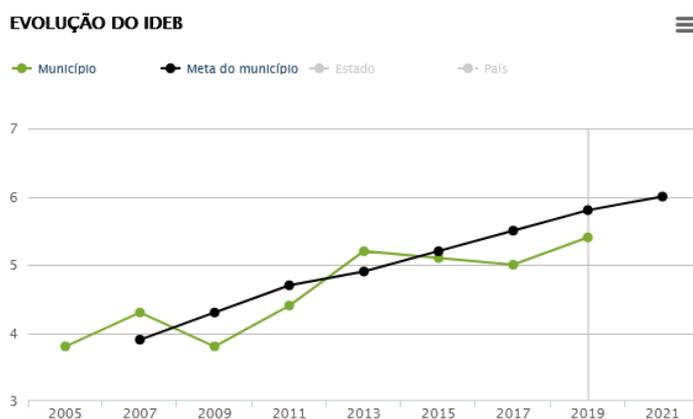
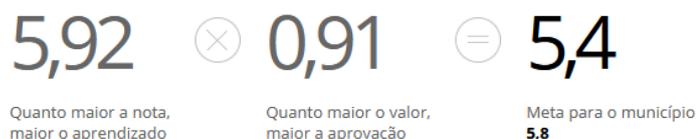
Gráfico 24 – Expectativa de vida



Fonte: PNUD, IBGE (2020).

A rede de ensino no município conta com três estabelecimentos de educação infantil, três escolas de ensino fundamental, uma de ensino médio, uma de educação especial e uma de educação de jovens e adultos, totalizando 9 modalidades e estabelecimentos de ensino. A população municipal de pessoas não alfabetizadas com 15 anos ou mais de idade e a Taxa municipal de analfabetos com 15 anos ou mais de idade é respectivamente 928 habitantes e 18,2% em 2019, segundo Iparades. O IDEB do município em 2019 é apresentado na figura 41 ficando abaixo da meta para 2019.

Outro grande desafio que se impõe aos gestores públicos em Luiziana é promover melhorias no ensino. Os valores do IDEB indicam que Luiziana não obteve a nota meta para 2019. O quadro 4 revela que a partir de 2015 a nota do município se manteve abaixo da meta, desta forma, consolidando a educação como uma das fragilidades de Luiziana.

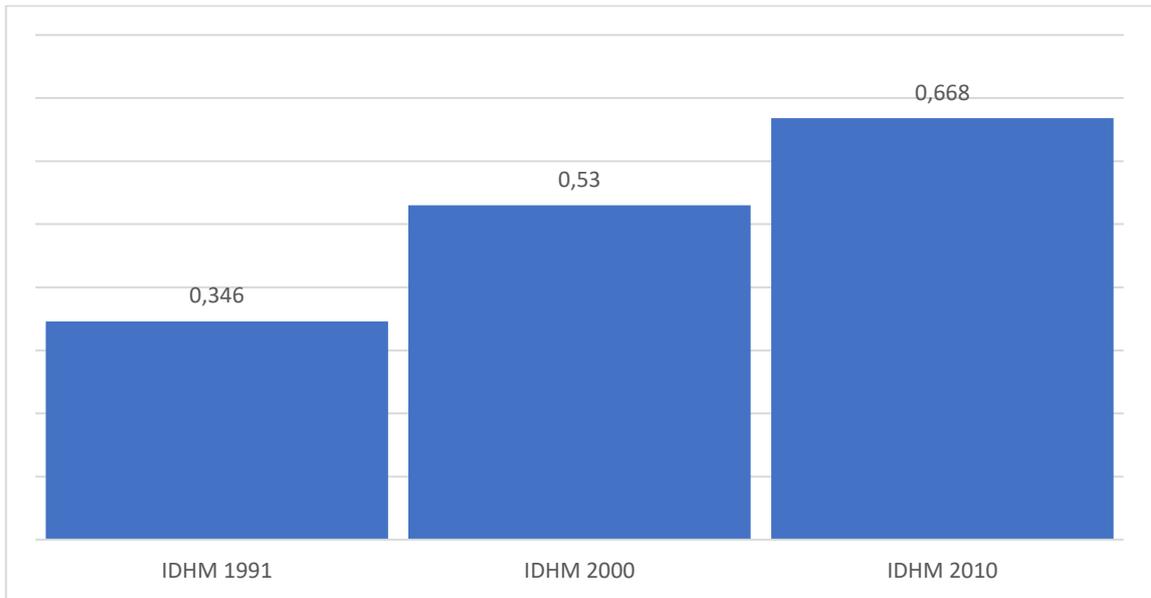
Quadro 4 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do município de Luiziana

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

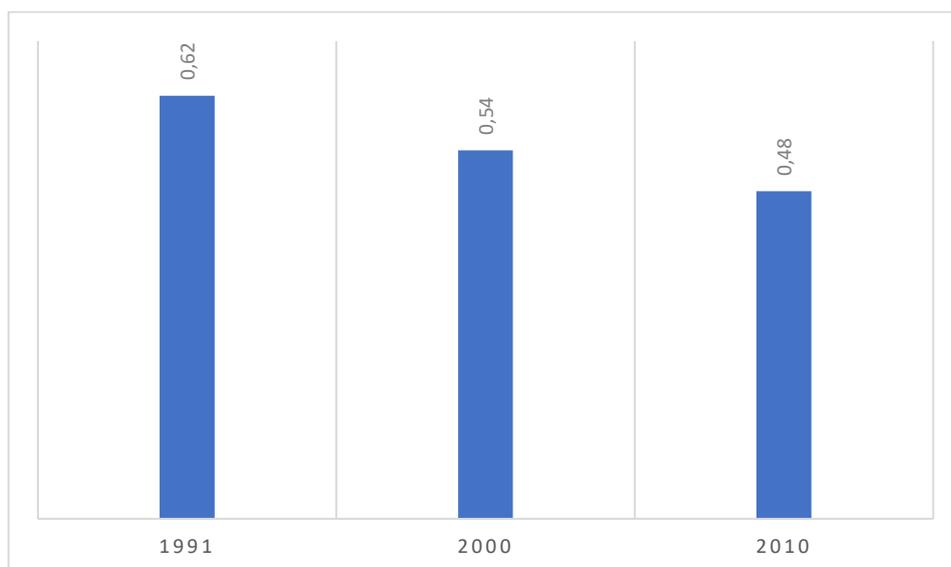
A área da saúde do município conta com duas unidades básica de saúde, quatro consultórios, um posto de saúde e uma unidade de apoio de diagnose e terapia em 2020. Em 2019 o abastecimento de água atendia a 3.166 domicílios e os estabelecimentos com energia elétrica somavam 4461 domicílios consumidores segundo o Iparde (2021).

Referente ao IDMH (gráfico 25), o município apresentou melhora significativa, porém não o suficiente para sair das piores posições na Microrregião de Campo Mourão. Em suma, a melhora foi possível por apenas uma das três dimensões que compõem o índice, longevidade, que se manteve elevada em relação a renda e educação.

Gráfico 25 – Índice de desenvolvimento municipal de Luiziana em 1991, 2000 e 2010

Fonte: PNUD, IBGE (2020).

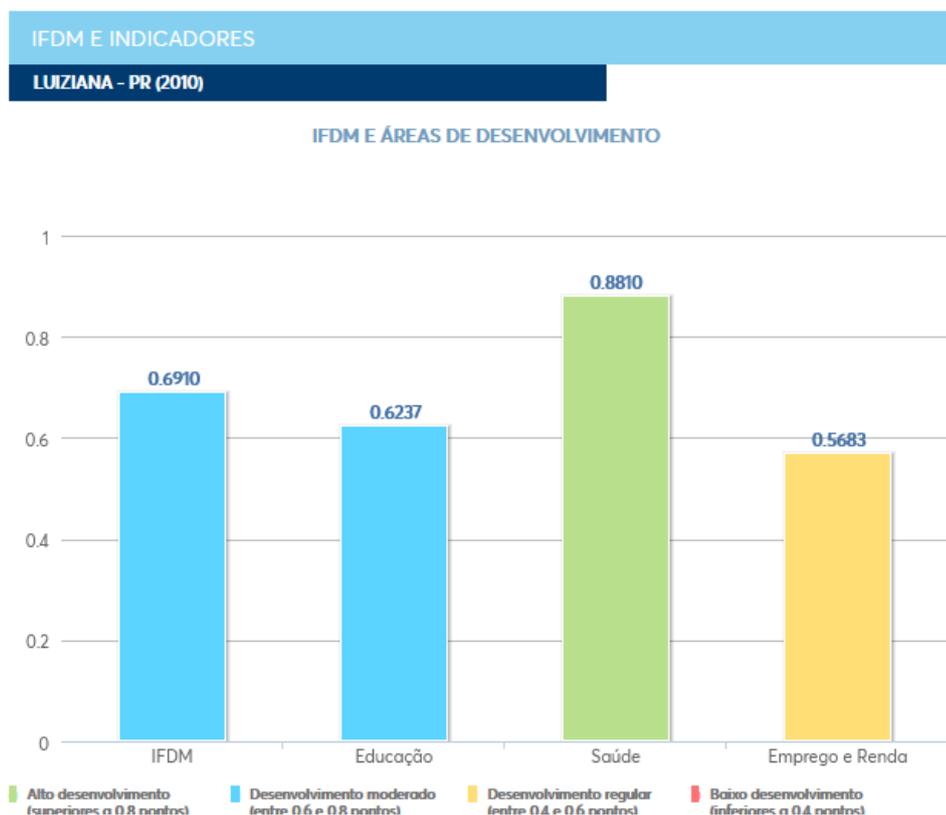
O índice de Gini do município de Luiziana entre os anos de 1991, 2000 e 2010 apresentados na figura 43, exibe uma redução na concentração de renda nos últimos 19 anos. Ainda que os dados demonstrem avanços importantes, a concentração de propriedades rurais nas mãos de poucas famílias e os baixos salários pagos aos trabalhadores do comércio e da prestação de serviços no local continuam sendo um dos obstáculos para a redução da desigualdade social.

Gráfico 26 – Índice de Gini do município de Luiziana em 1991, 2000 e 2010

Fonte: PNUD, IBGE (2020).

O índice Firjan de Luiziana em 2010 (gráfico 27), aproxima-se do IDHM de 2010, contudo com algumas diferenças nas dimensões como é o caso da educação que ficou melhor que o emprego e renda. Outro ponto a ser destacado é que Luiziana tem melhor desempenho que Corumbataí do Sul e Iretama neste índice, assim como no IDHM de 2010. O índice confirma que a geração de emprego e a baixa renda estão entre os principais desafios para a promoção do desenvolvimento territorial.

Gráfico 27 - IFDM e indicadores de Luiziana (2010)



Fonte: FIRJAN (2020).

Alusivo ao Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal – IPDM, os dados de Luiziana entre 2010 a 2017, demonstram melhora significativa no período avaliado, com avanços pequenos, porém contínuos.

Tabela 4 – IPDM de Luiziana - 2010 a 2017

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
0,5308	0,5664	0,5824	0,6064	0,6201	0,6222	0,6382	0,6466

Fonte: IPARDES, 2020.

Com relação aos indicadores econômicos de Luiziana, o caderno IPARDES (2021) aponta que em 2018 o Produto Interno Bruto per capita foi de R\$ 45.023, contando com 215

estabelecimentos e 1212 empregos em 2019. As transferências correntes municipais em 2019 foram: R\$ 10.002.962,49 da união; R\$ 8.955.296,62 do estado e R\$ 3.372.650,65 que incluem as transferências multigovernamentais, às instituições privadas, ao exterior, às pessoas, a convênios e outras transferências não especificadas. O total de transferências foi de R\$ 22.330.909,76. As receitas de Luiziana correspondem a R\$ 26.960.031,96. As transferências oriundas da união, do estado ou multigovernamentais representam 82,8% do total, indicando mais uma vez dependência externa e limitações de recursos próprios para os investimentos necessários.

3.2 Desafios para o desenvolvimento territorial local

Nos países que desempenham funções periféricas como é o caso do Brasil, bem como em seu interior, no qual é perceptível na paisagem o desenvolvimento geográfico desigual entre as regiões e entre os municípios, é urgente a implementação de ações direcionadas para a promoção de melhorias na vida da população. Com base no exposto, um conceito que vem se destacando é o de desenvolvimento territorial local.

[...] pelo fato de que se entende que o desenvolvimento ocorre localizadamente, no território, na região, no município, na localidade, logo porque desenvolvimento territorial, que pode substituir termos usuais como desenvolvimento local, desenvolvimento regional, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento humano, desenvolvimento local/regional sustentável, ou outros. O qualificativo territorial abarca todas estas dimensões (DALLABRIDA, 2007, p. 05).

O diferencial da proposta de desenvolvimento territorial local para os outros conceitos e modelos existentes é que ele visa diagnosticar e aproveitar as potencialidades do lugar em favor da própria comunidade, diferenciando-se do modelo tradicional pautado nos interesses dos grandes capitalistas que exploram a comunidade para atender os seus anseios particulares. Pires *et. al.* (2006, p. 448) compreendem que se trata de: “[...] um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região.

Garantir a participação da comunidade tanto no diagnóstico como nas decisões é um dos grandes desafios. Para isso é importante a parceria com o Estado, Universidades, entre outras organizações que possam contribuir com o planejamento e o conhecimento técnico e científico.

Isso em uma perspectiva horizontal e não vertical, pois a comunidade tem que estar efetivamente inserida no processo.

Um dos destaques do modelo está na participação efetiva da comunidade e na valorização da sua cultura, identidade e meio ambiente. De acordo com Saquet (2015, p. 130): “As identidades, fundamentais na organização política, significam pertencimento, afetividade, coesão e possibilidade de resistência e projeção coletiva do futuro respeitando as diferenças”. As estratégias de desenvolvimento territorial local planejadas e colocadas em prática devem estar em sintonia com a identidade coletiva, bem como ser capaz de promover a integração econômica e social do local. Dentro do exposto, Quijano (2002), argumenta que:

A comunidade e a associação de comunidades como a estrutura institucional de autoridade pública, local e regional, já assomam no horizonte, com o potencial de chegar a ser não só o marco institucional mais apto para a democracia das relações cotidianas entre as pessoas, mas estruturas institucionalizadas mais eficazes e mais fortes do que o Estado, para o debate, a decisão, o planejamento, a execução e a defesa dos interesses, necessidades e trabalhos e obras de vasto alento da população mundial (QUIJANO, 2002, p. 18).

Dallabrida (2017), por sua vez, defende o desenvolvimento territorial local como um processo de mudança histórica e territorial em favor da comunidade e integrado com as dinâmicas regionais e até mesmo globais. Em um momento histórico fortemente pautado pela globalização, o lugar não está descolado dos acontecimentos globais. Desta feita, a produção local pode encontrar fluidez em escalas mais amplas, incluindo países distantes da comunidade, porém articulados em redes internacionais de comercialização justa.

Colocar em prática esse modelo de desenvolvimento voltado para as reais necessidades da comunidade e com respeito a natureza exige criatividade, vontade política, desejo e esforço da comunidade local, parcerias com Universidades, financiamento e mudanças estruturais. Porém, tamanho esforço pode ser recompensado com melhorias na qualidade de vida da população.

3.2.1 Desafios e potencialidades em Corumbataí do Sul

Para a realização de melhorias na qualidade de vida da população, um dos objetivos do desenvolvimento territorial local, é necessário levantar as principais fragilidades existentes, bem como indicar as potencialidades. As fragilidades e as potencialidades foram levantadas com base na análise dos indicadores sociais e econômicos e conversas online com moradores

do município. Tais informações são relevantes para a implementação de políticas públicas adequadas a realidade local. Desta feita, Corumbataí do Sul possui diversas fragilidades a serem superadas para que o desenvolvimento territorial local seja implementado no município:

Fragilidades

- Dificuldades para promover a integração política e econômica entre os municípios da Microrregião de Campo Mourão;
- Fraqueza política para captar recursos estaduais e federais;
- Índice de escolaridade Baixo;
- Baixo número de postos de trabalho;
- Esvaziamento populacional que causa diminuição da arrecadação de tributos e a perda de recursos destinados pelas transferências constitucionais;
- Migração de população jovem para centros fortemente dinâmicos e dinâmicos;
- Falta de médicos especialistas no município e na região para atender adequadamente a população;
- Falta de hospital municipal e de leitos para internação;
- Pouco investimento na qualificação em nível técnico e superior para a população, especialmente na faixa etária de jovens;
- Problemas ambientais (dificuldade para promover a reciclagem, lixo jogado nas ruas e falta de consciência ambiental);
- Oferta restrita de saneamento básico para a população;
- Limitações de infraestrutura para o desenvolvimento do turismo;
- Ausência de um calendário de eventos oficial e integrado;
- Limitações na segurança pública;
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo do adequado;
- Malha asfáltica urbana e rural com problemas;
- Proximidade com centros urbanos maiores, como Campo Mourão e Maringá, que atraem a maioria dos investimentos privados;
- Baixos salários para os trabalhadores locais;
- Setor industrial precário;
- Comércio e prestação de serviço de baixa complexidade.

Potencialidades

- Turismo rural;
- Artesanato e gastronomia local;
- Recursos hídricos;
- Agricultura familiar destinada à produção de alimentos orgânicos e certificados;
- Solo fértil e propício para a diversificação da agricultura;
- Ampliação do comércio local, com estímulos para a população comprar no próprio município;
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) acima da meta nos últimos exames;
- A cultura de café;
- Cooperativa de produção e industrialização de produtos à base de fruta;
- Empresa de confecção;
- Empresa de laticínio em conjunto com produtores rurais de Iretama;
- Aprovação do plano diretor em 2019;
- Praças e espaços para lazer.

Figura 15 – Mosaico de locais de Corumbataí do Sul/PR



A) Praça e igreja do município; B) Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul; C) Rua principal da cidade; D) Vista de cima do município; E) Parque municipal. Fonte: Autor.

As fragilidades listadas indicam problemas provenientes principalmente, mas não exclusivamente da renda baixa e geração insuficiente de emprego, que poderia ser sanada com a industrialização da produção local. Contudo, a industrialização de municípios periféricos é limitada pela influência das cidades polos das microrregiões, pela malha asfáltica inadequada, falta de mão de obra especializada e/ou escassez de matéria prima para produção. Neste sentido, Corumbataí do Sul busca na manutenção de uma cooperativa de frutas, criação de um laticínio (em conjunto com produtores de Iretama) e uma empresa de confecção já assentada contornar essas limitações impostas.

A lei que sanciona o plano diretor do município é outro caminho que poderá em um futuro próximo normatizar e regularizar áreas para industrialização racionalizando o uso do solo. Essa mesma lei poderá amenizar ou mesmo resolver outras fragilidades apontadas neste tópico, como a universalização do saneamento, melhorias na malha asfáltica urbana e rural e a problemática ambiental, contudo será necessário a aplicação e incentivo público para que tais projeções ocorram.

As potencialidades do município têm no turismo rural e gastronômico seus principais aliados para introdução de postos de trabalho tanto na cidade como no campo, a cultura de café apesar de decrescente no local é uma atração que poderia atrair turista da região ou outras partes do estado e até do país para em fins de semanas no campo aproveitar um café da manhã colonial com produtos de pequenos produtores do município e arredores. O relevo ondulado e com maior declividade do município é um belo cartão postal e o comércio local seria aquecido pelos turistas que visitassem o município.

3.2.2 Desafios e possibilidades em Iretama

O município de Iretama, entre os três estudados, é o com maior população total resultando em maiores receitas e melhores resultados na saúde e na econômica. Outro ponto sócio-histórico é o fato de o município ser o mais antigo entre os três, emancipado em 1960, o que possibilitou a urbe administrar seu território e buscar nas esferas estadual e federal recursos para melhoria da qualidade de vida de sua população. Com economia pujante outrora, atualmente a municipalidade tem sofrido com o esvaziamento populacional e a estagnação socioeconômica.

Fragilidades

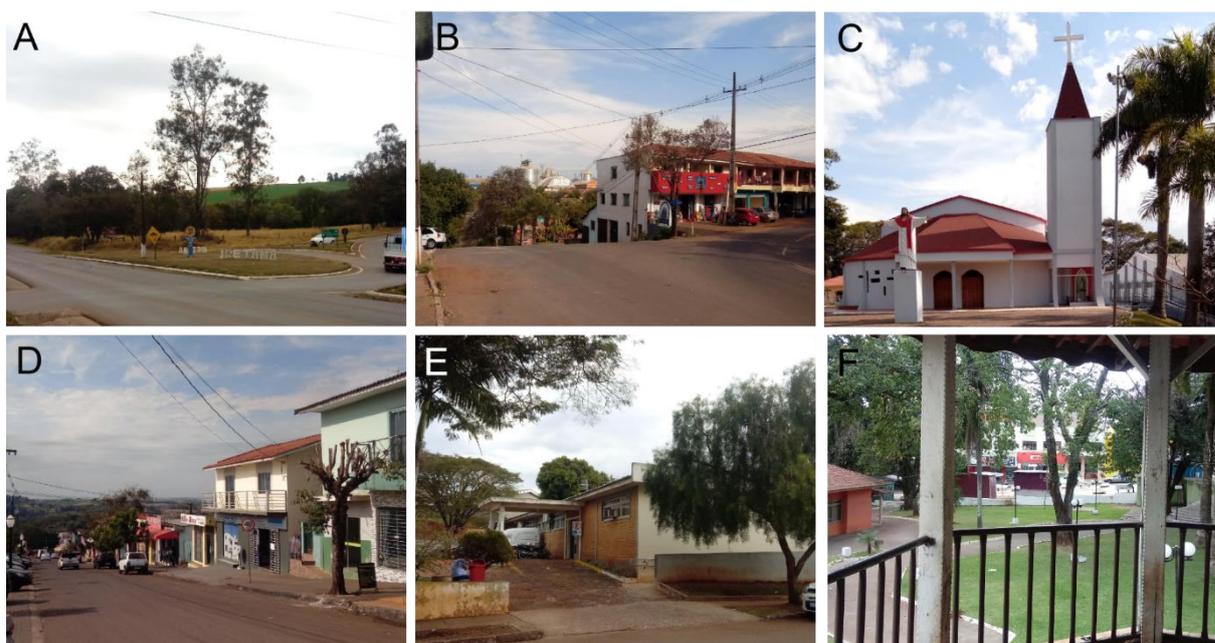
- Dificuldades para promover a integração política e econômica entre as cidades da Microrregião de Campo Mourão;
- Debilidade política para captar recursos estaduais e federais;
- Baixo número de postos de trabalho;
- Esvaziamento populacional que causa diminuição da arrecadação de tributos e a perda de recursos destinados pelas transferências constitucionais;
- Poucos investimentos para lidar com o envelhecimento da população;
- Poucos investimentos na qualificação em nível técnico e superior para a população, especialmente na faixa etária de jovens;
- Problemas ambientais (dificuldade para promover a reciclagem, lixo jogado nas ruas e falta de consciência ambiental);
- Oferta com restrição de saneamento básico para a população;
- Limitações de infraestrutura para o desenvolvimento do turismo;
- Ausência de um calendário de eventos oficial e integrado;
- Limitações na segurança pública;
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo do adequado;
- Malha asfáltica urbana com problemas;
- Proximidade com centros urbanos maiores, como Campo Mourão, que atrai a maioria dos investimentos privados e públicos;
- Concentração de renda;
- Setor industrial precário e insuficiente para geração de empregos locais;
- Escoamento da produção da agricultura familiar;
- Pouco investimento na melhoria de áreas públicas de lazer;
- Baixo crescimento urbano;
- Cidade dormitório.

Potencialidades

- Festas locais;
- Turismo rural;
- Gastronomia local;

- Recursos hídricos;
- Agricultura familiar destinada à produção de alimentos orgânicos e certificados;
- Solo fértil e propício para a diversificação da agricultura;
- Possibilidade de criar cooperativas de produção e industrialização de produtos à base agrícola;
- Áreas arborizadas na cidade;
- Praças e espaços para lazer;
- Estações ecológicas;
- Lei instituindo plano diretor para o município em 2013;
- Termas de Jurema (geração de emprego para a população do distrito);
- Assentamentos de reforma agrária e produção de alimentos.

Figura 16 – Mosaico de locais de Iretama/PR



A) Entrada do município; B) Entrepasto da Coamo ao Fundo; C) Igreja central do Município; D) Rua Principal de Iretama; E) Prefeitura Municipal; F) Praça principal. Fonte: Autor.

Iretama por sua vez, como um município antigo da Microrregião de Campo Mourão já viveu uma época abundante outrora, atualmente sofre com o esvaziamento populacional e estagnação no desenvolvimento territorial local. No tópico das fragilidades a renda baixa e as limitações na geração de emprego são, do mesmo modo que Corumbataí do Sul, o principal empecilho ao desenvolvimento do município. Fatores como relevo íngreme, dificuldade para escoamento da produção, fraqueza política para captação de recursos para projetos de

desenvolvimento no local e do local e concentração de renda minam a dimensão econômica do desenvolvimento humano, derrubando o IDHM do município. Apesar de ser uma importante variante, a economia não é exclusivamente a responsável pela estagnação do município, a educação embora alcançando as metas estipuladas não é capaz de suprir o déficit de capacitação para inovação e criatividade necessária na construção de alternativas para um desenvolvimento local e integrado, tanto no campo como na cidade.

As potencialidades levantadas na pesquisa apontam como caminho o turismo, a gastronomia local e agricultura familiar para promover um desenvolvimento territorial local e integrado, neste sentido o projeto em conjunto com Corumbataí do Sul na implementação de uma empresa de laticínio com produtores de leite da região é um passo importante na integração socioeconômica da região considerando as pastagens de Iretama que são propícias para a produção leiteira. A proximidade entre os municípios é outro fator importante para esse empreendimento (aproximadamente 61 KM). O turismo é um fator importante no município em virtude do resort Termas de Jurema, empresa construída em volta de lagos termais, é responsável pela abertura de postos de trabalho tanto no município como na região, contudo, é necessário que políticas públicas conduzam outros segmentos turísticos para maior dinamismo nesta área como as estações ecológicas que podem oferecer a turistas e moradores conscientização ambiental e captação de recursos públicos.

3.2.3 Desafios e possibilidades em Luiziana

Luiziana é o maior município em área desta pesquisa e o segundo em termos de população total. A economia está predominantemente voltada ao agronegócio. Foi elevado à categoria de município em 1987, o que possibilitou a Luiziana a autonomia político-administrativa do até então distrito de Campo Mourão (a emancipação foi impulsionada pela abertura democrática no Brasil). Na sequência estão as principais fragilidades diagnosticadas pela pesquisa.

Fragilidades

- Dificuldades para promover a integração política e econômica entre as cidades da Microrregião de Campo Mourão;
- Índice de escolaridade Baixo e problemas com a qualidade do ensino (não atingiu as metas estipuladas pelo IDEB);

- Baixo número de postos de trabalho;
- Esvaziamento populacional que causa diminuição da arrecadação de tributos e a perda de recursos destinados pelas transferências constitucionais;
- Limitação das políticas para lidar com o envelhecimento da população;
- Pouco investimento na qualificação em nível técnico e superior para a população, especialmente na faixa etária de jovens;
- Problemas ambientais (dificuldade para promover a reciclagem, lixo jogado nas ruas e falta de consciência ambiental);
- Oferta restrita de saneamento básico para a população;
- Ausência de um calendário de eventos oficial e integrado;
- Limitações na segurança pública;
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo do adequado;
- Malha asfáltica urbana com problemas;
- Concentração de renda (a renda está predominantemente nas mãos das poucas famílias que possuem médias e grandes propriedades rurais);
- Setor industrial precário;
- Comércio e setor de serviços de baixa complexidade;
- Pouca oferta de serviços especializados (mobilidade da população para Campo Mourão para suprir as necessidades);
- Cidade dormitório (mobilidade pendular de trabalhadores para Campo Mourão);
- Poucos espaços públicos para lazer da população.

Potencialidades

- Proximidade com Campo Mourão, cidade polo da Microrregião (fato que favorece a realização de parcerias para consórcios de saúde e amplia as possibilidades para escoamento da produção local);
- Força política para captar recursos estaduais e federais;
- Agricultura (principalmente as culturas de soja e milho) que gera boa parte da receita do município;
- Solo fértil;
- Sistema de saúde municipal;

- Proximidade com as principais rodovias do interior do Paraná para escoamento da produção;
- Estação ecológica.

Figura 17 – Mosaico de locais de Luiziana/PR



A) Entrada do Município; B) Prefeitura municipal; C) Igreja central; D) Rua Principal; E) Entrepasto da Coamo no município.

A maioria das fragilidades elencadas no município de Luiziana estão atreladas a concepção de desenvolvimento focada na dimensão econômica, superficialmente elegida pelos moradores na ausência de grandes empresas no município que seguindo a lógica do capital trariam mais postos de empregos em relação a agricultura de monocultura, que vem diminuindo a necessidade de grande número de empregados no campo desde a revolução verde iniciada na década de 1970. Destarte não existir clareza local com relação a outras dimensões que potencializam o desenvolvimento, como a cultura e a agricultura familiar.

O esvaziamento populacional, a precariedade na geração de empregos, na capacitação profissional e os baixos salários pagos para os trabalhadores; acoplados as dimensões de saúde e educação da cidade e do campo são fatores importantes para verificar a estagnação do desenvolvimento municipal e estão diretamente interligadas, influenciando nas dificuldades de melhoria de vida da população.

As potencialidades em Luiziana estão atualmente restritas e limitadas no entorno da agricultura latifundiária organizada no modelo de monocultura para exportação. Dialeticamente o territorial local convive com a contradição de ter o agronegócio como a sua maior fragilidade

e o seu maior potencial. Fragilidade pois o preço da produção é controlado pelo mercado internacional (bolsa de Chicago e transnacionais do agronegócio) e tenciona a concentração de renda no município. O potencial está na dinâmica econômica, social e política que as receitas da agropecuária geram para o local.

A proximidade com a cidade polo da Microrregião favorece o município para escoamento dos grãos e industrialização da produção, sendo a Coamo a empresa de grande porte com maior influência no processo da formação espacial de Luiziana e captadora de sua produção rural.

Um dos grandes desafios para os gestores públicos de Luiziana é diagnosticar outras iniciativas locais para além do agronegócio. O desenvolvimento territorial pautado na valorização da cultura local a partir das iniciativas da população pode contribuir para a superação do quadro de estagnação verificado. Porém, para isso ocorrer é preciso saber lidar com as tensões e pressões exercidas pelo grande capital, que usa a terra para realizar a reprodução ampliação dos investimentos e concentra a riqueza socialmente produzida em poucas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objeto de pesquisa os municípios de Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana, situados na Microrregião de Campo Mourão, no interior do estado do Paraná. O objetivo da pesquisa foi compreender o processo de desenvolvimento geográfico desigual na referida Microrregião e analisar as dificuldades para a efetivação do desenvolvimento territorial local.

O suporte teórico e conceitual para a realização da pesquisa se encontra nos escritos com relação a produção do espaço, o desenvolvimento geográfico desigual, a noção de municípios periféricos e o desenvolvimento territorial.

Na ótica marxista tradicional poderíamos concluir que a realidade atual e as dificuldades para o desenvolvimento territorial nestes municípios estão contidas apenas na histórica luta de classes. Contudo, como aponta Lefebvre (1974), o espaço onde a luta de classes se desenrola é dinâmico e a produção do espaço é condição para a reprodução da vida social e dos meios de produção. Para ultrapassar uma leitura economicista do desenvolvimento é importante ir além do foco na dimensão econômica e na luta de classes, e também considerar outras dimensões como: política, social, cultural, ambiental, entre outras.

No caso da Microrregião em estudo verificamos que a sua formação socioespacial é iniciada pelos povos indígenas que já habitavam o território antes da presença espanhola e portuguesa, deixando como principal vestígio os caminhos de Peabiru que ligam o litoral ao interior do continente (BOND, 1996). Após a chegada e invasão europeia a reprodução do espaço é direcionada nos séculos XVII e XVIII pelos colonizadores espanhóis, portugueses, jesuítas e bandeirantes paulista.

O processo de produção do espaço adquire novos contornos na Microrregião de Campo Mourão com chegada dos colonos Guarapuavanos em 1880, e se efetiva a partir de 1940 com a colonização dirigida pelo Estado em parceria com o capital privado. A história da ocupação é permeada por contradições, conflitos, lutas, interesses, disputas e até derramamento de sangue.

O início do assentamento em Campo Mourão foi resultado de políticas do Estado brasileiro para avanço a oeste do país a fins de manutenção destas terras. Esta primeira frente de expansão teve como agentes caboclos e colonos pobres e tinha como finalidade a abertura de clareiras, venda de madeira e a prática de agricultura de subsistência familiar, não a mercantilização da terra (YOKOO, 2013). As relações socioeconômicas eram de produção pré-

capitalista com base na “cooperação” entre famílias, também chamados de “amansadores da terra” (YOKOO, 2013).

A segunda frente, a dos pioneiros, tem no encorajamento do Estado paranaense sua principal razão. A reprodução do espaço e as relações políticas, econômicas, sociais e ambientais agora são implementadas na lógica do capital e orquestradas diretamente pelo Estado. A venda e anúncios de glebas de terras baratas e férteis no norte, no centro e no oeste do Paraná invitam brasileiros de norte a sul do país a se assentarem. As dificuldades para os colonos em viver no interior do Paraná foram inúmeras, haja visto a limitada infraestrutura existente.

Nos casos de Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana, possivelmente a principal dificuldade foi a ausência ou precariedade de estradas, fator que limitava o escoamento da produção, a logística para obtenção de produtos de primeira ordem e a mobilidade da população para emergências de saúde, entre outras necessidades.

As formas de relevo e o tipo de clima local em conjunto com as características culturais trazidas dos seus locais de origem pelos migrantes foram inicialmente um elemento importante na organização e na produção do espaço. Luiziana com predomínio de relevo suave e ondulado teve a agricultura como base, primeiro com a cultura cafeeira, sendo abandonada para a introdução da cultura de soja e milho em consequência do início das atividades da Cooperativa COAMO. Corumbataí do Sul por conta de seu relevo íngreme iniciou e manteve a cultura cafeeira como carro chefe até os anos 1990, quando a diversificação de culturas para maior rentabilidade é iniciada. O caso de Iretama tem no início a produção de hortelã, logo abandonada e substituída pelo milho, que atualmente junto com a soja representam as principais culturas temporárias. Com a maior penetração do capital no campo a partir da modernização da agricultura, as condições naturais e culturais que inicialmente direcionaram a produção do espaço foram sendo substituídas pelo uso da tecnologia.

No entanto, a presença da agricultura moderna com forte base tecnológica não foi capaz de resolver as contradições políticas, sociais e econômicas, nem de melhorar as condições de vida de toda população. O que se observou nos três municípios estudados foram indicadores sociais e econômicos abaixo da média do estado do Paraná e da cidade polo (Campo Mourão). Dos dezesseis municípios da Microrregião de Campo Mourão, os três aqui estudados tinham os piores apontadores nos índices de desenvolvimento.

Não obstante a necessidade de buscar as respostas para a questão dos fatores que limitam o desenvolvimento dos municípios estudados e verificar os principais problemas vividos pelos habitantes desses municípios, objetivamos um levantamento socioeconômico que

se fundamenta não apenas em números, mas também nos desdobramentos que a (re)produção do espaço imprimira nas relações de vida social destas populações. Os resultados obtidos com a pesquisa confirmaram que o desenvolvimento geográfico destes locais é desigual e adicionam sobre as relações interesses políticos de ordem local, regional, nacional e até internacional.

As principais dificuldades em comum para a efetivação do desenvolvimento territorial nos municípios de Corumbataí do Sul, Iretama e Luiziana observadas foram: 1) dificuldades para promover a integração política e econômica entre os municípios da Microrregião de Campo Mourão; 2) fragilidade política local para captar recursos estaduais e federais; 3) pouca oferta de postos de trabalho; 4) baixos salários pagos para os trabalhadores nos três setores (primário, secundário e terciário); 5) esvaziamento populacional que acarreta na diminuição da arrecadação de tributos e a perda de recursos destinados pelas transferências constitucionais; 6) poucos investimentos para lidar com o envelhecimento da população; 7) poucos investimentos na qualificação em nível técnico e superior para a população, especialmente na faixa etária de jovens; 8) problemas ambientais (dificuldade para promover a reciclagem, lixo jogado nas ruas e falta de consciência ambiental); 9) oferta com restrição de saneamento básico para a população; 10) limitações de infraestrutura para o turismo e ausência de um calendário de eventos oficial e integrado; 11) malha asfáltica urbana com problemas; 12) setor industrial precário e insuficiente para geração de empregos locais; 13) pouco investimento na melhoria de áreas públicas de lazer; 14) pequena valorização da cultura existente no local; 15) ausência de um plano de desenvolvimento territorial de médio e longo prazo.

Para a última questão, quais alternativas seriam mais viáveis para reduzir as desigualdades e promover a efetivação do desenvolvimento territorial local dos municípios periféricos estudados? Concluímos que urge a busca por integração política e econômica dos municípios periféricos neste estudo pesquisados. As iniciativas devem buscar o atrelamento entre o rural e urbano desmistificando a necessidade de grandes empresas para a industrialização rápida, mas que não condizem com a qualificação de mão de obra, tecnologia e infraestrutura que estas cidades dispõem no momento e possivelmente no futuro.

Iniciativas pautadas nas potencialidades endógenas de cada lugar, como a agroecologia em conjunto com o turismo rural, bem como a agroindustrialização da produção local são algumas alternativas para o desenvolvimento territorial em municípios periféricos e voltados a agricultura. Corumbataí do Sul e Iretama já saíram a frente nesta primeira etapa, o primeiro com a diversificação de culturas e a agroindustrialização por meio da Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul (COAPROCOR), o segundo buscando parcerias na produção leiteira. Luiziana pela sua proximidade com Campo Mourão e histórico

de monocultura carece de alternativas e iniciativas que contemplem uma mudança do desenvolvimento tradicional para o local.

Infelizmente o esvaziamento populacional e a pobreza são questões complexas e de difícil resolução sem a elaboração de um plano no qual a população local esteja engajada de forma ativa. Em conjunto com tais iniciativas é fundamental a presença do Estado por meio da implementação de políticas públicas sociais e linhas de financiamento para os empreendimentos locais.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Caderno de Estudos Africanos**. N. 4, 2003.
- AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay! **Cadernos de Estudos Africanos**, [s.l.], n. 34, p.75-111, 29 dez. 2017. Disponível em < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/cea/n34/n34a05.pdf>>. Acesso em: 15 de set. 2019.
- AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. nº 3, Rio de Janeiro: IBGE, 1953.
- BORGES, Paulo Roberto Santana; FANTINI, Karine de Souza Brandaliza. Luiziana município de pequeno porte e emancipado recentemente: os resultados socioeconômicos no período 2010-2015. *In*: Seminário dos cursos de Ciências sociais aplicadas, III., 2017, Campo Mourão. **Anais [...]**. Campo Mourão: Unespar, 2017. P. 614 – 634. Disponível em:<http://anais.unespar.edu.br/iii_secisa/data/uploads/ciencias_economicas/041e.pdf>. Acesso em 28 de jan. 2020.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1998.
- CANFORA, Luciano. **O mundo de Atenas**. São Paulo: Companhia de Letras, 2015.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLHC, 2007.
- _____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato Carneiro. Interdisciplinaridade: um novo paradigma do conhecimento? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 10, p. 99-109, dez. 1994. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601994000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de fev. 2020.
- CHIES, Claudia. Aposentadoria rural e políticas públicas para a agricultura familiar: estudo dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR. 2017. 334 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá – Paraná, 2017.
- COLAVITE, Ana Paula. **As transformações históricas e a dinâmica atual da paisagem de Corumbataí do Sul – Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, p. 224. 2013.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano**. São Paulo. Editora Ática, 1989.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Desenvolvimento local em municípios periféricos. In: BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz; COSTA, Fábio Rodrigues da (Org.). **Estudos urbanos em perspectivas: Reflexões, escalas e desafios**. Campo Mourão: Fecilcam, 2013. p. 49-68.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Nova dinâmica dos municípios do Paraná. MERCATOR, Fortaleza, vol. 13. 2014.

COSTA, Fábio Rodrigues da. **Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná**. Campo Mourão: Fecilcam, 2016. 217 p.

COSTA, Fábio Rodrigues da. Geografia e políticas públicas: avaliação de indicadores sociais em municípios periféricos. In: SOUZA, Adalberto Dias de; COSTA, Fábio Rodrigues da. **Desenvolvimento regional no Paraná: ações e reflexões**. Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2018.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova**, Barcelona, vol. XI, n° 245 (20), 2007, p. 1-16.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do Desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: CRV, 2017.

DAMIANI, Amélia Luiza. (Des)encontros entre Geografia e o urbano: a contribuição de Henry Lefebvre. In: DAMIANI, Amélia Luiza; BAITZ, Ricardo (orgs). **Atravessando a Geografia, Marx, Lefebvre e os Situacionistas**. (Volume 1). São Paulo. Editora Tiragem Livre, 2017.

DUARTE, Aluizio Capdeville & STRAUCH, Ney. Noroeste do Paraná. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Guias de Excursões**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1972. (I Encontro Nacional de Geógrafos, julho de 1972, Presidente Prudente).

ENDLICH, Ângela Maria. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Glaucia Pereira de; Junior, Jorge Pagliarini. Agricultura familiar: Representações e praticas rurais presente no cotidiano escolar iretamense. In: **Cadernos PDE**. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Artigos. 2016. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_hist_unespar-campomourao_glauciapereiradegodoy.pdf>. Acesso em julho de 2021.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HADDAD, Paulo Roberto. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009.

HARVEY, David. **The Limits to Capital**. Oxford: British Library, 1982.

_____. **Espaços de esperança**. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **A condição pós-moderna**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO E DOS MUNICÍPIOS DE UBIRATÃ, CAMPINA DA LAGOA E NOVA CANTU-PR. **Boletim de Geografia**, v. 11, n. 1, 25 jan. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 25 jan. 2020.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades - REGIC**. 2020. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em 14 ago. 2020.

_____, Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. **Dados e informações geoespaciais temáticos: Fitogeográfico**. 2008. Disponível em <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_Fitogeografico_A3.pdf>. Acesso em 25 jan. 2020.

_____, Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. **Dados e informações geoespaciais temáticos: Aerolevantamentos**. 2008. Disponível em <<http://www.geo.pr.gov.br/ms4/itcg/geo.html>>. Acesso em 14 fev. 2021.

IVO, Anete Brito Leal. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, mai./ago. 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP**. Rio de Janeiro, n. 32, p. 51-42, jan./fev. 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martinho. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3 ed. Campinas: Editora Alínea, 2004.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento**. 7 ed. refundida. São Paulo: Difel, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **La Survie du capitalisme**: la re-production des rapports de production. Paris: Éditions Anthropos, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

LÊNIN, Vladimir. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1987.

MARINI, Rui Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 496 p. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

MAYER, Luiz Rafael. **A natureza jurídica dos territórios federais**. *Revista direito administrativo*, Rio de Janeiro, V. 125, p. 15-41, jul./set. 1976. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/41827>>. Acesso em 15 de julho de 2020.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo, Malheiros Editores, 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Fundo de participação dos municípios – FPM**. 2018. Disponível em <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:6370>. Acesso em 16 de julho de 2020.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MORIN, Edgar. Epistemologia da Complexidade. In: SCHNITMAN, Dora Fried (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. **Ciência com consciência**. 8 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

MOTA, Lucio Tadeu. Campo Mourão: os territórios do cacique Kuaracibera dos Guarani, ou os Pahy-Ke-Rê dos Kaingang, ou os Campos do Mourão dos conquistadores portugueses. In: MEZZOMO, Frank Antônio (org.). **Constituição de territórios paranaenses: olhares da História**. Assis: Triunfal; Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2012.

ONOFRE, Gisele Ramos. **Campo Mourão**: Colonização, uso do solo e impactos socioambientais. 2005. 206 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá.

PEREIRA, Josiane; Postali, Valéria Barreiro; RIBEIRO, Tatiana Ferri. A (re) construção do processo de formação e evolução de Iretama (PR) através da história oral. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS, II., 2013, Campo Mourão. **Anais** [...]. Campo Mourão: Fecilcam, 2013. Tema: Produção do espaço urbano, p. 1-24. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/ribeiro-tatiana-ferri.pdf>. Acesso em 27 jan. 2020.

PIRES, E. L. S.; MULLER, G.; VERDI, A. R. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro. V. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Prefeitura Municipal de Iretama - PR. **História de Iretama**. 2020. Disponível em: <<http://www.iretama.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=201>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Prefeitura Municipal de Luiziana – PR. **Turismo**. 2021. Disponível em:<<https://luiziana.pr.gov.br/site/menu/turismo>>. Acesso em 23 de mai. de 2021.

PRIETO, G. F. T. Rosa Luxemburg e a expansão imanente do capitalismo: destruição, resistência e recriação dos territórios e das relações não capitalistas. **Geosp** – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 812-829, dez. 2017. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/99827>>. Acesso em 08 de maio de 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, Ano 17, nº 37, 2002, p. 4-28. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF>. Acesso em: 26 de maio. 2021.

ROCHA, Marcio Mendes. Distribuição Populacional na Mesorregião Central Paranaense - o Perfil Concentrador como Resultante de um Modelo de Desenvolvimento Econômico. **Boletim de Geografia**. v. 1, 1999.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 16, n. 3, p. 89-109, 30 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74284>>. Acesso em 16 de junho de 2019.

SIMIONATO, E. **Campo Mourão: sua gente... sua história**. Campo Mourão: Gráfica e Editora Bacon, 1999.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Trad.: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria socialcrítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1, 1999.

TAUNAY, Affonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Melhoramentos, 1951. (Tomos I, II e III).

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Revista Novos Cadernos NAEA**. v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa: a queda do tzarismo**. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1995.

YOKOO, Edson Noriyuki, **A Dinâmica das frentes de ocupação territorial na mesorregião centro-ocidental paranaense**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 218. 2013.